

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

DANIEL DOS SANTOS SIMON DE CARVALHO

**BANCO PALMAS: UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA DE SUA
INSTITUIÇÃO E SEUS CRITÉRIOS DE LIBERAÇÃO DE CRÉDITO**

Goiânia

2016

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Nome completo do autor: Daniel dos Santos Simon de Carvalho

Título do trabalho: Banco Palmas – Uma abordagem sociológica de sua instituição e seus critérios de liberação de crédito

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Assinatura do (a) autor (a) ²

Data: 02 / 03 / 2017

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

²A assinatura deve ser escaneada.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

DANIEL DOS SANTOS SIMON DE CARVALHO

**BANCO PALMAS: UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA DE SUA
INSTITUIÇÃO E SEUS CRITÉRIOS DE LIBERAÇÃO DE CRÉDITO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: **Prof. Dr. Cleito Pereira dos Santos**

Goiânia

2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

dos Santos Simon de Carvalho, Daniel

Banco Palmas [manuscrito] : Uma abordagem sociológica de sua
instituição e seus critérios de liberação de crédito / Daniel dos Santos
Simon de Carvalho. - 2016.

CLIX, 159 f.

Orientador: Prof. Dr. Cleito Pereira dos Santos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em
Sociologia, Goiânia, 2016.

Bibliografia. Anexos.

Inclui mapas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Banco Palmas. 2. Bancos Comunitários de Desenvolvimento.
3. Economia Solidária . 4. Microcrédito. I. Pereira dos Santos, Cleito,
orient. II. Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE

DANIEL DOS SANTOS SIMON DE CARVALHO

Aos vinte e sete dias do mês de outubro de 2016, às 14:00 horas, no miniauditório da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, realizou-se a sessão de julgamento de dissertação do mestrando **DANIEL DOS SANTOS SIMON DE CARVALHO**, intitulada "BANCO PALMAS: Uma abordagem sociológica de sua instituição e seus critérios de liberação de crédito". A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes Professores/as Doutores/as: Cleito Pereira dos Santos (UFG-Presidente), Jordão Horta Nunes (UFG) e Christiane Girard Ferreira Nunes (UnB). O mestrando apresentou o trabalho, os/as examinadores/as o arguiram e ele respondeu às arguições. Às 16:30 horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta, atribuindo ao mestrando os seguintes resultados:

Aprovado Reprovado

Cleito Pereira dos Santos _____

Aprovado Reprovado

Jordão Horta Nunes _____

Aprovado Reprovado

Christiane Girard Ferreira Nunes _____

Resultado Final _____

Aprovado

Reaberta a sessão pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Leticia Angélica Ferreira, secretária do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, e pelos/as membros/as da Banca Examinadora.

Leticia Angélica Ferreira _____

Leticia Ferreira Angélica

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a memória de minha avó Olga, que por vias tortas ensinou-me os caminhos certos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe Marcia pela paciência e compreensão em todo período do mestrado, ajudando-me nas horas difíceis e alegrando-me nos momentos tristes. Eu te amo!

Agradeço ao meu pai Luiz Felipe, por tentar suprir a distância com afeto, atenção e cobranças “de pai”, que me ajudaram a chegar onde estou hoje. Por último, obrigado por ser o principal responsável por eu escolher a faculdade de Ciências Sociais. Eu te amo!

Agradeço a professora Irene Oliveira da PUC-GOIÁS, e ao professor Manoel Ferreira Lima Filho, pela atenção em me apresentar a faculdade de ciências sociais da UFG.

Agradeço a Nina por ser minha confidente e cúmplice nos últimos dois anos e meio. Ao meu amigo Diego Sandins pelo bom humor e sempre me alegrar com uma piada oportuna. Aos amigos Alex, Manoel, Lucas, Olívio, “Gabileu” e Diego Sodré pela cumplicidade. A Polyana pelo afeto e carinho, a Natasha por aturar meu mau humor, a Paula por me lembrar da importância da crítica (inclusive a academia) e ao Eric por ser um exemplo de sociólogo que quero me tornar.

Agradeço a professora, pesquisadora, *coach*, “psicóloga”, socióloga, motorista de kombi e amiga Barbara França, por ter me apresentado os Bancos Comunitários e pela capacidade ímpar de levantar meu astral.

Agradeço a Tatiele pela prestatividade em me ensinar a utilizar o programa de análise de entrevistas *AtlasTi*.

Agradeço ao Gabriel Teles Viana pelo excelente trabalho feio nas transcrições de entrevistas.

Agradeço aos “sociólogos da zueira” (por ordem alfabética): Edmilson, Felipe, Gabriel Bungestab, Marco Aurélio, Mateus e Rodrigo. Obrigado por construírem comigo vínculos de amizade que vão para muito além da academia.

A Fabiani pela cumplicidade e por ser uma excelente ouvinte para assuntos acadêmicos e não-acadêmicos.

Agradeço professora Marina de Souza Sartore, por aceitar orientar este trabalho e me auxiliar nos estudos de sociologia econômica. Infelizmente, por motivos maiores não foi possível a conclusão da orientação. Contudo, terminei de ser orientado pelo igualmente

competente (e amigo) professor Cleito Pereira dos Santos. Obrigado pela paciência e ao diálogo sempre aberto.

Ao professor Nildo Viana, pela atenção, dicas e à amizade construída dentro e fora da academia.

Agradeço aos professores Camilo Braz e Eliane Gonçalves pela participação e colaboração em minha banca de qualificação.

Agradeço a professora Christiane Girard Ferreira Nunes e ao professor Jordão Horta Nunes pela participação em minha banca de defesa.

Agradeço a todas as pessoas maravilhosas que conheci em Fortaleza. Em especial a prestativa, atenciosa, alegre e “arretada” Roberta. Muito obrigado por me mostrar a tão famosa alegria cearense.

A colega pesquisadora de Bancos Comunitários Bárbara Magalhães, por ter me emprestado seu gravador para a coleta de dados.

A família Costa, pela hospitalidade em seu lar durante as 6 semanas no Conjunto Palmeiras: Neide, Clairton, Cleidwa, Wladna e Clei. Obrigado pela hospitalidade e pelo carinho.

A todos e todas que trabalham e colaboram com Banco Palmas. Espero que essa dissertação esteja a altura das expectativas de vocês. Agradeço em especial as mulheres da associação EMANCIPADAS: Angeline, Eliane Lino, Katiane, Maria Uberlândia e já citada Neide. Aos “bixos bonitos” do PalmasLab: Eberson, Luiz Ernandes, Mateus Henrique e Alberto. As agentes de crédito do Banco Palmas: Nayara, Diana e Taynara. A Jaqueline, Otaciana e Lúcia. Ao Joaquim pela presteza e respeito, que, aliás, é um sentimento mútuo. Ao Asier pelo apoio e interesse em minha pesquisa, mostrando-me caminhos, soluções, e sobretudo, obrigado pela sua paciência.

Por último agradeço a CAPES, pelos dois anos de financiamento de pesquisa via bolsas de demanda social.

EPIÍGRAFES

“A transição para uma economia de mercado substitui os arranjos informais por formalizações; as mediações por imediatismos e o simbólico pelo formal. Nesse contexto, a monetarização traduz-se num passo suplementar em direção a desincrustação do econômico relativamente ao moral”.

Rafael Marques, sociólogo português.

“O Ceará tem duas coisas quentes: O clima e as pessoas”.

Senhor Cícero, morador do Conjunto Palmeiras.

RESUMO

Esta dissertação aborda um estudo de caso sobre o Banco Palmas, expoente pioneiro de um tipo de instituição chamada “Banco Comunitário de Desenvolvimento”. O objetivo deste trabalho é avançar com a discussão da sociologia econômica, referente aos temas do microcrédito e da economia solidária. Já que o Banco Palmas corresponde a uma intersecção desses dois objetos. Para isso, é feita uma análise tanto da economia solidária como do microcrédito por diferentes interpretações, e como essas disputas de significado influenciam os rumos destas duas temáticas. Em seguida, é feita uma contextualização teórica dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, agrupando elementos para construção de uma possível “sociologia de Bancos Comunitários”. Por último, é descrita a trajetória histórica do Banco Palmas e como esta instituição se situa e produz agenciamentos dentro destas disputas.

Palavras-chave: Banco Palmas, Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Economia Solidária, Microcrédito.

ABSTRACT

This dissertation deals with a case study on the Palmas Bank, a pioneering exponent of a type of institution called "Community Development Bank." The objective of this work is to advance the discussion of economic sociology, on the matters of microcredit and solidarity economy. Given that the Banco Palmas corresponds to an intersection of these two objects. For this, an analysis is made of both the solidarity economy as microcredit for different interpretations, and how those meaning disputes influence the direction of these two themes. Then a theoretical context of Community Development Banks is done by grouping elements for the construction of a possible "sociology of Community Banks of Development". Lastly, it describes the historical trajectory of Banco Palmas and how this institution is situated and produces agencements in these disputes.

Keywords: Palmas Bank, Community Development Bank, Solidarity Economy, Microcredit.

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA: 1: Mapa da cidade de Fortaleza e suas regionais (bairro Conjunto Palmeiras em destaque).....	155
FIGURA 2: Mapa de ruas do Conjunto Palmeiras	156
FIGURA 3: Dados demográficos do Conjunto Palmeiras.	157

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Tabela de quantidade de tomadores de empréstimo no Banco Palmas de acordo com o sexo em porcentagem.	104
---	-----

ÍNDICE DE SIGLAS

BB: BANCO DO BRASIL

BCB: BANCO CENTRAL DO BRASIL

BCD: BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO

BNDES: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CEF: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CEB: COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

CNBB: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

ISR: INVESTIMENTO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

MPO: MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO

PNMPO: PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO

ROSCAS: ROTING SAVING AND CREDIT ASSOCIATIONS

RSE: RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

SENAES: SECRETÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

OCB: ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL

OSCIP: ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	AS INTERPRETAÇÕES RIVAIS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO MICROCRÉDITO: UM MAPA CONCEITUAL.....	22
2.1	AS INTERPRETAÇÕES RIVAIS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	25
2.1.1	ORIGENS HISTÓRICAS E A “OUTRA ECONOMIA”.....	26
2.1.2	A CRIAÇÃO DA SENAES: A ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA O ESTADO BRASILEIRO E COMO PRÁTICA DE RSE.....	31
2.1.3	PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	37
2.2	AS INTERPRETAÇÕES RIVAIS DO MICROCRÉDITO.....	42
2.2.1	MICROFINANÇAS E FINANÇAS SOLIDÁRIAS: UMA FORMA DE SUPERAÇÃO DA POBREZA.....	43
2.2.2	O MICROCRÉDITO COMO POLÍTICA PÚBLICA E UMA PRÁTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL.....	50
2.2.3	A CRÍTICA AO MICROCRÉDITO OU “A ECONOMIA DOS POBRES”.....	57
2.3	DIRECIONAMENTOS.....	61
3	NOTAS EXPLORATÓRIAS SOBRE BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO: ORIGENS E CAMINHOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE MICROFINANÇAS.....	69
3.1	A GÊNESE DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO.....	69
3.2	“DEUS CRIOU O MUNDO E NÓS CRIAMOS O CONJUNTO PALMEIRAS”: AS ORIGENS QUE CULMINARAM NO BANCO PALMAS.....	77
3.3	EM DIREÇÃO A UMA SOCIOLOGIA DE BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO.....	87
3.3.1	LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA E INTELLECTUAL.....	87
3.3.2	PROPOSTAS PARA UMA AGENDA DE PESQUISA: OU PORQUE ESTE TEMA DEVE SER AMPLIADO.....	101
4	BANCO PALMAS: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE CRÉDITO.....	110

4.1	MÉTODO DE PESQUISA E OBTENÇÃO DE DADOS: QUANDO O OBJETO ESCOLHE O PESQUISADOR.....	110
4.2	ENTRE A SOLIDARIEDADE E O PRAGMATISMO: NOVOS AGENCIAMENTOS INSTITUCIONAIS E A “RESSACRALIZAÇÃO” DE SUAS PRÁTICAS.....	120
4.2.1	A “INFORMALIDADE” E SUA CRIMINALIZAÇÃO.....	121
4.2.2	MOVENDO-SE PARA A FORMALIDADE: PALMASCARD E MOEDAS SOCIAIS.....	126
4.2.3	OS PROBLEMAS DO PRESENTE E AS EXPECTATIVAS DE FUTURO: BNDES E O E-DINHEIRO.....	134
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	149
7	ANEXOS.....	158

1 INTRODUÇÃO

Em 1973 um imenso contingente populacional foi desalojado das faixas litorâneas de Fortaleza para dar lugar a prédios luxuosos em um processo de “reforma” – para não dizer, limpeza – urbana. Essas pessoas eram em sua maioria pescadores que exerciam esta atividade de subsistência na costa da cidade. O local onde foram despejados ficava no extremo sul – ao lado oposto da praia de Iracema e da beira-mar – perto do extinto lixão do Jangurussu. Aos poucos a própria população deste lixão começa a se juntar aos desalojados e formam um bairro. Essa região era pantanosa e alagadiça, o que prejudicou bastante o próprio processo de alojamento, sendo as enchentes uma frequente situação encarada por esses indivíduos. O bairro foi batizado de Conjunto Palmeiras (ou Palmeira) devido as imensas carnaúbas que existiam na região. Também contribuiu para isso o apelido pejorativo de “Palmeira dos Índios”, dado pelo ambiente ser inóspito e desurbanizado (PAULINO, 2008) Essa história poderia ser uma como outras tantas de famílias, grupos e populações inteiras que foram realocadas e despejadas por meio de projetos de profilaxia urbana. No entanto, estas pessoas engendraram realizações peculiares e únicas. Os moradores não se renderam aos imperativos externos que lhes foi imposto, mostrando que até mesmo nas piores e mais controversas situações, são possíveis reviravoltas através de muita resistência a forças que lhes são bem maiores. Isso se percebe ao nível do discurso. Uma das Frases dita pelos mais velhos é: “Deus criou o mundo, e nós criamos o Conjunto Palmeiras”, sendo muito representativa para compreender que este bairro foi forjado e construído por seus moradores.

Largados a própria sorte, eles precisaram se unir para conseguir o mínimo de condições dignas de sobrevivência. Essas lutas tiveram alguns episódios marcantes que fortaleceram o coletivo local. Como consequência dessa união foi fundada a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), no ano de 1981. Também foi decisiva a formação política e religiosa fomentada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB), adeptas da teologia da libertação¹, especificamente através do projeto “Padres na Favela”, iniciado no Conjunto Palmeiras no ano de 1984. Difundido como um projeto filantrópico e político voltado para populações de risco, idealizado pela Diocese de Fortaleza.

Atualmente o bairro é servido de energia elétrica, drenagem, abastecimento de água, calçamento e pavimentação de algumas ruas, além de escolas, transporte público e outros serviços. Apesar de ainda ser o bairro com menor IDH de Fortaleza, e estar em uma situação

1 A Teologia da Libertação é um movimento apartidário que engloba várias correntes interpretando os ensinamentos de Jesus Cristo contra injustiças sociais, políticas e econômicas.

de precariedade, o que se conseguiu até aqui foi através de um processo de muita luta, organização comunitária e formação de movimentos pelo direito a cidade.

No entanto, se durante esse período sua notoriedade se dava pela precariedade alarmante das condições de vida no local, a partir do fim dos anos 90 o Conjunto Palmeiras passou a ter projeção por outro motivo: Ali se formou um banco!

Não exatamente o imaginário comum que se tem de um banco, sua estrutura física, seus funcionários e a figura de financistas e banqueiros bilionários que jogam e especulam na bolsa de valores. Na verdade, este Banco ocorreu como demanda da própria ASMOCONP e de seus moradores com o intuito de “aquecer” a economia local para gerar trabalho e renda. A instituição foi batizada como “Banco Comunitário Palmas”, funcionando como um projeto da ASMOCONP, apesar de não ser juridicamente um Banco, fazia as mesmas operações que uma instituição desse porte.

A ideia surge no ano de 1997, visando acabar com o quadro de “expulsão branca” que a comunidade vivia. Após anos de luta por acesso a serviços primordiais para sua sobrevivência, essas conquistas acarretaram em uma onda de vendas de imóveis e terrenos, pois os moradores locais não conseguiam arcar com as taxas e despesas provenientes da tão sonhada urbanização. Os membros da ASMOCONP viram a necessidade de um projeto para reverter esse quadro.

O objetivo na época era entender o “porque de serem pobres”. A resposta muito comum era “porque não temos dinheiro”. Associação e os moradores do bairro buscaram ir mais fundo nessa pergunta. Para isso foi realizada uma pesquisa para tentar descobrir “o porquê de serem pobres” com 4 perguntas: 1) O que você já consome por mês (alimentação, vestuário, material de limpeza), 2) Onde você faz a maioria de suas compras? Qual é a marca dos produtos? Você produz alguma coisa (comércio, indústria ou serviço). A conclusão foi a seguinte:

“O resultado desse mapeamento nos mostrou que mensalmente os moradores consumiam em produtos, ou seja, gastavam com alimentação, vestuário, produtos de limpeza de higiene e beleza, um total de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais). Então dissemos para os moradores: não somos pobres porque não temos dinheiro, e sim porque perdemos nossa base monetária, ou seja, perdemos o dinheiro que temos.” (INSTITUTO PALMAS, P.8, 2009).

O Banco Palmas, portanto, foi fundado com a premissa de que estimulando o consumo local conseguiria diminuir a pobreza, e assim impediria que seus moradores procurassem outras localidades. Seu objetivo era emprestar dinheiro em pequenas quantias e

com critérios diferenciados.

Contudo, é preciso ir além e trazer questões que não foram abordadas até o momento. Apesar de essa prática ser algo *sui generis* no que diz respeito as organizações comunitárias no Brasil, esse modelo de empréstimo não é algo inédito. Já existiam experiências datadas nos séculos XVIII e XIX, e no século XX que essa prática recebeu o nome de microcrédito². Esta alcunha foi dada a partir da experiência de *Grammen Bank* em Bangladesh, fundado no ano de 1979.

Além disso, o Banco Palmas está intimamente ligado com os movimentos de economia solidária no Brasil, o que coloca outra questão: É uma instituição de microcrédito no âmbito da Economia Solidária. Deve-se ressaltar também, que a partir de 2003, com a eleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego. E que esta desde 2005 concede um edital de apoio anual ao Banco Palmas e outros “Bancos Comunitários de Desenvolvimento” (BCD), termo que passou a ser designado para instituições que replicavam a pioneira iniciativa fortalezense.

Também é importante ressaltar a enorme dificuldade existente em pesquisar tais temas. Principalmente por serem permeados por discursos militantes inflamados e pouco analíticos. Porém, rechaço a ideia de neutralidade. Tenho uma posição determinada, escrevo a partir de valores e pontos de vista distintos. Trabalhei durante dois anos na implantação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento no morro do Preventório em Niterói (RJ), e no bairro de Saracuruna em Duque de Caxias (RJ). Meu interesse nesta pesquisa nasce do meu trabalho de extensão como bolsista filiado a Incubadora de Empreendimentos em Economia Solidária da Universidade Federal Fluminense (IEES/UFF), mesma instituição onde cursei minha graduação de Ciências Sociais. No entanto, não tinha interesse acadêmico nas experiências que participei no Rio de Janeiro, primeiro porque o processo estava muito recente³, segundo, avaliei que não tive tempo suficiente para um distanciamento reflexivo. Visto que o projeto ocorreu durante os anos de 2011 e 2012, e fui aprovado para o mestrado de sociologia da Universidade Federal de Goiás, no ano de 2013, iniciando os trabalhos em 2014. Dito isso, avaliei que o Banco Palmas seria um excelente ponto de partida para uma pesquisa sobre Bancos Comunitários de Desenvolvimento, já que meu envolvimento

2 É importante lembrar que o fato de nomear algo funciona como um importante marcador social.

3 Os Bancos Comunitários do Preventório e de Saracuruna foram inaugurados respectivamente, nos dias 13 e 14 de setembro de 2011.

“emocional” seria bem menor. Dessa forma, acredito estar em condições de oferecer um trabalho que não caia no mesmo lugar-comum que tantos outros.

Para isso, fiz uma imersão de 6 semanas no Conjunto Palmeiras, convivendo com as pessoas do Banco Palmas e acompanhando suas atividades cotidianamente. Durante as duas primeiras semanas foi uma etapa preliminar de ambientação: Apresentar-me, observar as pessoas, checar e rever minhas hipóteses de pesquisa. Ao todo entrevistei 15 pessoas ligadas diretamente (e indiretamente) as atividades do Banco Palmas: Diretores, agentes de crédito e algumas pessoas beneficiárias de empréstimos, porém participando de outras atividades da instituição. Todo esse material culminou em 11 horas de entrevistas. Além de análises de cartilhas e documentos internos. A tabulação de dados foi feita através do programa de análise qualitativa *AtlasTi 6.0*. Todas as pessoas citadas na dissertação terão suas identidades preservadas e a referência a nomes será ficcional.

Depois de consultada a literatura e com os dados colhidos, levantei as seguintes hipóteses: 1) O Banco Palmas é uma instituição que constrói sua expertise, sob um acúmulo de bens físicos e simbólicos, adquiridos através de várias parcerias. 2) Ao longo de sua história a instituição se movimenta da “informalidade” para a “formalidade”, e esse processo acarreta em várias mudanças. Para isso, observei sua trajetória histórica, principalmente no que diz respeito a evolução e desenvolvimento dos chamados “circulantes locais” ou moedas sociais. 3) Trago a problemática travada na relação Banco Palmas/BNDES, como um dos ônus desse processo de mudança, mas, ao mesmo tempo, existindo a esperança da instituição reconquistar sua autonomia com a moeda social eletrônica: O e-dinheiro.

Entretanto, para chegar a essas questões vi como urgente e necessária a discussão de outras temáticas. Principalmente no que diz respeito ao entendimento sobre a economia solidária e o microcrédito (Já que o Banco Palmas é uma intersecção desses dois elementos). Não pautei esse debate por uma única visão – o que geralmente acontece na maioria das pesquisas – mas elencando uma série de autores com diferentes concepções. Percebi assim, um aspecto de nebulosidade e disputa em todas elas.

Desta forma, intitulei meu primeiro capítulo como *As Visões Rivals da Economia Solidária e do Microcrédito*. Título inspirado no artigo de Albert Hirschman sobre as interpretações rivais na sociedade de mercado: Comércio Suave (ou *doux commerce* do original), autodestruição, entraves Feudais/triunfo Feudal (HIRSCHMAN, 1986). E na esteira de Hirschman, abordei a atualização dessas teses realizadas por Marion Fourcade e Kieran Healy: Sonho Liberal, o pesadelo mercantilizado, mercados fracos e a própria tese dos

autores, chamada “mercados moralizados”, cuja a ideia de moral parece indissociável do próprio mercado (FOURCADE, HEALY, 2007). Tese essa que compartilho na conclusão do capítulo. Dito isto, dividi tanto a economia solidária quanto o microcrédito em três eixos centrais. Respectivamente, a “Outra Economia”, Visão do Estado/Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e sua crítica. Microfinanças e “Finanças Solidárias”, Visão do Estado/RSE e sua crítica.

No segundo capítulo, intitulado *Notas Exploratórias sobre os Bancos Comunitários de Desenvolvimento: Origens e Caminhos de um modelo financeiro*, meu objetivo é entrar diretamente na temática sobre BCDs. Mas se estou estudando uma instituição que se autodeclara um “banco”, será introduzido um pequeno espaço sobre a gênese do Sistema Bancário Nacional (SFN). Para isso serão citadas algumas obras que fazem um olhar histórico destas instituições. Costa Neto, realiza um levantamento da história dos Bancos Oficiais no Brasil (COSTA NETO, 2004). Marcondes, Hanley e Gambi trabalham o contexto histórico dos Bancos na economia cafeeira (MARCONDES; HANLEY, 2010; GAMBI, 2010). Fernando Costa em seu texto sobre o caso “RUBI”, discute a gênese de 4 das maiores instituições bancárias privadas do Brasil (COSTA, 2002). Por último, Videira e Luz, que discutem a privatização dos Bancos Estaduais no Brasil (VIDEIRA; LUZ, 2009).

No próximo ponto, irei propor uma possível agenda de pesquisa sobre Bancos Comunitários de Desenvolvimento, focando em temas pouco explorados pela produção vigente. Ressaltarei também a escassez de trabalhos sobre a temática, especialmente nas ciências sociais e na sociologia. Por isso, em um primeiro momento farei um apanhado da literatura sobre o assunto, indo inclusive em outras áreas como a economia e a administração, para pensar como estes trabalhos podem ajudar para a construção de uma “Sociologia dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento”.

Destaco neste ponto os trabalhos de Genauto França Filho, professor de Administração da UFBA, que sem dúvida, é o intelectual que mais produziu material sobre os BCDs e o Banco Palmas (FRANÇA FILHO et. al., 2007, 2009, 2012, 2014, 2015). Também utilizarei a dissertação de mestrado de Ósia Passos – que foi orientada por França Filho no programa de pós-graduação em Administração da UFBA – a autora que faz um estudo exploratório sobre o conceito de BCDs, debruçando-se sobre a análise do Banco Palmas e do Banco Bem, no Espírito Santo. (PASSOS, 2007). Assim como um artigo que faz uma contextualização teórica dos BCDs na área da administração (GARCIA, 2012).

Outra questão que percebo ser bastante pertinente é o fato de que em muitos bancos –

assim como em muitas outras manifestações da economia solidária – as mulheres são membros majoritários, assim como as maiores tomadoras de empréstimo. A pesquisadora Alice Mattos, abordou a percepção de gênero das agentes de crédito, em 4 BCDs na Bahia, frente ao seu papel profissional (MATTOS, 2010).

Por último, cito dois trabalhos da sociologia. O primeiro deles foi a tese de doutorado realizado George Paulino que entende a economia solidária como um projeto cultural e político. O argumento do autor é que o Banco Palmas realiza uma construção simbólica de um *ethos*, que envolve práticas econômicas comunitárias e alternativas ao *ethos* capitalista (PAULINO, 2008). O outro trabalho possui um viés mais crítico: A dissertação de mestrado realizada por Karina Fortete. O argumento da autora é de que a economia solidária se apresenta como a forma mais recente de produção e reprodução do capital. O Banco Palmas é utilizado como um dos objetos para sustentar essa argumentação (FORTETE, 2012). Além disto, destinarei um último tópico do segundo capítulo onde serão feitas sugestões de temas importantes, porém pouco explorados. Propondo uma “sociologia de Bancos Comunitários de Desenvolvimento”.

No terceiro e último capítulo intitulado *Banco Palmas: Estrutura Organizacional e os Critérios de Seleção de Crédito* será exposto meu trabalho de campo, assim como as reflexões obtidas no mesmo. O capítulo é iniciado com uma discussão metodológica. Emprego os conceitos de Prática e *Habitus* de Pierre Bourdieu, para justificar minha escolha pelo objeto de pesquisa. Busco entender como as práticas incorporadas cotidianamente como um sistema de disposições duráveis (BOURDIEU, 2006b), servindo como motivação para a escolha do objeto de pesquisa. Sabendo disso, justifico metodologicamente a possibilidade e a forma do pesquisador tirar o melhor proveito de sua própria experiência subjetiva, quando esta é requerida pelo campo (LAPERRIÈRE, 2008). E por último, como correlacionar esses fatores dentro de um modelo de pesquisa qualitativa, utilizando a entrevista semiestruturada como método de coleta de dados (FLICK, 2004).

Em seguida, começo o relato de campo e a reflexão teórica. Meu objetivo é mostrar um desenho institucional e o movimento da “informalidade” para a “formalidade”, superando inclusive dois processos movidos pelo Banco Central do Brasil em seus primeiros anos de existência. Utilizo artigo de Vera Telles e Daniel Hirata, sobre como as práticas econômicas periféricas são geridas, muitas delas transitando entre o legal e o ilegal (TELLES; HIRATA; 2007). Em seguida, justifico esse argumento mostrando as várias experiências com moedas sociais, pois estas são sintomáticas como exemplo do caminho percorrido pelo Banco Palmas

até a formalidade. Por fim, mostro o preço que este arranjo institucional pode ter, gerando inclusive conflitos e impasses.

2 AS INTERPRETAÇÕES RIVAIS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO MICROCRÉDITO: UM MAPA CONCEITUAL

Visões positivas e negativas, idílicas e apocalípticas, adjetivos que expressam oposições como essas são comuns em constructos teóricos sobre os estudos de mercado e economia. É a partir dessas metanarrativas, que Albert Hirschman constrói seu texto sobre interpretações rivais de mercado. O grande mérito do autor não é ficar apenas nas oposições, mas ver como elas nascem e ao mesmo tempo mostrar outras interpretações que às vezes flertam com a salvação do capitalismo ou com a sua destruição (HIRSCHMAN, 1986).

O autor apresenta basicamente quatro teses, que abordam visões diversas sobre o mercado capitalista. A primeira é a do comércio suave (ou *doux commerce*, do original). Esta tese basicamente entende o mercado com um agente moralizador, que “disciplina e suaviza costumes de civilizações rudes e barbaras através do comércio” (HIRSCHMAN, 1986, p. 16). Teve seu apogeu durante os séculos XVII e XVIII.

A segunda tese é a da autodestruição, que tem Marx como seu principal interlocutor, mas também uma gama de autores que tanto corroboram com a crítica marxista quanto divergem dela. Basicamente, a ideia consiste em dizer que o capitalismo solapa um conjunto de valores anteriores, que inclusive assegurariam seu funcionamento, o que culminaria fatalmente em sua autodestruição. Ganhou muita notoriedade no século XIX.

A terceira tese, dos entraves feudais, consiste em culpabilizar os países centrais de que a herança feudal impede que o capitalismo se implante plenamente. Locais onde a burguesia não conseguiu concluir “sua tarefa revolucionária” (1986, p. 44), conservaram-se instituições de origem feudal que atrasariam o desenvolvimento do capitalismo. Hirschman mostra que essa tese possui uma oposição dentro de si, já que muitos intelectuais de países periféricos afirmam o contrário. Os países centrais liquidaram instituições pré-capitalistas. No entanto, isso não aconteceu em países periféricos, já que “não chegaram a extirpar as relações de produção caducas, e nisso residiria a razão de suas dificuldades e de seus desastres” (1986, p. 37). Desta forma, a crítica se move do “trabalho incompleto” para a “incapacidade” de se realizar essa revolução.

A quarta e última tese (que vai de oposição à terceira) é a do triunfo feudal, que em

especial, refere-se aos Estados Unidos da América. Inicialmente, é explicitado por Hirschman resgatando autores como o filósofo Tocqueville e o escritor e poeta Goethe, que afirmam que os Estados Unidos possuem uma herança histórica “(...) que lhes poupa os incessantes conflitos internos que os outros países do mundo ocidental experimentaram” (1986, p. 41). No entanto, partindo de um estudo do cientista político Louis Hartz, o autor argumenta que a “América é desprovida daquilo que a Europa possui em abundância: a diversidade social e ideológica” (1986, p. 43). A argumentação é de que a ausência da herança histórica (ou feudal) dos Estados Unidos impediu a proliferação de correntes políticas diversas, como por exemplo, o socialismo, ocorrendo assim um “colossal absolutismo liberal” (HIRSCHMAN *apud* HARTZ, 1986, p. 42), o que seria nocivo para o próprio desenvolvimento do capitalismo.

Dito tudo isto, pode-se pensar na questão que norteia este primeiro capítulo. Hirschman traz aqui diferentes visões, que segundo ele, não são totalmente verdadeiras ou falsas, mas que acham suas justificativas em algum contexto sócio histórico específico. “A maior parte das teorias em questão foi efetivamente concebida à luz da experiência histórica num país ou num grupo de países determinado” (1986, p. 45). Isso mostra como ideias estão ligadas a valores de uma época. E muitas dessas teses podem até conviver em conjunto, as quais correspondem a interesses de grupos determinados, que tentam imprimir sua visão sobre a suposta “natureza” do mercado capitalista.

Outro trabalho que contribui para esta discussão é de Marion Fourcade e Kieran Healy, que faz uma atualização das noções abordadas por Hirschman, tomando como base os inúmeros estudos feitos sobre mercado e economia, realizados a partir da década de 1980. Propondo três novas teses: o sonho liberal, o pesadelo mercantilizado e a terceira de mercados fracos: grilhões ou bênçãos⁴ (FOURCADE; HEALY, 2007).

O sonho liberal consiste em uma extensão da tese do comércio suave. Ela é geralmente defendida por economistas. E estes acreditam que o mercado trouxe uma série de benefícios para a sociedade, sendo a liberdade econômica um elemento necessário para o bom andamento da vida social. Também faz parte dessa tese a visão de que o desenvolvimento econômico é uma condição para o progresso humano. Os autores afirmam que “existe uma longa tradição do discurso econômico com um louvor eufórico sobre os benefícios morais da

4 Do original, respectivamente: *The Liberal Dream; The Commodified Nightmare; Feeble Markets: Shackles and Blessings*.

sociedade de mercado” (FOURCADE, HEARLY, 2007, p. 287[Tradução Minha]).

O pesadelo mercantilizado é um prolongamento da tese da auto-destruição. Geralmente produzida por intelectuais de notoriedade pública que argumentam que o mercado reduz as motivações humanas para interesses próprios e egoístas, em vez de encorajar cooperação e altruísmo. Promete liberdade, mas somente aquela que o dinheiro pode comprar. E toda diversidade social é reduzida a amontoado de alternativas mercadológicas.

A visão dos mercados fracos encontra-se em sintonia com a tese dos entraves feudais/triunfo feudal. Esta corrente tem procurado examinar a contribuição regional, cultural e institucional para o desenvolvimento do mercado. Nesta visão, a ordem moral aparece como uma variável independente do mercado, e não o contrário. Isso deriva de três variáveis principais: “(a) A visão realista, de que o capitalismo prospera em determinadas culturas, enquanto em outras permanece como um enclave; (b) no entendimento voluntarista, na qual a condição que ajudará o capitalismo a prosperar pode ser implementada como um pacote através de uma política de intervenção; (c) por uma perspectiva diferenciada, em que o capitalismo segue diferentes padrões em diferentes lugares” (2007, p. 296 [Tradução minha]).

Além destas, na visão dos próprios autores é possível superar a cisão entre ordem moral e mercado, “pois as próprias atividades econômicas possuem seu próprio aspecto moral e moralizante” (2007, p. 286). Por isso, toda interpretação ou estudo, seja ele crítico ou apologético, está diretamente ligado a uma determinada noção de moral. Entretanto, os princípios arbitrários de classificação, a que estão ligados os especialistas que realizam essas análises, também contribuem para essa construção. Esta tese foi chamada de “Mercados Moralizados”⁵

A argumentação consiste em mostrar que a época atual é um período rico em afirmações explícitas, visando justificar o projeto neoliberal. O discurso de mercado é cada vez mais articulado com a moral e termos “civilizadores”, em vez dos termos tradicionais como interesse individual e eficiência. Há um entendimento que o conhecimento tecnocrático já não é suficiente para gerar legitimidade, e que por isso, deve ser complementado por outros valores e práticas. Contudo, é preciso destacar que também existe uma força que se volta contra essa própria lógica. Diversos movimentos se organizam, questionando o mercado capitalista. No entanto, as próprias reivindicações desses movimentos podem ser captadas tanto pelo mercado como pelo Estado. O resultado disso é que a crítica dirigida a ordem

5 *Moralized Markets* do original.

econômica, que também é mensurada e difundida através de uma gama de instituições governamentais, é uma visão moral tão instrumentalizada quanto a crítica que se faz. Em outras palavras, a moral não é uma variável independente do mercado, ela faz parte de uma visão constituinte do próprio mercado. Misturando-se com e criando novos agenciamentos.

Pretendo com esta análise focalizar em manifestações específicas dentro das práticas econômicas, a partir de vários discursos que a norteiam. O objetivo deste capítulo é fazer assim como os autores citados acima, uma sociologia do conhecimento econômico, expondo concepções divergentes ou opostas.

Por isso, inspirado nestes textos, busco entender as possíveis visões rivais das manifestações em que se enquadra em meu objeto de pesquisa: Economia Solidária e Microcrédito. Assim, respectivamente, iniciarei tratando a concepção da economia solidária como “outra economia”; a visão do Estado e de grandes empresas; e alguns de seus críticos. Algo semelhante será feito com o microcrédito, contando um pouco de sua história, sua incorporação por diversas instituições e grupos que lhes conferem seus próprios significados. Inicialmente será mostrado o microcrédito como elemento das microfinanças, e sua apropriação antagonista nas finanças solidárias, como reivindicação da própria economia solidária. Em seguida será abordada a visão do Estado e a incorporação do microcrédito como forma de Responsabilidade Social Empresarial (RSE); e por último uma crítica a essa modalidade de crédito.

2.1 As Interpretações Rivals da Economia Solidária

Neste tópico serão debatidas as diversas visões e interpretações da Economia Solidária, passando por seus entusiastas e críticos, assim como a visão do Estado e de empresas privadas que a incorporam ao discurso empresarial como forma de RSE. Ao ser nomeada de tal forma, presume-se que ela se situa em oposição a outro modelo de economia que seria “não solidária”. Quem produz um discurso faz isso voltado para determinado público receptor, que se situa em um espaço socialmente determinado, nesse sentido, podemos retomar Bourdieu:

O discurso que produzirmos, segundo o modelo que proponho, é uma ‘resultante’ da competência do locutor e do mercado no qual passa seu discurso; o discurso depende em parte (que seria preciso examinar de maneira mais rigorosa) das condições de recepção. Toda situação linguística funciona, portanto, como um

mercado onde o locutor coloca seus produtos, e o produto que ele produz para este mercado depende da antecipação que ele tem do preço de seus produtos (BOURDIEU, 1983, pp. 77-78).

Saber qual o “mercado” o discurso se dirige é algo muito importante. Isso também presume que os receptores devem ser “relativamente homogêneos quanto ao conhecimento e reconhecimento da língua” (BOURDIEU, 1983, p. 82). Isso gera um espaço social legítimo, com agentes que compartilham o mesmo discurso e relativa homogeneidade. Portanto, é preciso entender estas facetas de disputa e porque diferentes grupos dão suas próprias significações ao termo economia solidária. Neste aspecto, cada grupo traz para o seu entendimento e dos seus pares, a linguagem legítima, e que portanto torna “(...) legítimo uma instituição, ou uma ação, ou uso que é dominante mas desconhecido como tal, o que quer dizer que é tacitamente reconhecido” (1983, p. 88). Ou seja, o próprio conhecimento da economia solidária se torna legítimo quando um grupo constrói uma concepção para si, já que os membros do mesmo vão torná-la legítima.

Por isso, o objetivo deste trabalho é expor quais são esses grupos e como podemos entender melhor as disputas em que se engajam. Desta maneira, será tratada a forma e definição e construção dos discursos relativos a economia solidária. Explorando três aspectos: 1) Origens históricas, construção da visão de “Outra Economia” ou Outro modo de produção. 2) A visão do Estado e a incorporação desta as práticas de RSE. 3) As críticas que se destinam a sua prática. Portanto, mesmo sendo tratada como uma oposição a economia hegemônica ela é incorporada pelo Estado e por grandes empresas, assim sofrendo críticas por suas várias concepções. Nos tópicos seguintes serão expostas as formas nas quais os diferentes termos e discursos são incorporados por estes diversos grupos e instituições.

2.1.1 Origens Históricas e a “Outra Economia”

A primeira conceituação que trataremos neste mosaico é da Economia Solidária como “Outra Economia”. Elaborada por teóricos como Paul Singer e outros que entendem esse fenômeno como “um modo de produção que visa a solidariedade mútua entre os seus membros” (SINGER, 2002, p. 9), sendo uma forma oposição ao capitalismo. Inicialmente o autor busca fazer uma oposição entre os modelos de uma empresa capitalista e solidária. A primeira funciona baseada na cooperação, enquanto a segunda funciona pela competição. A competição capitalista, segundo o autor, “produz uma verdadeira desigualdade entre

vencedores e perdedores” (2002, p. 8), colocando os derrotados sempre em situação de desvantagem para competições futuras. Por isso, para corrigir essa distorção é necessária uma economia que em vez de prezar pela competição, vise à cooperação de seus membros. A segunda premissa básica é de que na economia solidária não existiriam empregos e salários, mas sim sobras provenientes dos processos de trabalho. “Na economia solidária, os sócios não recebem salário, mas *retirada*, que varia conforme a receita obtida” (2002, p. 12).

A terceira e última premissa utilizada por Singer diz respeito à diferença na gestão do empreendimento solidário. Numa empresa capitalista, existe um modelo hierarquizado de administração (presidentes, diretores, gerentes, supervisores, operários e etc.) e, portanto, diferentes níveis de poder, onde segundo o autor “(...) as informações e consultas fluem de baixo pra cima, enquanto as ordens e instruções vão de cima para baixo” (2002, p. 17). A detenção dos níveis de informação é proporcional a posição hierárquica na empresa, quanto maior for sua posição, mais informações esse indivíduo deterá. Esse modelo ficou conhecido como heterogestão. Em um empreendimento solidário a gestão deve ocorrer de forma oposta. As decisões não devem vir de ordens hierárquicas, mas sim a partir de assembleias entre seus membros, onde todos tenham voz igual. No entanto, Singer reconhece que em caso de grandes empreendimentos pode haver uma diretoria, todavia esta deve ser escolhida pelos seus membros, gerando assim uma inversão no fluxo de informações e consultas que “fluem de cima para baixo” (2002, p. 18), enquanto as ordens fluem de “baixo para cima” (2002, p. 18). Este modelo de organização produtiva é conhecido como autogestão.

“A forma clássica de empreendimento solidário é a cooperativa” (SINGER, 2003, p. 116). Por isso, para entender as noções de economia solidária é preciso um resgate histórico dessas manifestações, que tem suas raízes em pensadores classificados historicamente como expoentes do “socialismo utópico”. Mas antes se deve compreender o contexto histórico dessa ideologia, sendo esta ligada à revolução industrial. Esse fenômeno criou um tipo de trabalhador completamente novo: O operário urbano. Isso implicou em uma série de questões como expulsão dos trabalhadores do campo, aglutinação populacional e inchaço da mão de obra nas cidades. Houve um reordenamento de ordem política, social e econômica:

“(…) constituiu-se uma nova elite [isto é, a burguesia industrial]; as relações sociais se modificaram no ritmo em que se estendiam a indústria e as trocas comerciais; uma numerosa classe social – o proletariado urbano – se formou, vivendo em condições frequentemente miseráveis, sofrendo a arremetida das fábricas, tornando-se cada vez mais consciente da exploração de que é vítima e, por conseguinte de revoltas que põem em questão a paz civil” (CHATELLET, 1994, p.

115).

Os socialistas utópicos foram os primeiros a problematizar a situação de vida da classe trabalhadora. Segundo o autor citado acima, o termo “socialismo” aparece pela primeira vez na década 1830, geralmente delegado – tanto em sentido positivo como negativo – as pessoas que se mostravam engajadas em causas de defesa dos trabalhadores e de pessoas pobres. Já o termo “utopia” possui duas significações: 1) Aqueles que buscam engendrar a busca por um “novo homem” ou uma nova sociedade; 2) A concepção crítica de Marx e Engels ligada a esse tipo de significação, separando um socialismo de cunho utópico e pré-científico de outro que seria científico (CHATELLET, 1994).

Dentre os socialistas utópicos, o grande expoente do cooperativismo foi Robert Owen. Ele era um industrial britânico sensível à situação dos trabalhadores. A partir de 1800, comprou várias terras e as distribuiu para famílias pobres produzirem artigos de subsistência, essas experiências ficaram conhecidas como “aldeias cooperativas” (2002, p. 25). Em 1831 Owen também se aliou aos sindicatos da época e travou lutas com o patronato em prol do cooperativismo, terminando no massacre do movimento em 1834. Durante esse período ele também estimulou a criação do *Labour Exchange* (Bolsa de trabalho), “onde se intercambiavam produtos de cooperativas, a preços proporcionais há horas trabalhadas” (SINGER, 2003, p. 117). Descredibilizado após esses eventos, Owen se dirige aos Estados Unidos onde funda uma colônia cooperativa chamada *New Harmony*. A ideia era construir uma cidade onde toda produção seria proveniente do trabalho cooperativo e associado. O projeto não se concretiza e ele retorna a Inglaterra onde morre na falência (SINGER, 2002). As experiências de Owen também contribuíram para o nascimento das “comunais agrícolas”, que implicou em aldeias nas quais a produção e os serviços eram compartilhados de maneira coletiva, com decisões em assembleias e com a participação igualitária na construção de fundos.

Outro marco importante foi a chamada “mãe das cooperativas” (2003, p. 119). A cooperativa de crédito de Rochedale⁶. Nascida em 1844, na cidade de mesmo nome, pretendia estimular a formação de poupanças e incentivar o consumo entre seus associados. Expandiu-se pela região de Manchester (onde fica a cidade de Rochedale), absorvendo outras cooperativas que se tornaram filiais. Em 1864, ela tinha 4.747 membros, seu capital valia

6 As cooperativas de crédito serão mais bem abordadas ao longo da dissertação, pois essas dizem respeito às principais questões desta dissertação.

62.000 libras (SINGER, p. 41). Segundo Singer, a cooperativa de Rochdale foi exemplar para a criação de outras, não só na Inglaterra, mas em outros países (SINGER, 2002; 2003).

É importante dizer que no século XIX essas iniciativas foram ligadas a uma prática econômica chamada de “economia social”. Luiz Inácio Gaiger destaca que essas iniciativas buscavam mesclar recursos de natureza mercantil com outros de natureza não-mercantil. Além de práticas de entreajuda e subvenções públicas ocasionais, houve uma ressignificação de trabalho que as distinguiu das indústrias patronais (GAIGER, 2012a; 2012b).

No entanto, durante o século XX, à medida que o mercado e o Estado foram assumindo funções de geração de assistência social, com práticas como o *welfare state* e o advento de muitos direitos trabalhistas, a economia social perdeu força nos países centrais. Somado também a sua burocratização, já que a mesma foi incorporada pelo Estado e pelo mercado. Tornou-se muito mais interessante aos trabalhadores e trabalhadoras “galgarem um local mais confortável em indústrias tradicionais, do que se organizar em cooperativas e outras associações de produção e troca” (2012a, p. 316). A partir dos anos 1970, com a crise da dita “era de ouro” do capitalismo, novas formas de sociabilidade econômica – que englobam outras manifestações além do cooperativismo – voltam a emergir, e a dita economia “social” se torna “solidária”:

“Associações, grupos informais, cooperativas, empresas de autogestão, iniciativas locais no campo dos serviços sociais e de assistência a pessoas necessitadas, empresas sociais, finanças solidárias, comércio justo, além de mecanismos correlatos de fomento e organizações representativas, expandiram-se entre aqueles setores sociais à margem dos sistemas convencionais de ocupação e renda, ou crescentemente frustrados em suas aspirações individuais e coletivas. Justificou-se assim, a menção de *nova Economia Social*, a seguir designada de *Economia Solidária*, em boa parte da Europa e da América do Sul” (2012a, p. 317).

No Brasil, a economia social teve antecedentes cooperativistas escassos. Isso pode ser atribuído às “limitações industriais” que o Brasil vivia naquele momento e pela predominância da mão de obra escrava (FRANÇA et. al., 2008). Ainda assim, pode-se citar o exemplo do médico Jean Maurice Faivre, que: “(...) tendo recebido uma grande quantidade de terras na cidade de Cândido de Abreu no Paraná, instalou uma colônia produtiva cooperativista no ano de 1847” (2008, p. 51). Outro aspecto importante que marca o cooperativismo no Brasil é o fato dessas experiências estarem ligadas a aspectos religiosos. Esta veio da encíclica *Rorum Novarum*, feita pelo Papa Leão XXIII, denunciando a condição miserável dos trabalhadores fabris na Europa. Isso inspirou entidades católicas a formarem

cooperativas por todo mundo. No Brasil, o padre jesuíta suíço Theodor Amstad ligado a trabalhadores rurais, “(...) fundou uma cooperativa de crédito para produção vinícola no município de Vila Imperial (hoje Nova Petrópolis), no estado do Rio Grande do Sul” (2008, p. 52). Também é nítida a influência estatal no cooperativismo brasileiro. Em 1921, o Ministério da Agricultura cria a Confederação Sindical Cooperativista Brasileira (CSCB). Outro passo decisivo para essa “estatização” das cooperativas diz respeito à criação da Organização de Cooperativas (OCB) em 1969, sendo decisiva para “a representação das cooperativas pelo Estado” (2008, p. 55). Desta forma, o cooperativismo cunhado como “economia social”, era na verdade uma economia de chancela estatal.

É a partir da década de 80 que se começa a verificar uma mudança desse quadro no Brasil, a “economia social” se torna “solidária” e novos atores se engajam na formação de cooperativas e outras experiências associativas. Pode-se dizer que tal processo deve-se à participação da sociedade civil, órgãos governamentais, instituições filantrópicas religiosas, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), Associação dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG) ligada ao movimento sindical urbano, a Agência de Desenvolvimento Solidária (ADS), formada pela CUT, os Fóruns Regionais e Estaduais de Economia Solidária, o Fórum Nacional de Economia Solidária (FBES), etc. (SINGER, 2002; 2003).

Dessa forma, pode-se retornar a segunda tese o texto de Hirschman, no sentido de que: “a sociedade de mercado, longe de promover a suavidade e outras atitudes louváveis, manifesta uma forte tendência a minar os fundamentos de determinadas morais que servem de base a toda sociedade, inclusive aquela onde reina o capitalismo” (1986, p. 16). Existe uma clara corroboração com esta tese e a preocupação da perda de “moralidade” do mundo moderno. Essa questão também norteava os socialistas utópicos e o cooperativismo. Chatellet lembra que Robert Owen, acreditava que “as comunidades agrícolas absorveriam a indústria, aboliriam a propriedade privada e levariam, por contágio ao advento da felicidade e da virtude sobre a terra” (1994, p. 142).

Portanto, a concepção histórica de seus “fundadores” era recuperar os sentimentos, os “valores” e a “moral” que se perderam. É curioso notar que tal concepção foi carregada para a economia solidária no século XX. Singer e Gaiger lembram que a economia solidária reúne aspectos mercantis e não mercantis que valorizam o ser humano (SINGER, 2002; 2003; GAIGER, 2012a; 2012b). Lisboa, pautando-se nisso, considera que a modernidade foi pautada pelo dinheiro e que isso empobreceu as relações humanas, colocando-o como

obstáculo na interação face a face (LISBOA, 2003). Disto isto, a solidariedade, defendida pela economia dita solidária, deve pautar-se em países periféricos que ainda possuem elementos comunitários remanescentes, e assim transformar essa categoria inerente as relações sociais em “um projeto societário alternativo ao capitalismo” (2003, p. 248). Portanto, outra forma de construir sociabilidades econômicas.

2.1.2 A Criação da SENAES: A Economia Solidária para o Estado Brasileiro e como prática de Responsabilidade Social Empresarial.

Chega-se ao presente momento, na forma como a economia solidária é aplicada a partir do discurso do Estado. Segundo Pierre Bourdieu, o Estado “encontra-se (...) em condições para exercer influência sobre o funcionamento nos demais campos” (BOURDIEU, 2006, p. 28), por ter uma prerrogativa legitimada juridicamente, em que todos devem seguir suas regras. Por outro lado, além de exercer influência em outros campos, o Estado em si também é um campo. Pode-se entender este conceito “como um universo relativamente autônomo de relações específicas” (BOURDIEU, 2011, pp. 65-66).

Isso lhe confere um espaço de relações objetivas de disputa, garantindo autonomia relativa aos demais campos. Para entender um campo é preciso observar primordialmente seus sujeitos pertencentes, na medida em que estes sofrem os efeitos do mesmo, contudo também podem influenciá-lo provocando mudanças. Outra questão importante é a metáfora de “jogo” que esse conceito possui. Os indivíduos que se sujeitam ao jogo são chamados de agentes. Alguns agentes assumem a posição defensiva, ou seja, os dominantes, aqueles que possuem a prerrogativa da definição de legitimidade dentro do campo; e de outro lado os pretendentes, que buscam questionar e suplantar a posição dos dominantes, mas sempre seguindo as regras impostas no campo de disputa.

Porém, é fundamental compreender que na medida em que o Estado consegue interferir no funcionamento dos demais campos, ele também deixa uma brecha para que agentes de outros campos façam o mesmo. Conseguir espaço no Estado significa poder alterar sua lógica de funcionamento, e por consequência influenciar os demais campos. Pode-se dizer assim, que a partir de 2003, quando a Economia Solidária se torna política pública federal através da criação da Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES), as interpretações da economia solidária deixam de ser prescritivas, passando a ser normativas e apresentando

outras noções além da “outra economia” e “outro modo de produção”.

Segundo o site da SENAES, por economia solidária entende-se:

Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Nesse sentido, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão⁷

Ao longo do texto, a SENAES elenca quatro questões fundamentais para se compreender o que é a economia solidária: Cooperação, Autogestão, Dimensão Econômica e Solidariedade. Todas essas questões foram trabalhadas na concepção de um “outro modo de produção”, no entanto para a SENAES essas características culminam em:

Considerando essas características, a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica⁸.

Aqui a questão não é mais tratá-la como “outra economia” ou como “um modo de produção”, mas sim como uma “forma de desenvolvimento sustentável, com geração de trabalho e distribuição de renda”. Percebe-se um caráter inclusivo, que apesar do discurso crítico ao capitalismo, defende uma espécie de “humanismo” dentro das práticas econômicas proporcionadas pela Economia Solidária.

Como já dito anteriormente, quando o Estado toma para si a prerrogativa de definir o que é economia Solidária, também se abre a disputa para que outros agentes de diferentes setores – que também buscam recursos no Estado – possam fazer o mesmo. Trataremos aqui,

7 Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>. Acessado no dia 26 de março de 2015.

8 Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>. Acessado no dia 26 de março de 2015.

a economia solidária como filantropia religiosa e como responsabilidade social empresarial.

O aspecto filantrópico ligado a entidades religiosas é bem notado por alguns autores (FRANÇA et. al., 2008, AMORIM, 2010), pois o próprio desenvolvimento do cooperativismo e da economia solidária no Brasil estava intimamente ligado a esta concepção. Para exemplificar isso, foi extraído um texto da Cáritas Solidárias, entidade filantrópica fundada em 1956 ligada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), desenvolvendo muitas ações na economia solidária com apoio da SENAES:

“A Economia Popular Solidária (EPS) é uma estratégia de desenvolvimento sustentável e solidário fundamentada na organização coletiva de trabalhadores e trabalhadoras com interesse de melhorar a qualidade de vida por meio do trabalho associado, cooperativado ou mesmo em grupos informais. É ainda uma maneira de combater as desigualdades do atual sistema e de construção de outro modo de produzir, consumir e de pensar as relações entre as pessoas. Há mais de 30 anos a Cáritas apoia grupos de Economia Popular Solidária voltados à emancipação social, política e econômica de comunidades em situação de pobreza (...). A mobilização desses empreendimentos apoiados pela Cáritas, juntamente com o trabalho desenvolvido por inúmeras entidades espalhadas pelo país, consolidou o movimento de economia solidária que, por sua vez, fortalece o desenvolvimento local por meio de experiências significativas como Catende (PE), Assema (MA), Coesperança (RS) e Pintadas (BA). Dentre as redes e cadeias produtivas, destacam-se: Rede Abelha (mel), Justa Trama (algodão), Rede Bode (BA), Rede Marcas (MG) e Rede Mandioca (MA). Neste aspecto, a Cáritas Brasileira participa de 15 Fóruns Estaduais de EPS, contribuindo no fortalecimento dos espaços coletivos, no controle social, no debate das diferentes demandas e na articulação dos diferentes segmentos que compõe o movimento da economia solidária. Neste sentido, uma das principais conquistas do movimento de economia solidária foi a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), dentro da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2003, pelo governo federal, e o Conselho Nacional de Economia Solidária, em 2006. Uma demonstração da capacidade do movimento organizado de propor novas políticas públicas voltadas para uma “outra economia” (...) A Cáritas brasileira executa nacionalmente o CFES desde 2009. Seu papel é articular as ações em rede com os demais centros regionais. Em 2010, a Cáritas Brasileira assumiu a articulação nacional do Projeto Brasil Local, um convênio com a Senaes que teve o objetivo de promover o desenvolvimento local através do fomento à constituição de empreendimentos de Economia Solidária, assim como o fortalecimento daqueles já existentes. O projeto foi executado pela Cáritas Brasileira até final de 2012”⁹

Primeiro ponto a se destacar neste texto é o vínculo direto da filantropia religiosa com o Estado, inclusive articulando-se com outras políticas públicas. Segundo, aparece pela primeira vez a categorização da economia solidária como “movimento” (social), reivindicando a alcunha de “outra economia”, mas desvinculando-a da noção de “modo de produção”, e em seu lugar usando a de “desenvolvimento sustentável”, semelhante à trazida pela SENAES anteriormente.

9 Disponível em: <http://caritas.org.br/projetos/programas-caritas/economia-popular-solidaria>. Acessado no dia 21 de março de 2015.

É importante notar que a filantropia de cunho religioso também se estende a outras áreas, como por exemplo na Responsabilidade Social das Empresas (RSE). O nascimento da filantropia empresarial no Brasil estava ligado diretamente ao aspecto religioso (SARTORE, 2012). Ao longo de seu artigo Marina Sartore mostra a atuação de empresários e financistas, que entre as décadas de 1960 e 1980 enxergaram a atuação filantrópica como “um desejo de eliminar a pobreza, impulsionada por um impulso religioso” (2012, p. 452). Na década 1990 o quadro muda com o surgimento de grupos empresariais mais ligados a questão ambiental. Além disso, a autora mostra uma divisão entre os financistas e os empresários, os primeiros nomeiam suas práticas como “investimento socialmente responsável” (ISR), ao passo que os segundos estão ligados a “Responsabilidade Social empresarial (RSE) e o desenvolvimento sustentável” (SARTORE, 2012). Essas distinções não têm muitas diferenças em um primeiro momento, mas se utilizar de uma linguagem diferente significa um recorte, que revela estados e grupos diferentes que pretendem marcar posição determinada. A linguagem é “o produto das lutas simbólicas anteriores e exprime de forma mais ou menos transformada, o estado das relações de forças simbólicas” (SARTORE *apud* BOURDIEU, 2012, p. 461).

A economia solidária também passa a ser tratada como uma prática de RSE. Luisa e Andrade destacam três formas possíveis de interpretá-la: 1) Até a década de 1950, era entendida como a obrigação da empresa de arcar com suas responsabilidades legais para com seus funcionários. 2) O segundo conceito é o da empresa que vai para além das suas atividades obrigatórias, desenvolvendo ações que gerem um vínculo com a comunidade atendida. 3) A última dimensão acerca do conceito de RSE refere-se à atuação do social de forma global nos negócios (LUISA; ANDRADE, 2007), ou seja, “o compromisso social da empresa com todos os seus públicos: clientes, funcionários, fornecedores, comunidades, meio ambiente e toda a sociedade em geral” (p. 67, 2007).

Esta última alcunha em especial deriva das diretrizes do Instituto Ethos. Segundo Sartore, “a criação do Instituto Ethos pode ser considerada uma das evidências do surgimento de um novo tipo de empresário” (2012, p. 454), a questão deixa de ser filantrópica e passa a ser associada ao empreendedorismo com participação ativa do empresariado brasileiro em questões sociais. Neste ponto, é importante resgatar o raciocínio bourdiesiano, já que grandes empresas tem relação com o Estado, e portanto podem pautar sua atuação. Obviamente, sendo a economia solidária abarcada pelo campo estatal, essas empresas também podem pautar a economia solidária por consequência.

Segundo Luisa e Andrade, existem vários interesses de uma empresa ao empreender

uma ação de RSE, mas sinteticamente é possível definir o retorno lucrativo e a boa imagem:

Desta forma, a RSE significa investimento imediato e retorno financeiro em longo prazo, pois ao melhorar sua imagem institucional, gera-se uma série de fatores que contribuem para a maximização dos lucros da empresa, porém este é um processo lento. Na verdade, o principal objetivo de todas elas é a obtenção de lucro. (2007, p. 69)

As autoras citam o exemplo de uma parceria realizada entre a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Regional de Blumenau (ITCP/FURB)¹⁰, e a multinacional Whirlpool, através do seu braço de responsabilidade social: Instituto Consulado da mulher.

Cujo objetivo era fomentar atividades de trabalho e renda através da criação de cooperativas, estimulando a cidadania feminina “(...) mudando as relações sociais e as de gênero” (2007, p. 81). A parceria atendeu os seguintes empreendimentos:

“(...) o grupo Mãos Unidas de Artesanato, a Cooperativa Cosere – Cooperativa de Serviços, Reaproveitamento e Reciclagem e a Cooperativa Cooperante – Cooperativa Amiga do Meio Ambiente. O grupo Mãos Unidas do Artesanato é composto por oito mulheres, as quais produzem artesanatos variados, mas com ênfase na utilização da técnica de papietagem com filtro de café. Já a COSERERE é um grupo composto por homens e mulheres moradores do Conjunto Habitacional Ulisses Guimarães, que se uniram em 2001 para gerar renda por meio da fabricação de vassouras. A COOPERANTE surgiu também dentre homens e mulheres que trabalham atualmente com reciclagem de lixo, mas em seu estatuto está prevista também a possibilidade de trabalharem com horta comunitária, que é um dos seus objetivos futuros.” (2007, p. 82).

Outro exemplo de parceria desse tipo é exposta no trabalho de Daniel Carvalho. O autor descreve o financiamento da companhia de energia elétrica AMPLA, que detém a distribuição do serviço na região de Niterói, baixada fluminense e no interior do estado do Rio de Janeiro. O projeto visava implementação de um Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD)¹¹ – uma das manifestações da economia solidária – no morro do Preventório em Niterói (RJ) e no bairro de Saracuruna em Duque de Caxias (RJ). O objetivo da empresa era melhorar sua imagem perante as comunidades e a opinião pública, já que a mesma até o

10 Incubação é o trabalho feito por incubadoras de empresas. Estas funcionam como um intermediário para a transferência de conhecimento acumulado da Universidade para grupos de trabalhadores e desempregados que estão procurando meios de alcançar o mercado formal de trabalho. Elas assessoram os grupos populares desde o início de sua formação até a chegada ao mercado. Naturalmente, uma Incubadora Social, ou Solidária, faz esse mesmo processo, mas voltado para empreendimentos de economia solidária.

11 A categoria de BCD será explicada no próximo capítulo.

momento é muito acionada pelo Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON)¹². Além disso, nesses dois espaços havia uma alta incidência de furto de energia (popularmente conhecido como “gato”) e inadimplência. Portanto, a intenção da empresa era fomentar um projeto com o pretexto de aquecer a economia dos bairros, e em troca ganhar respaldo comunitário para diminuir a inadimplência e as ligações clandestinas de energia. Tudo isso feito através do seu departamento de Responsabilidade Social: “A consciência Ampla”. (CARVALHO, 2013).

Pode-se concluir que o fomento de ações de economia solidária se tornou uma atrativa política de RSE. É preciso ainda fazer alguns destaques para fechar esse tópico. Existem correntes e visões que acreditam que iniciativas de RSE vêm de uma pressão da sociedade civil e dos movimentos sociais, para que as empresas tenham outras finalidades além do lucro (SARTORE, 2006). O que também leva a um aperfeiçoamento da gestão e da “(...) forma de conduzir os negócios que torna a empresa parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social”. (LUISA; ANDRADE, 2007, p. 67) Além do mais, também faz com que a mesma tenha um compromisso com a comunidade que a cerca, ou que é atingida por suas atividades.

Fazer atividades de RSE também se torna uma forma eficiente de propaganda com seus produtos, já que esta pode reivindicar um rótulo de “empresa socialmente responsável”. Entretanto, cabe ressaltar que a intenção final é a obtenção de lucro, ou de uma boa imagem que leve a um lucro futuro. A ideia presente nesta perspectiva é a de que a RSE busca uma forma de garantir os lucros, mas gerando uma suposta compensação ou *feedback* socioambiental.

Neste ponto, é possível fazer uma comparação com a tese de “mercado moralizado”, descrito por Fourcade e Healy. É nítido como o Estado e grandes empresas (via práticas de RSE), incorporam demandas pertencentes a um polo preterido da economia, revelando também ser uma eficiente forma para cooptação de movimentos sociais. Afinal, estas empresas adotam essas práticas para atrair um determinado tipo de público. Quando qualquer organização ou movimento busca legitimidade e reconhecimento, em polos dominantes do campo, ela entra implicitamente nas regras do jogo. Portanto são incorporadas, influenciando e sendo influenciada pelo mercado e pelo Estado. “A demanda sistêmica pela legitimidade pode até mesmo servir de combustível para essas reações em um esforço de englobá-las”

¹² Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/03/procon-rj-multa-ampla-em-mais-de-r-1-milhao-por-falta-de-energia.html>. Acessado no dia 18 de março de 2015.

(FOUCADE; HEALY, 2007, p. 305 [Tradução Minha]).

2.1.3 Para a Crítica da Economia Solidária

Abordando a visão da Economia Solidária como “outra economia”, e a forma como o Estado e empresas a acolheram, resta agora entender a concepção crítica que alguns autores carregam sobre a temática. Neste tópico, serão situadas críticas em dois sentidos: Primeiro, uma crítica ao cooperativismo e a Economia Solidária, tomando com base autores de origem marxista, que colocam todas essas experiências em cheque, defendendo sua incapacidade de gerar um novo modo de produção ou superar o atual. Segundo, autores que não negam a economia solidária na totalidade, entretanto, criticam a apropriação que o Estado e as empresas – a partir das políticas de RSE – fizeram.

Em primeiro lugar, para compreender como nasce esta crítica, é preciso fazer um resgate das considerações de Marx e Engels sobre o socialismo utópico e o cooperativismo. Frederich Engels reconhece Robert Owen como fundador do socialismo inglês, lutando para “(...) promover garantias legais para a proteção de saúde dos operários, especialmente das crianças” (ENGELS, 2010, p. 205). Entretanto, mais adiante ele também lembra que por Owen ser um industrial, acaba sendo muito “(...) indulgente com a burguesia e muito injusto para com o proletariado” (2010, p. 270). Engels justifica tal afirmação baseado na premissa de que “socialistas”, como Owen, são pacifistas e não vão às raízes dos problemas, crendo muito mais em uma espécie de filantropia conciliadora entre classes do que na abolição da sociedade capitalista. As críticas de Owen e outros utópicos surgem em um momento que as condições materiais de emancipação dos trabalhadores eram embrionárias, nascendo como um produto da própria burguesia em um sentimento de “autoculpabilização”:

Desejam melhorar as condições materiais de vida para todos os membros da sociedade, mesmo dos mais privilegiados (...). Repelem, portanto toda ação política e, sobretudo, toda ação revolucionária, procuram também atingir seu fim por meios pacíficos e tentam abrir um caminho para um novo evangelho social pela força do exemplo, por experiências de pequena escala que, naturalmente sempre fracassam. A descrição fantasiosa da sociedade futura, feita numa época em que o proletariado, pouco desenvolvido ainda, encara sua própria posição de um modo fantasioso, corresponde às primeiras aspirações instintivas dos operários a uma completa transformação da sociedade (MARX; ENGELS, 1987, p. 45).

Desta forma por consequência, a difusão da economia solidária corresponde a um retrocesso na consciência de classe do proletariado, apoiado nos mecanismos de difusão do sistema dominante. A aplicação de políticas oficiais de economia solidária, adotados pelo Estado e outras instituições tem o objetivo de “(...) neutralizar o ímpeto revolucionário revelado pelo proletário mundial durante mais de um século a partir de 1848” (GERMER, 2007, p. 71). Por isso, a Economia Solidária seria uma forma de tirar os trabalhadores de seu “devir revolucionário”.

Desta forma, organizar-se em forma de empreendimentos solidários significa estreitar sua arena de luta. Primeiro, porque perderiam seu caráter identitário de classe, por serem pulverizados em pequenos grupos “tanto nas cooperativas, quanto nos segmentos de mercado” (2007, p. 61), e por consequência, eles competiriam uns com os outros à medida que fazem parte de cooperativas diferentes. Nessa perspectiva, os trabalhadores não teriam condições de competir com a classe dominante, na medida em que estes monopolizam uma grande quantidade de capital, os meios de produção, aparato tecnológico superior e conchavo com dirigentes estatais (GERMER, 2007).

As fábricas-cooperativas interessaram Marx e Engels que puderam ver a gestação de um novo modo de produção. Todavia, os autores reconhecem também que os trabalhadores não deixam de estar subjugados aos capitalistas, ou seja, ainda existe um antagonismo de classes. Por isso, ao contrário de Singer, que trata a economia solidária como outro modo de produção – expressada nesse caso pelo cooperativismo – trata-se aqui de uma contradição crítica, dentro do próprio capitalismo. Germer ainda argumenta que é impossível existir um modo de produção que conviva com outro:

Não há dois corpos sociais lado a lado, mas um mesmo corpo social em processo de transfiguração, que não é mais inteiramente o antigo mas ainda não é o novo. Como todo modo de produção novo nasce no interior do antigo, a fase de transição entre o capitalismo e o socialismo deve necessariamente caracterizar-se pelo surgimento de formas contraditórias, das quais as fábricas-cooperativas são exemplos”. (GERMER, 2007, pp. 67 e 68)

Segundo Germer, “a antítese capital trabalho foi abolida, mas, ainda assim, sob uma forma capitalista” (2007. p. 68). Inclusive, foi o desenvolvimento das contradições do capitalismo que gerou o cooperativismo. Este foi um movimento inicial correspondente a uma organização embrionária dos trabalhadores. Tanto que após a radicalização das lutas a partir

1848 e a Comuna de Paris em 1871¹³, o cooperativismo deixou de ser mal visto pela burguesia, por representar um movimento menos radical.

Outra crítica pertinente nesse sentido trata sobre o modelo de gestão do empreendimento solidário. Singer conceitua a autogestão como o diferencial dos empreendimentos de economia solidária, em oposição à heterogestão, isso é visto como algo problemático. Esses empreendimentos não são autogestionários, mas sim organizações coletivas de aspecto autogestionário (FARIA 2010). Assim, o José Ricardo Faria, conceitua autogestão em um sentido marxiano, como “uma associação de livres produtores”, ou seja, um modelo de organização do trabalho posterior ao capitalismo. Na verdade, a economia solidária teria usurpado o termo autogestão, aplicando-o em uma espécie de “reformismo econômico” (2010, p. 6).

A conclusão que se chega nesta interpretação é de que a economia solidária e o cooperativismo surgem como uma contradição inerente ao próprio capitalismo, mas sem buscar ou provocar uma ruptura com o mesmo. Enquanto no século XIX, as cooperativas surgiam da auto-organização de trabalhadores, ou pelo estímulo de socialistas filantropos como Robert Owen, no século XX essas propostas são retomadas com força como resposta ao desemprego estrutural gerado pela crise do Estado de bem-estar social e pelo neoliberalismo. Respondendo a essa crise, mas sem o rompimento, esses tipos de práticas geram novas sociabilidades econômicas, mas ao conviver com o capitalismo em vez de combatê-lo, acaba submetendo-se a sua própria lógica, quando, por exemplo, tenta colocar em competição produtos fabricados por cooperativas, com produtos fabricados por uma empresa hegemônica (AMORIM, 2013).

Restam agora mais duas visões críticas que dizem respeito à Economia Solidária, respectivamente a apropriação da mesma pelo Estado e como política de RSE. A primeira é direcionada ao modelo de economia solidária aplicado pelo Governo Federal. Segundo França et al. as políticas públicas aplicadas estariam engessando sua autonomia, e dificultando sua sobrevivência. As autoras da obra baseiam-se em sua experiência de incubação universitária durante 10 anos, com projetos assistidos e financiados pela SENAES (FRANÇA et. al, 2008). Em primeiro lugar, as autoras entendem que as experiências de empreendimentos de

13 A comuna de Paris foi o primeiro governo operário da história, fundado na cidade de Paris em 1871, durante a guerra franco-prussiana, constituindo-se como forma de governo autônoma em relação ao governo francês. A experiência durou três meses, sendo massacrada posteriormente. O governo durou oficialmente do dia 26 de março, ao dia 28 de maio. Para mais informações sobre esse evento, consultar as obras: VIANA, N. **Escritos Revolucionários sobre a Comuna de Paris**. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2011; COSTA, S. **Comuna de Paris: O Proletariado toma o céu de assalto**. Goiânia: EdPuc, 2011.

economia solidária são diversas e existe uma tendência a limitar essas experiências ao cooperativismo. É dirigida uma crítica a SENAES e a aplicação de políticas públicas, recorrendo a entidades de fomento que não defendem nem a propriedade coletiva, nem a autogestão, sendo incluídas na Economia Solidária, apenas com um interesse de conseguir algum recurso público. “Onde de fato não existe o interesse da inclusão social de pessoas carentes, através da geração de trabalho e renda” (2008, p. 19). Segundo, empreendimentos solidários são concepções de intelectuais bem-intencionados, mas que: “(...) não são realmente dialogados ou desejados pelo público atendido” (2008, p. 22). Terceiro, o ganho não pode ser apenas econômico, mas também deve ser político, cultural, social e etc. Quarto, o estabelecimento uma forte relação de confiança entre “incubadores e incubados” (2008, p. 23). Quinto, a legalização precoce do empreendimento pode ser um problema, visto que muitas vezes o grupo atendido não pode arcar com impostos e outros encargos provenientes. Já que estes “(...) não possuem todas as prerrogativas para essa legalização” (2008, p. 25). Sexta, a falta de apoio financeiro adequado: O que significa muitos investimentos para equipamentos e poucos para o capital humano (seja de incubadores, ou de incubados). Sétimo, quando o fomento é conduzido por entidades que não tem a intenção de organizar um empreendimento de Economia Solidária. Oitavo e último, o não reconhecimento de que o público atendido está inserido de forma precária no mercado de trabalho, e que, portanto, lhe apresentar um novo modelo de trabalho é muito difícil. “Não é verdade que a única coisa que impedia estas pessoas de buscarem alternativas deste tipo era o desconhecimento de sua existência” (2008, p. 34).

A outra crítica diz respeito às iniciativas de RSE que segundo Salmon e Cattani, apesar de visarem o bem comum não passam de uma “ilusão retórica” (SALMON, CATTANI, 2009). Em primeiro lugar, existe uma incongruência da manutenção do direito de propriedade e lógica de acumulação com desejo de “uma sociedade melhor”. Os autores também trabalham algumas interpretações recorrentes sobre as políticas de RSE buscando desconstruí-las. A primeira visão é de que a RSE seria resultado de um aperfeiçoamento da gestão das empresas. Isto teria levado as mesmas a se preocuparem com aspectos extra econômicos, valorizando o bem comum. A outra visão é de que as empresas a partir de políticas de RSE atenderiam as demandas de movimentos sociais, setores organizados da sociedade civil e do poder público. Sendo pressionadas assim “a assumirem os custos de prevenção dos riscos ou a reduzirem os danos econômicos, sociais e ambientais” (2009, p.

289). Contudo, os autores defendem a ideia de que essas políticas são apenas uma forma de compensar a precarização do trabalho e a exploração desmedida da natureza, que levaram ao comprometimento do capitalismo neoliberal. A RSE seria apenas uma forma de garantir uma boa imagem, sendo resultados desses problemas e contradições geradas por estas mesmas empresas.

A legitimidade dessa suposta “preocupação social” se constrói em cima de sua política de desenvolvimento sustentável, justificada através de sua carta ética, ou outros documentos como diretrizes de gestão ou balanço social (2009, p. 290). Também funciona como uma forma de defesa a sua imagem, para evitar o boicote aos seus produtos, buscando o rótulo de empresa “socialmente/ambientalmente responsável”.

Ademais, a RSE pode ser entendida nos países centrais “(...) como um retrocesso comparativamente aos sistemas de proteção social, largamente mais ambicioso e coercivo do que os códigos de boa conduta” (2009, p. 290). Nos países periféricos, aparece em um primeiro momento como algo bom, que garantiria o equilíbrio social e econômico, fazendo o papel que o Estado não conseguia realizar. No entanto, nada mais é que um mascaramento da precarização do trabalho. Ainda nesse sentido, os autores acusam as empresas de assumirem prerrogativas que são dos Estados, “impondo suas próprias diretrizes na concepção das políticas públicas”. (2009, p. 291). Esses projetos tendem a ter características assimétricas, impostas de cima para baixo com pouco diálogo o público atendido. Como corroborado por França et. al., em relação às empresas que tem um desejo de fazer “um negócio social”, mas esbarram na falta diálogo, impondo demandas impossíveis de serem atendidas pelo público assistido (FRANÇA et. al., 2008). Esse tipo de situação corrobora também com o desengajamento político dos cidadãos, recebendo uma suposta benesse de empresas, sem refletir politicamente sobre esta ação. Concluindo, a RSE se torna “(...) um empreendimento de sedução, recuperando e neutralizando as críticas sociais” (2009, p. 292). Neutraliza-se pautas críticas ressignificando-as de acordo com o interesse desejado.

Portanto, neste tópico foi abordada a história do cooperativismo, onde segundo Marx e Engels, nada mais foi que uma fase embrionária das lutas trabalhistas, que seria superada pelo movimento real e autônomo da classe da trabalhadora e não por um burguês esclarecido como Owen (MARX; ENGLES, 1987; ENGELS, 2010). O que leva a crítica contemporânea de Germer e Faria no âmbito da superação das cooperativas e da economia solidária, pelo movimento real da história. O que segundo eles, levou a uma interpretação errônea de Singer e outros intelectuais, sendo que estas apenas atrasam e prejudicam as lutas do proletariado

(GERMER, 2007; FARIA; 2010). No que diz respeito às críticas parciais temos autores como Salmon e Catani, ressaltando que as práticas de RSE, nada mais são do que uma simples maquiagem para as explorações criadas pelo mercado capitalista (SALMON, CATTANI, 2009). Pode-se citar ainda a concepção de França et. al., no que diz respeito à crítica sob a forma como a SENAES aplicou as políticas públicas de economia solidária (FRANÇA et. al. 2008).

2.2 As Interpretações Rivals do Microcrédito

O termo microcrédito foi cunhado em 1976, a partir da experiência do *Grammen Bank*. O projeto consistia em “emprestar pequenas parcelas de empréstimo para pessoas que estavam excluídas do sistema bancário tradicional” (COELHO, 2003, p. 154). Todavia, essas práticas de crédito são bem anteriores e remetem a outras experiências, localizadas dentro das chamadas microfinanças, pois além do serviço de crédito oferecem poupanças, transferências e seguros. Tudo o que uma instituição bancária oficial faz, mas em pequenas quantidades e para públicos distintos (SERVET, 2009). O microcrédito é um dos produtos das microfinanças. Neste tópico inicial pretendemos fazer um resgate histórico de algumas instituições e que foram pioneiras nessas práticas.

Fundamentalmente, uma instituição de microfinanças atende um público que está excluído do sistema bancário hegemônico. Geralmente, usam-se critérios diferenciados, e o empréstimo é concedido em pequenos montantes – se comparados com instituições bancárias mais robustas – tendo os débitos (incluindo os juros) parcelados de forma condizente com a renda do público atendido, garantindo o pagamento.

A história dessas experiências remete ao século XVIII, na Inglaterra, com a *Lending Charity*, consistindo em“(…) um sistema de fundos de empréstimos para empreendedores” (2003 p. 155). Outra experiência significativa ocorreu no século XIX, na Irlanda, o *Irish Loan Funds*, que em seu auge chegou a emprestar dinheiro para 20% da população irlandesa. As formas como esses fundos são obtidos também são variadas, nos dois casos citados vieram respectivamente de filantropos que se sensibilizaram com a pobreza. No caso da Inglaterra, uma pequena burguesia comerciante e no caso da Irlanda, de um professor universitário que doou 500 libras para um grupo de pessoas, exigindo garantias de dois vizinhos, caso este não arcasse com a dívida (COELHO, 2003). Outra experiência importante ocorreu na Alemanha

em 1840, com o surgimento da rede de cooperativas de crédito *Raiffeisen*. A metodologia de trabalho era semelhante aos demais, com concessão de pequenos valores de empréstimos para pessoas em situação de baixa renda. Mas o grande diferencial estava no conhecimento do território em atuação:

As cooperativas Raiffeisen tiveram muito sucesso, evitando grandes perdas. O principal fator desse sucesso foi a dimensão de territorialidade presente na formação das cooperativas. Cada cooperativa deveria operar numa pequena região para conhecer pessoalmente os tomadores de empréstimos e seus propósitos. Dessa forma asseguravam que todos os empréstimos fossem pagos. As cooperativas Raiffeisen ao longo do tempo se desenvolveram e se transformaram em bancos comerciais sem diferenças quanto aos demais bancos que já existiam. (COELHO, 2003, P. 156).

Além dessas, outra experiência relevante é a do *Bank Rakyat Indonesia Unit Desa System Indonesia* (BRI). Fundado em 1897, tem o diferencial de ser um banco estatal, além disso, agia como uma “extensa rede de pequenas unidades bancárias que funcionam como centros de negócios e provêm empréstimos individuais e serviços de poupanças” (2003, p. 157). Também na Indonésia, surgiu também o *Badan Kredit Desa Indonésia* (BKDs), que consiste em um sistema de pequenos bancos em cidades ao longo da Indonésia que emergiu durante o período colonial holandês, começando a operar em 1940. “Os bancos estão sob a supervisão do BRI e oferecem empréstimos individuais e serviços de poupança” (2003, p. 161). Todavia, o caso de maior notoriedade é do *Grameen Bank* em Bangladesh, pois foi a partir desta experiência que intelectuais, agências de fomento, administradores públicos e empresários passaram a dar atenção ao crédito como questão de pesquisa e política pública (SERVET, 2009). Todos esses desdobramentos, assim como a história do *Grameen*, serão desenvolvidos nos próximos tópicos.

2.2.1 Microfinanças e Finanças Solidárias: Uma forma de superação da pobreza

O *Grameen Bank* nasce a partir do incômodo de Mohammad Yunus – então professor de economia, da Universidade de Chittagong – com a pobreza de seu país, Bangladesh. Estudou economia na mesma universidade e fez seu doutorado nos EUA. Assistiu de longe o processo de independência do seu país no ano de 1971, quando este se separou do Paquistão. Quando terminou seu doutorado em 1972, voltou a convite do novo

governo para ocupar o cargo de “Chefe da Comissão de Planejamento” – uma espécie de ministério – Yunus, porém, não se sentiu contemplado com o cargo e abriu mão dele alguns meses depois, voltando a lecionar na faculdade de Chittagong.

De volta a carreira acadêmica, o autor se incomodava com o fato de suas aulas de economia não contribuírem na transformação da realidade social em que vivia. Enquanto lecionava na universidade, falava com entusiasmo sobre os inúmeros “teoremas e fórmulas” que pareciam ser mágicas e que resolveriam todos os problemas. Contudo, o autor percebeu que toda essa teoria não correspondia com a realidade de seu país. Aliás, Yunus destaca alguns paradoxos da vida social que não preocupavam os economistas, como por exemplo, o fato de “já termos mandado o homem a lua, mas não termos extinguido a fome” (2000, p. 90).

Ele decide sair das salas de aula e engendrar projetos de geração de renda através da universidade (Algo semelhante a um projeto de extensão na atualidade). Inicialmente, sua ideia era buscar soluções sobre um problema bastante explícito em seu país: A fome. Dedicou-se a entender o porquê da produção de alimentos em seu país ser insuficiente para atender toda a população. Ele se estarrece ao descobrir que o principal motivo da baixa produção agrícola era um impasse entre os produtores locais e o governo, a respeito de qual dos lados iria arcar com a taxa de uso de água em poços instalados nas plantações (YUNUS, 2000). Além disso, estes poços não recebiam a manutenção necessária. Yunus critica o fato de terem sido instalados, mas em nenhum momento houve dialogo ou um treinamento com seus usuários sobre como usá-los. Por isso, o autor propôs uma parceria entre produtores e arrendatários, onde ele se responsabilizaria pela manutenção dos poços e pelos insumos. Cada parte levaria um terço da produção. Por isso, essa cooperativa agrícola foi batizada de “Fazenda Três Terços Nabajug” (2000, p. 92). O projeto foi um sucesso, tanto que foi agraciado com um prêmio pelo governo de Bangladesh em 1974 (exceto para Yunus, que tomou um calote dos agricultores, não recebendo sua parte da produção).

Durante este projeto algo chamou sua atenção. A execução de tarefas enfadonhas e a baixa remuneração nas atividades produtivas, por exemplo, a separação de arroz da palha seca. Yunus percebeu que os produtores agrícolas, mesmo que com pequenas propriedades, obtinham lucros, ao passo que os trabalhadores das lavouras além de uma produção doméstica, precisavam vender sua força de trabalho em fazendas alheias recebendo apenas uma parte ínfima da produção. Também foi notada uma distinção de gênero, ao passo que todas essas pessoas eram mulheres. O autor descreve a jornada cotidiana delas:

“Eu mal suportava olhar essa cena: de 25 a 30 mulheres esfregando o arroz produzido na fazenda. Descalças, ficavam em pé voltadas para a parede, onde se apoiavam com a palma dos pés. Faziam um movimento contínuo de torção com os pés, para forçar a casca a se despregar, e isso sem interrupção desde a manhã até a noite. Seu salário dependia da quantidade de arroz que descascavam numa jornada de trabalho. Elas recebiam a décima sexta parte do arroz descascado. Isso significava geralmente quatro quilos de arroz por dia, ou seja, o equivalente a 40 cents”. (2000, p. 94).

Averiguando mais a fundo, Yunus descobriu que essas mulheres além de possuírem empregos análogos a escravidão, também eram refém de agiotas, pois necessitavam de pequenas quantias de dinheiro para suas atividades de subsistência. Contudo, Yunus descobriu o valor dessa dívida era irrisório, algo em torno de 856 takas (moeda local), o que equivaleria a “27 dólares” na época (2000, p. 26). Ele usou seu próprio dinheiro para quitá-la, e posteriormente em parceria com outros membros da universidade passaram a emprestar pequenos valores, para que elas não precisassem mais recorrer aos agiotas.

O grande problema dessa população era não ter propriedade, portanto não possuíam uma garantia para adquirir empréstimos. Então ele decide por si adquiri-lo e repassar o dinheiro para essas mulheres. Entre 1977 e 1979, conseguiu depois de muita procura um banco lhe concede-se um financiamento para a abertura uma agência experimental na aldeia de Jobra (onde se localiza a Universidade de Chittatong), desta forma nasceu o Banco Experimental *Grameen* (ou “Banco da Aldeia”)¹⁴.

Os aspectos metodológicos do *Grameen Bank* eram bem diferentes dos Bancos convencionais. Primeiro só concediam crédito para mulheres, pois foi constatado que elas o geriam melhor que os homens, já que elas usavam o financiamento para a família. Ao contrário destes, que geralmente usavam para fins próprios. Segundo, os moradores não precisam ir até a agência para conseguir um empréstimo. As “agentes de crédito” iam até as pessoas para convencê-las. Mas o que diferencia dos demais Bancos é o aval solidário:

“(…) o Grameen só aceita como membros grupos de cinco mulheres, dispostas a se responsabilizar coletivamente pelos empréstimos feitos a cada uma. O grupo se reúne regularmente e aprova os pedidos de empréstimo de cada membro. Se a devedora deixar de reembolsar o empréstimo nos prazos devidos, os demais membros a ajudam ou a fazem em seu lugar. Em caso de falta de reembolso, todas as cinco mulheres do grupo são eliminadas do Banco da Aldeia. (...) As mulheres que recebem empréstimos não são meras clientes do Banco, elas se tornam sócios dele, integrando uma rede que se estende por milhares de aldeias de Bangladesh.

14 A origem do nome está relacionada com o *Krishi Bank* (Ou Banco Agrícola), instituição bancária que aceitou a proposta de financiamento, ao passo que a palavra *Grameen*, vem de *Gram*, que no dialeto bangali significa aldeia (YUNUS, 2000).

Elas integram um grupo de cinco constitui um fundo mútuo, formado por 5% de cada empréstimo e mais 2 takas por membro. Este fundo ajuda os membros em dificuldade a manter em dia seu compromisso com o Banco. Para melhorar a ajuda mútua, criaram-se ‘centros’ que aglutinam até oito grupos de cinco e se reúnem semanalmente, com a presença de um agente de crédito do Banco.” (SINGER, 2002, pp. 79; 80).

Em 2011, Yunus se afastou do *Grameen Bank*, após denúncias de uma emissora de televisão norueguesa, de que a instituição estaria fazendo transferências ilegais e evasão de divisas. Ademais, Yunus já mantinha uma ruim relação com a primeira ministra e o Banco Central de seu país. O governo de Bangladesh não reconheceu as irregularidades após auditoria¹⁵. Segundo dados da própria instituição, em 2013 o ativo passou de US\$ 2.300.000, e foram concedidos mais de US\$ 1.300.000¹⁶ em empréstimos.

Resta agora definirmos alguns preceitos que esta instituição carrega e reproduz. Em primeiro lugar, pode-se pensar no *Grameen* como uma instituição independente, que se coloca em uma posição de autonomia entre o Estado de Bangladesh e as instituições internacionais de fomento, mesmo que o primeiro seja responsável por parte da gestão do Banco e os segundos realizem repasses, financiamentos e outros tipos de recursos. Segundo o autor, “complicações burocráticas” (2000, p. 27), atrasam o envio de recursos de entidades de fomento. O problema com o Estado e sua burocracia, é que este sempre toma parte dos recursos para sua manutenção (e corrupção), além de postergar a chegada destes para o público alvo. Essas instituições – na visão de Yunus – erram ao passar recursos através do Estado. O autor defende que seria muito mais eficiente se esse dinheiro fosse direto para fundos de microcrédito como o *Grameen*.

Yunus ainda problematiza as políticas de desenvolvimento social, primeiro pelo seu aspecto sexista, não colocando “mulheres como protagonistas desse desenvolvimento” (2000, p. 96). Segundo, pelo fato de não levarem em conta as especificidades do território onde deseja realizar uma promoção social. Existe uma tendência a entender o a pobreza como um processo homogêneo, descartando variáveis como “região, ocupação, religião, sexo, origem étnica e etc.” (2000, p. 97).

A política do *Grameen* é atender “os mais pobres entre os pobres”, justamente aquelas pessoas que estão em situação de miséria extrema. Primeiro, pela questão de urgência,

15 Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/05/yunus-deixa-grameen-bank-apos-perder-batalha-judicial.html>. Acessado no dia 21 de março de 2015.

16 Dados disponíveis em: http://www.grameen.com/index.php?option=com_content&task=view&id=179&Itemid=424. Acessado no dia 20 de março de 2015.

já que estas pessoas não conseguem garantir sua subsistência. Ainda assim, essa condição gera aquilo que para o autor é a maior garantia de que esse público pagará seus empréstimos: Essas pessoas realmente precisam do financiamento, é uma questão de sobrevivência. Afinal, elas não “trabalham para manter bens, mas para permanecerem vivas” (2000, p. 99). Eles não têm motivo para não pagar, pois precisarão de outros empréstimos. Por isso, nesta concepção, a missão do *Grameen* seria de estimular o potencial criativo desse público para superação da pobreza. Isso está imbricado na crença que o autor tem na autossuficiência dos indivíduos, e de que o ser humano busca a sobrevivência de todas as formas possíveis. Por isso, mesmo em condições miseráveis será encontrada uma “atividade útil” (2000, p. 17).

Outra crença ou filosofia de atuação está presente na questão do crédito ser majoritariamente destinado as mulheres. Pois para o autor, elas são o grupo social mais oprimido de Bangladesh, tanto pela pobreza material, quanto pelos imperativos culturais. Empréstimo de dinheiro para mulheres, nesse sentido, é tanto garantir a elas sua independência econômica, como também uma forma de resistência e luta contra o machismo que existe neste país. Este exemplo é bem esclarecedor:

“Além das providências institucionais para garantir um melhor relacionamento entre marido e mulher, o sistema *Grameen* de empréstimos em grupo também ajuda atuando quase como um conselheiro informal para o casal. (...) Caminhava sozinho pela rua de uma aldeia em direção à agência, vindo de uma reunião de centro, quando encontrei um jovem, de cerca de 30 anos. Passamos a andar lado a lado. – O senhor é do Banco *Grameen*? – perguntou ele. – [Yunus]¹⁷ Sim. Mas como o senhor o sabe disso? – [Joynal] Vi o senhor indo para a reunião de centro na aldeia. Minha mulher também está no grupo. (...) Ele disse se chamar Joynal; era trabalhador agrícola. Sua mulher, Farida, entrara no *Grameen* oito meses antes, e eles tinham uma filhinha de 5 anos. – [Joynal] Farida trabalha duro para pagar em dia, toda semana, a prestação. Até agora ela não deixou de pagar nenhuma. – [Yunus] Ela teve seu consentimento para entrar no *Grameen*? – [Joynal] Teve. Mas no começo eu não tinha certeza de que ela estava fazendo o que devia. Mas outras mulheres da aldeia também estavam entrando para o *Grameen* e ela sempre ficava pedindo a minha permissão. Finalmente eu consenti. – [Yunus] O senhor está contente por ela ter entrado? Ou o senhor acha que teria sido melhor ela não ter entrado? – [Joynal] Não, não, estou contente por ela ter entrado. Ela ficava reclamando que nós não tínhamos comida suficiente e agora não reclama mais. Temos o bastante para nós três. (...) – Mas tem uma coisa: eu gostava de bater na minha mulher. Mas da última vez que bati nela tive um problema. As mulheres do grupo de empréstimo de Farida discutiram e gritaram comigo. Eu não gostei disso. Quem deu a elas o direito de gritar comigo? Eu posso fazer o que bem entender com a minha mulher. Antes, quando eu batia nela, ninguém dizia nada, ninguém se metia. Mas agora isso acabou. O grupo de empréstimo dela me disse que vai ser duro comigo se eu bater nela outra vez” (2000, p. 150).

17 Por se tratar de um diálogo, avalei que no formato de citação longa ficaria confuso para o leitor saber onde começa e acaba a fala de cada interlocutor. Assim, indiquei onde está a fala de cada um com o intuito de facilitar a leitura.

Em síntese, podem-se estabelecer alguns preceitos que são sustentados pelo *Grameen*. Como ficou claro, a instituição deposita grandes expectativas na capacidade de agência individual, especialmente das mulheres. Do ponto de vista político, Yunus acredita que a instituição está para além das noções clássicas de “esquerda” e “direita”. Com uma interpretação crítica das políticas do Estado, crença na autossuficiência dos indivíduos e críticas a políticas “assistencialistas”, o *Grameen* poderia ser colocado a “direita” do espectro político. No entanto, o banco também defende o fim da pobreza, acesso universal a educação, assistência médica, emprego e igualdade de gêneros. Isso os colocaria a “esquerda”.

Por isso, Yunus define o *Grameen* como um “setor privado orientado para consciência social” (2006, p. 265). Porém, neste discurso há uma diferença com de empresas, empresários e financistas, como analisados por Sartore. Estes têm como fim o lucro de seus acionistas, todavia, buscam políticas socioambientais aliadas as suas atividades principais (SARTORE, 2006; 2012). O *Grameen* ao contrário, não tem uma “política responsabilidade social”, a “responsabilidade social” é a sua “política”. O fim, é a superação da pobreza, via mercado e geração de atividades de trabalho e renda, pelo menos no discurso.

Resta agora neste diferenciar o conceito de microfinanças de finanças solidárias. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que o espaço que estes dois termos ocupam é bastante nebuloso, pois muitas vezes se misturam e se confundem. Uma das principais razões disso reside no fato de que defensores de ambos os discursos reivindicam experiências de créditos a classes baixas de sucesso: como a *Lending Charity*, *Irish Loan Funds*, cooperativas *Raiffeisen*, e o próprio *Grameen Bank*. Pode-se dizer que existe uma questão política que separa essas duas categorias.

Contudo, é possível estabelecer um marcador importante: A reivindicação das microfinanças para dentro do discurso da economia solidária. Existe um entendimento de que o conceito de finanças solidárias como uma ampliação das microfinanças (SINGER, 2009; PASSOS, 2007; GARCIA, 2012). A diferença da noção de finanças solidárias reside no fato do benefício ser individual. A ideia é atrelar o crédito ao desenvolvimento de um território específico, e não ao de indivíduos isolados. Ainda na esteira desse pensamento, resgata-se a concepção de Yunus da “capacidade criativa dos pobres”. Não obstante, por essa mesma lógica, o *Grameen* não poderia ser reivindicado como uma iniciativa de finança solidária, pois segundo seu próprio fundador:

“O Grameen é essencialmente voltado para o desenvolvimento econômico em escala individual, e quem diz desenvolvimento diz mudança. Quando um indivíduo consegue reverter sua situação financeira, tudo se transforma, então se produz uma mudança radical na sua vida.” (2000, p. 189).

Assim como algumas experiências de cooperativas de crédito anteriores, cujo objetivo era atender apenas os sócios, e não uma comunidade. É importante destacar os trabalhos de Ricardo Abramovay (ABRAMOVAY et. al., 2005, 2007a, 2007b), no que dizem respeito a importância das microfinanças para o desenvolvimento comunitário de grupos amplos e não apenas de indivíduos específicos. Reforçando que laços de solidariedade com critérios de avaliação distintos podem existir na estrutura social. Revelando como o capital social e as relações comunitárias são uma importante ferramenta para a constituição e manutenção destas iniciativas. Isso se assemelha com o próprio discurso das finanças solidárias. Ainda nesse sentido, cabe ressaltar que Abramovay e Junqueira em seu trabalho, deslocam a noção de solidariedade para um sentido mais amplo. Chamando de “microfinanças solidárias” todas as ações que possuem como meta produtores e consumidores excluídos do sistema financeiro tradicional. Afirma-se, portanto, que apesar de diferentes nomes, essas práticas são essencialmente a mesma coisa:

Podem-se citar o microcrédito, as microfinanças, as microfinanças descentralizadas, as microfinanças de proximidade ou, ainda as finanças solidárias como os termos mais empregados para definir tais iniciativas. Esses termos são operacionalizados pelos bancos de desenvolvimento, pelas cooperativas de poupança e crédito, pelos bancos cooperativos e pelas instituições de microfinanças, algumas delas representadas pela chamada indústria das microfinanças (ABRAMOVAY; JUNQUEIRA, 2005, p. 20).

Um exemplo ocorre no interior da Bahia, onde vários grupos se organizaram em um misto de laços comunitários, crenças religiosas e novas práticas políticas, culminando na constituição de cooperativas de crédito. Este processo retirou os sertanejos das relações personalistas e dependentes com os latifundiários. O que “(...) construiu elos de conexão entre as comunidades e as redes externas” (ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2007, p. 114). Outro exemplo vem do bairro Jardim da Conquista em São Paulo, onde a relação de vizinhança foi importante para obtenção do que se constituiu como uma forma de monitoramento que garantiu a adimplência dos moradores locais. Estes mantinham relações permanentes, o que funcionava como um eficiente método de fiscalização. Segundo os autores: “As relações de interconhecimento do grupo incorporam-se a um padrão de relacionamento com a organização de microcrédito em que devolver o empréstimo é um compromisso moral e, ao

mesmo tempo, a condição para obtenção de novos financiamentos” (2007, p. 127). Mesmo que os pagamentos de empréstimos sejam individuais, é bem problemático pensar que este processo não seja coletivo.

Esse argumento é corroborado pelo estudo panorâmico de Biggart (2001) – que também não trabalha com a categoria de finanças solidárias –, sobre as cooperativas de crédito que ganharam destaque no que diz respeito à superação da pobreza, inspirados na experiência do *Grameen Bank*. O estudo de caso gira em torno do que a autora chamou de *Rotating Savings and Credit Associations* (ROSCAS), espalhadas por países periféricos de várias partes do globo. Uma das condições gerais que a autora percebeu foi justamente uma organização de base social comunal e uma obrigação de dever individual para com um coletivo. Biggart afirma que o modelo de ROSCAS não foi encontrado “em sociedades com alto grau de individualismo” (BIGGART, 2001, p. 140). Outro aspecto fundamental é que a “incerteza” do não pagamento de um débito “é reduzida por uma coerção dos laços familiares” (2001, p. 141).

Em vista disso, é preciso destacar que operar numa lógica distinta também é uma forma de um grupo social se diferenciar de outro. Portanto, mesmo que o empréstimo seja individual, o monitoramento de grupos e os ganhos tanto econômicos, como “não-econômicos” mostram que os benefícios são coletivos, e refletem algo mais amplo que essas dicotomias. Sendo assim, microfinanças ou finanças solidárias, representam iniciativas semelhantes, com a diferença de que a segunda categoria representa a apropriação que a economia solidária faz da primeira. Pode-se assim usar o argumento de Sartore, em relação às práticas socioambientais, de financistas e empresários (ISR e RSE, respectivamente), que na prática são idênticas, mas ao passo que seus atores imprimem uma distinção simbólica, eles marcam o espaço social e lhe conferem um novo significado (SARTORE, 2012). Na conclusão essas diferenças serão esmiuçadas.

2.2.2 O Microcrédito como política pública e uma prática de Responsabilidade Social Empresarial

Neste tópico, será tratada a forma como o microcrédito foi incorporado pelo Estado como política pública, assim como ação de RSE dos Bancos Privados. Pode-se dizer que

existem iniciativas de microcrédito, independentes do governo federal, geralmente de cunho endógeno e inspiradas em outros países. Contudo, o grande marco representativo foi a criação da Lei 11.110, de 25 de abril de 2005, que criou o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNPMO), seus objetivos gerais são:

Incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares; Disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado; Oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos empreendedores populares¹⁸

A lei cobre os microempreendedores populares, pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, “com renda bruta até R\$ 60.000, e que foi alterada para 120.000 mil pelo Decreto 6.607 de 21/10/2008”¹⁹. Os recursos são provenientes do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) e as parcelas dos recursos dos depósitos à vista destinados ao microcrédito, de que trata o Art. 1º da Lei 10.735, de 11 de setembro de 2003.

Os recursos delimitados pelos recursos obtidos através do FAT são captados por instituições públicas como o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, BNDES, ou seja, as instituições financeiras oficiais.

Os participantes da iniciativa são: As cooperativas de crédito singulares, agências de fomento de que trata a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001; sociedades de crédito ao microempreendedor, do que trata a Lei nº 10.194 de 14 de fevereiro de 2001 e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), de que trata a lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

Também são definidos os agentes de intermediação no PNPMO. Que são os bancos de desenvolvimento, as agências de fomento, os bancos cooperativos e as cooperativas centrais de crédito que podem atuar como repassadores de recursos, Agentes de Intermediação (AGI), Instituições Financeiras Operadoras (IFO).

Além disso, a fiscalização e gerência são feitas pelo Conselho Monetário Nacional e o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT). Essas duas instituições são compostas por dois ministérios: Trabalho e Emprego, da Fazenda, do

18 Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/pnpmop/apresentacao/>. Acessado no dia 23 de março de 2015.

19 Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/pnpmop/esclareca-suas-duvidas/>. Acessado no dia 23 de março de 2015.

Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Suas funções são: Subsidiar a coordenação e a implementação das diretrizes do PNMPO, definir suas prioridades técnicas e operacionais e acompanhar sua execução.

Os agentes de intermediação do PNMPO são os bancos de desenvolvimento, as agências de fomento, os bancos cooperativos e as cooperativas centrais de crédito, AGI, Instituições IFO para as instituições de microcrédito produtivo.

Para regular o funcionamento do microcrédito no Brasil, o Banco Central do Brasil (BCB), toma essa lei como marco fundamental. Em primeiro lugar, a partir da lei essa instituição define que são quatro tipos de instituições concedentes de microcrédito no Brasil: 1) Agências de Fomento; 2) Bancos; 3) Cooperativas de Crédito; 4) Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM) (BRASÍLIA, 2014). Ademais, a carteira de tomadores é majoritariamente de pessoas físicas (PF), se comparada com as pessoas jurídicas (PJ), “95% e 5% respectivamente” (2014, p. 6). Por fim, vale destacar que o microcrédito representa 0,2% do valor e 0,4% das operações do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Com valor bruto de 5,3 bilhões, relativos a 3,1 milhões de operações de crédito (BRASÍLIA, 2014, p. 31).

Segundo o BCB, esses quatro segmentos em conjunto contabilizam as 102 instituições concedentes de no microcrédito no Brasil. Sendo as cooperativas de crédito que possuem o maior número (73, ou 72% do total), ao passo que existem 10 bancos, 10 SCMs e 9 agências de fomento com programas de microcrédito. Contudo, é importante frisar que em relação ao valor da carteira de empréstimos, e do número de operações realizados, os Bancos possuem números esmagadores em relação aos demais segmentos: 91,4% do valor total da carteira de empréstimos, 95% do total de operações, e 93,5% do total de clientes. Aliás, dentre a carteira de empréstimo dos Bancos, 80% dela “é feita por apenas três bancos públicos” (2014, p. 25). Por regiões, o microcrédito é mais difundido na região nordeste (52%), seguido do sudeste (23%), Sul (18%), Centro-Oeste (5%) e Norte (3%).

Outro dado importante é que os tomadores de empréstimos são majoritariamente compostos por Pessoas Físicas (PF), em um total de 95% em contraposição a pessoas jurídicas (PJ), que são apenas 5%. Dentre os tomadores que são PFs: 35% tem renda até 1 salário mínimo, 16% entre 1 e 2, e 24% de 2 a 3 salários mínimos. Representando assim, 75% da carteira na faixa entre 1 e 3 salários (2014, p. 8).

Em relação à inadimplência, o BCB faz uma diferenciação entre a chamada carteira identificada, isto é, aquela que possui um valor maior que R\$ 1000,00, e não identificada com valor inferior a R\$ 1000,00. (2014, p. 6). Desta maneira, em relação à carteira identificada, a

inadimplência somada de PF e PJ em termos absolutos totalizam 5%. Já na carteira não identificada, a inadimplência é mais alta: 18,5% entre as pessoas físicas, e 15,4% entre as pessoas jurídicas (2014, p. 19).

Já na inadimplência por segmento, as agências de fomento concedentes de microcrédito possuem uma inadimplência de 5,2% entre pessoas físicas, e de 1,4% entre as pessoas jurídicas. A inadimplência registrada pelos Bancos é 5,8% na pessoa física e de 9,4% na pessoa jurídica. A inadimplência mais baixa é das cooperativas de crédito:

A inadimplência das cooperativas de crédito concedentes do microcrédito é de 1,3% entre as pessoas físicas e de 1,1% entre as pessoas jurídicas – as menores entre os quatro segmentos – sendo baixa para a maioria das instituições do segmento. Chama atenção quantidade de inadimplências como sendo zero: são 33 cooperativas de crédito (45,2% do segmento) sem inadimplência na carteira de pessoas físicas e 32 (43,8% do segmento) na carteira de pessoas jurídicas (2014, p. 30).

Em relação ao comprometimento da renda com o pagamento dos empréstimos, na modalidade microcrédito, constata-se respectivamente que: Tomadores com rendimento até 3 salários mínimos comprometem 33,8%. De 3 a 5 salários mínimos 26,7%. De 5 a 10 salários mínimos 23,3%. Acima de 10 salários mínimos 12,8%. Somando todas as faixas de clientes, o comprometimento fica em 30,4% da renda.

Partindo para a conclusão do relatório, constata-se que o entendimento de microcrédito como modalidade de empréstimo e financiamento é predominantemente destinado a pessoas físicas, que estão na faixa de 1 a 3 salários mínimos. As cooperativas de crédito são o segmento que mais difundem o microcrédito. Porém, em relação ao valor da carteira, operação e quantidade de clientes, os bancos comerciais e oficiais têm números esmagadores em relação aos demais. O microcrédito também uma baixa expressividade no SFN, em relação ao valor da carteira de crédito e do número de operações (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014).

Cabe agora colocar quais são políticas de microcrédito usadas pelas instituições bancárias oficiais (bancos públicos) e os bancos privados. Foram escolhidas três instituições públicas que são as principais operadoras do microcrédito no Brasil, além de duas instituições privadas que tratam essa modalidade de empréstimo como forma de RSE.

Em seu site, o Banco do Brasil define que seu programa de microcrédito produtivo orientado (MPO) atende as “necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas

empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte”²⁰. Além disso, o BB disponibiliza funcionários para acompanhar e orientar o “desenvolvimento sustentável” dos empreendimentos assistidos. Nota-se também a exigência de algumas garantias formais: Ser correntista do banco e empreendedor informal, com renda de até R\$ 10.000 por mês ou Micro Empreendedor Individual (MEI) com faturamento de R\$ 60.000 por ano, ou a micro empresa até R\$ 120.000 e não ter endividamento no SFN que exceda R\$ 40.000. Seguindo a lei 11.110 que regula o microcrédito produtivo orientado O limite de empréstimos é de três por ano, sendo no máximo dois em um mês. A taxa de juro fica em 2,80% ao mês, e a taxa de abertura de crédito é de 3%.

Outro Banco Oficial que criou esse tipo de programa é a Caixa Econômica federal, por meio do “Crescer”. Esse foi cunhado em 2012, seguindo as diretrizes da lei 11.110 com o limite de faturamento anual para entrar na proposta são de R\$ 120.000,00. O financiamento é nas modalidades de capital de giro e investimento, com mínimo de R\$ 300,00, e máximo de 15.000,00 por ano, sendo a primeira contratação de R\$ 3.000,00, e a partir do segundo contrato, 5.000,00. O prazo médio para capital de giro varia de quatro a seis meses. Já no Microcrédito para investimento, o médio prazo fica entre 12 e 24 meses. Também existe um acompanhamento técnico dos tomadores de empréstimo, por meio da visita de agentes que dão orientações necessárias para os tomadores sobre como usar o dinheiro. O diferencial do programa do CEF é que ele visa à formalização dos trabalhadores autônomos. Fazendo isso, o tomador tem acesso aos benefícios previdenciários com contribuição de 5% do salário mínimo, o que equivale a R\$ 27,25 por mês. O programa também se entende para pessoas jurídicas. Também possui uma linha especial para beneficiários do Programa Bolsa Família que desejam abrir seu empreendimento²¹. Existem 21 comunidades do Brasil que são atendidas pelo programa. A taxa de juros é de 2,4% ao mês, e a taxa de abertura de crédito é de 3%.

O último banco oficial federal que possui carteira de microcrédito orientado é o BNDES, com o programa intitulado “BNDES Microcrédito”. O diferencial dessa linha reside no fato dessa instituição ser um banco de fomento, dessa forma financiamento não é passado

20 Disponível em: <http://www.bb.com.br/portalbb/emp/mpe/page47,108,7514,8,0,1,2.bb>. Acessado em 23 de março de 2015.

21 Disponível em: <http://exame.abril.com.br/pme/noticias/programa-de-credito-para-microempreendedor-ja-esta-disponivel>. Acessado em 23 de março de 2015.

diretamente para PFs ou PJs, mas sim para “agentes operadores”²², estes funcionando como intermediários. Essas entidades são públicas, privadas e do terceiro setor. Estes operadores estão de acordo com a lei 11.110. Os recursos são destinados a investimentos fixos, como obras e reformas, assim como compra de máquinas, equipamentos, insumos e materiais. O financiamento pode ser de até R\$ 20.000,00 e a taxa de juros de até 4% ao mês. E mais 3% de TAC (taxa de abertura de crédito).

Além dos Bancos Públicos Oficiais, também existem Bancos Privados que lançaram políticas de MPO. O Banco Itaú lançou o programa “Itaú microcrédito”, que visa a inclusão social e a diminuição da informalidade. Segundos dados do site do Banco, já foram concedidos 28,9 mil empréstimos a microempreendedores no valor total de R\$ 88,5 milhões. Esta operação é resultado da parceria Itaú-Unibanco (Internacional Finance Corporation, subsidiária do Banco Mundial e do BID). Além disso, existe orientação financeira, por pessoas das próprias comunidades atendidas.

As operações também se estendem aos serviços de microfinanças como um todo, disponibilizando um serviço de seguro para empreendedores. O foco dos empréstimos é: comerciantes autônomos sejam eles formais (com CNPJ ou informais). O valor mínimo é R\$400,00 podendo chegar até a R\$14.200,00 nas renovações, de acordo com a capacidade do empreendedor. Os seguintes estados são atendidos: São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

A análise é feita por um agente de microcrédito do banco, que visita o seu empreendimento ou local de trabalho. O agente orienta o planejamento e a aplicação do crédito de acordo com as necessidades financeiras do negócio. Após a aprovação, o dinheiro será depositado na sua conta-corrente, conta poupança ou poderá ser retirado em qualquer agência do banco Itaú, por ordem de pagamento²³.

O Banco Santander é outro a possuir um programa de microcrédito produtivo orientado, o “Santander microcrédito”, baseando sua metodologia no relacionamento direto com os empreendedores, que realizam atividades econômicas de pequeno porte. Desta forma, viabiliza sua ação treinando agentes de crédito que são moradores das comunidades atendidas. O público alvo são PFs ou PJs que se dediquem a uma atividade produtiva de

22 O agente operador é qualquer tipo de instituição que serve de intermediária, entre o credor e o devedor. Lista de agentes operadores do BNDES:

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/BNDES_Microcredito/agentes_operadores_1_piso.html. Acessado no dia 23 de março de 2015.

23 Disponível em: <https://www.itaubr.com.br/creditos-financiamentos/microcredito/>. Acessado no dia 23 de março de 2015.

comércio, indústria ou serviços. O programa visa “beneficiar empreendedores que não tinham acesso às linhas de crédito convencionais e que precisavam de recursos e orientação para impulsionar seu negócio”²⁴.

A metodologia funciona por meio da ação de agentes de crédito, estes vão até os empreendedores e identificam suas necessidades e capacidades de pagamento. Esses agentes muitas vezes são formados na própria comunidade atendida. Depois, o programa busca em longo prazo retirar empreendedores da informalidade e “transformar seus negócios em um projeto sustentável em longo prazo”. A taxa de juros é 3,99% ao mês. A abertura de contrato é de 3% de acordo com o valor do contrato. Os financiamentos variam entre R\$ 500,00 e R\$ 15.000,00. Com prazos de 4 a 24 meses. Diferentemente dos outros Bancos, esta instituição trabalha com o aval solidário como ferramenta de obtenção para o retorno dos empréstimos: “3 ou 4 microempreendedores que assumem, solidariamente, a responsabilidade pelo pagamento das parcelas do empréstimo”, semelhante ao *Grameen Bank*. Segundo dados da própria instituição, existem 27 filiais de atendimento e uma equipe de 199 agentes que atua em mais de 500 municípios no Brasil. Ainda segundo o Santander, em 2014 foram desembolsados mais de R\$ 534,8 milhões em financiamentos, com 130 mil clientes e uma adimplência de 95%.

O fato de ter escolhido Itaú e o Santander é porque estas instituições tratam o microcrédito como uma Política de Responsabilidade social. Isso não é algo inédito, observando os Balanços Sociais ou de produzido por essas instituições. Fica claro como o microcrédito se tornou uma política de RSE (SARTORE, 2006). A publicação desses “Relatórios de Responsabilidade Social” são uma forma das instituições bancárias hegemônicas darem um *feedback* de suas atividades socioambientais para seus acionistas, funcionários e para própria sociedade.

Sartore argumenta que essas políticas sociais são ressignificadas dentro da própria lógica empresarial. A sustentabilidade se torna parte do mercado financeiro para o acionista. Porém, mesmo com ações voltadas para os *Stakeholders* da empresa, portanto, de acordo com sua própria lógica, também é importante construir uma imagem positiva para a sociedade. Por consequência, a RSE aparece como uma forma dos Bancos justificarem sua existência e atuação, perante a má imagem que os mesmos adquiriram ao longo dos anos:

24 Disponível em: <http://sustentabilidade.santander.com.br/pt/Produtos-e-Servicos/Paginas/Microcredito.aspx>. Acessado no dia 23 de março de 2015.

Após um período de demissões, o qual agravou ainda mais o estigma negativo sobre o setor bancário, observa-se o discurso crescente em prol da responsabilidade social empresarial e, ao utilizar este discurso, o setor bancário está implicitamente e, em alguns casos até explicitamente, (...) justificando a sua existência para a sociedade (SARTORE, 2006, p. 57).

Desta forma, temos o discurso da responsabilidade social, voltado para a questão do emprego, na tentativa de redenção por demissões anteriores e o discurso voltado para os funcionários remanescentes em seus postos de trabalho. O microcrédito nesse discurso, portanto, se localiza com uma forma de geração de renda, como forma de alento as demissões causadas anteriormente. Assim, o microcrédito aparece como uma ferramenta de “geração de empregos e inclusão financeira.” (2006, p. 45).

Portanto, na conclusão desse trabalho, Sartore destaca os seguintes pontos sobre essas práticas: Primeiro, A RSE como forma de legitimidade dentro do Estado e da Cultura brasileira, buscando corrigir a má reputação das instituições bancárias criada após demissões. Segundo, apesar da crítica de funcionários e ex-funcionários, esse discurso acaba sendo absorvido por parcelas da população. Terceiro, a realização de ações voltadas para os funcionários, buscando melhorar a imagem da instituição com eles e com o público externo. Quarto, uma forma de ouvir acionistas e criar valores para eles, buscar ações sociais que sejam concomitantes com o lucro (SARTORE, 2006).

Nota-se que esta abordagem é bem semelhante a utilizada na visão do Estado e das empresas – sob forma da RSE – com a economia solidária. Pode-se ver o Estado e os Bancos buscando dar um *feedback* para a sociedade. Incorporando práticas que em um primeiro momento parecem ir contra as lógicas estatais e de mercado vigentes, mas que na verdade são um ajuste e apropriação de pautas para melhorarem sua imagem.

2.2.3 A crítica ao microcrédito ou “a economia dos pobres”

Depois de abordar a visão do microcrédito como discurso de superação da pobreza e sua apropriação pelo Estado brasileiro, algumas críticas serão tecidas sobre essa modalidade de crédito. A primeira delas parte diretamente dos intelectuais da economia solidária, em especial as cooperativas de crédito, por serem limitadas aos seus sócios. Reconhece-se que a ascensão dos sócios em uma cooperativa de sistema fechado pode levar ao enriquecimento dos seus membros. Entretanto, esta passará a servir estes “novos ricos”, não gerando uma

promoção social de grupos amplos, em suma, acaba se tornando um empreendimento como outro qualquer, não contribuindo para a superação da pobreza (SINGER, 2002; 2009, COELHO, 2003, MUNÕZ, 2009). Além disso, a crítica que França et. al., apresentam sobre a política pública e os editais de economia solidária, podem ser estendidos ao microcrédito (FRANÇA et. al., 2008). Afinal, uma instituição do sistema bancário hegemônico, por mais que crie uma linha de acesso facilitado, ainda representa um entrave para muitas pessoas que desejam tomar o empréstimo. Existem exigências que não são possíveis de serem cumpridas por um público naturalmente excluído do sistema bancário, apesar da linha de crédito facilitado, muitas pessoas não tem todos os documentos necessários, ou garantias legais para adquirir o empréstimo em uma instituição desse tipo.

Outra crítica diz respeito à eficiência do Microcrédito. Existem três justificativas do porque o esta modalidade não seria eficiente para a superação da pobreza, tomando como o caso exemplar o Brasil: 1) O número de tomadores de microcrédito atendidos é muito reduzido, proporcionalmente às amplas dimensões da pobreza; 2) Parte significativa dos tomadores não faz parte dos segmentos mais pobres da população; 3) A concessão de políticas de microcrédito insere-se num conjunto maior de políticas de Estado que não contribui para a diminuição das desigualdades (COLODETI; LEITE, 2012).

Os autores indicam que após a década de 1970, com a mudança de obrigações do Estado, o desenvolvimento social foi delegado ao “mercado”. O trabalho informal que antes era visto como algo a ser assimilado pelo formal passa a ser incentivado. O microcrédito aparece justamente como a ferramenta que alavancaria esse setor. No entanto, os recursos disponibilizados são ínfimos para uma real ascensão. O mérito que a iniciativa possui é mais no sentido de funcionar como uma forma de manutenção da subsistência, ou de “gestão da pobreza”. Outra questão é que apesar do aumento absoluto nos valores emprestados após a Lei 11.110, os autores consideram que sua abrangência ainda é pequena para atender a toda população pobre do Brasil.

Vicente de Paulo Colodeti e Izildo Corrêa Leite, assim como Yunus, reconhecem que a categoria "pobreza" não é uma unidade homogênea, e sim multifacetada. Não obstante, existe uma divergência em relação ao público atendido. Para o fundador do *Grameen*, o seu banco tem a missão de atender as parcelas “mais pobres entre os pobres”, no caso, seriam as mulheres camponesas. Já Colodeti e Leite afirmam que isso não acontece no Brasil. O microcrédito fica delegado ao mercado, por isso é necessário garantir condições para que os empréstimos sejam pagos, visto que bens são garantias dos compromissos assumidos.

Destarte, a parcela dos pobres que se beneficiam do empréstimo não é mais desprestigiada. E por último, a política de microcrédito não toca no processo de “a distribuição da riqueza produzida socialmente” (2012, p. 403). A pobreza é um fenômeno para ser atacado por diversas frentes: “(...) como os de bem-estar, da participação política, dos direitos e do acesso a educação, à saúde, à previdência” (2012, p. 400).

Ainda nessa direção, existe outra crítica que busca demonstrar como a reconfiguração do mundo do trabalho leva ao desaparecimento de empregos e arremessa uma série de trabalhadores formais com direitos garantidos via CLT, para a informalidade (LIMA, 2011). Essa descentralização se mascara no trabalho autônomo, vide empreendedorismo. O microcrédito – na opinião da autora – é a principal ferramenta que estimula isso. Dessa maneira, Fabiana Lima afirma que este discurso “serve para mistificar um problema cuja base está na natureza da organização capitalista” (2011, p. 4). Isso já foi citado na crítica a economia solidária. Esta iniciativa levaria a uma fragmentação da classe trabalhadora, que foi pulverizada via iniciativa individual e pelo empreendedorismo. O microcrédito nada mais é que a ferramenta proveniente do setor bancário que facilita esse processo. A autora ainda lembra que o próprio crédito público, foi criado como mais uma alternativa de cobrança de impostos pelo Estado burguês, portanto, seria “contraditório atribuir um caráter de emancipação socioeconômica ao crédito bancário” (2011, p. 5). A autora ainda critica a ideia de obtenção de pequenas propriedades produtivas vide estas iniciativas. Todavia, é importante salientar que o trabalho não deixará de ser determinado pelas leis do mercado, mesmo sendo autônomo. E que estas pequenas iniciativas tendem a ser suprimidas pelas grandes propriedades privadas. Por isso, a autora classifica o microcrédito como “alternativa ao desemprego” (2011, p. 8), por estimular os trabalhadores que foram despojados de suas ocupações a buscarem novas formas precarizadas de trabalho, o empreendedorismo é uma delas. Assim sendo, o microcrédito é a ferramenta que possibilita a geração de ocupação a uma mão de obra supérflua, na condição de empreendedor, mas que no máximo reproduz sua condição de pobreza sem emancipá-la de verdade.

Essas concepções são alargadas na crítica dirigida por Mike Davis no livro *Planeta Favela*. Nesta obra o autor traz o conceito de “humanidade excedente”, que é uma analogia aos escritos de Marx para tratar sobre os “exércitos de reserva”: A mão de obra ociosa que fica a espera de um posto de trabalho, forçando cada vez mais a baixo o salário dos trabalhadores na disputa por postos (DAVIS, 2006).

O autor argumenta que em países periféricos esse conceito se estende ao fato de existir uma gama de sujeitos que simplesmente não existem para a produção e para o trabalho, o mundo não precisa deles, seja para produção ou consumo. Davis classifica o século XX, ao contrário do que dizia Marx e os marxistas, não como o século da revolução urbana, mas das revoluções rurais. Com isso, grandes contingentes foram expurgadas do campo indo para a cidade em um processo chamado de “proletarização passiva” (2006, p. 175), fazendo com que as cidades se tornem depósitos de contingentes humanos. Sem conseguirem inserção no mercado formal, recorrem a informalidade, desenvolvendo pequenas atividades para garantir sua sobrevivência.

Segundo o autor, em 1980 “o emprego no setor informal cresceu duas a cinco vezes mais depressa que no setor formal” (2006, p. 178). Ainda destaca que essa concepção de “desenvolvimento” é apoiada por órgãos de fomento como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), o BID entre outros. Estas instituições tentam transformar esses proletários em “pequenos empresários extralegais oprimidos” (2006, p. 179). O resultado disso é a criação de uma rede de exploração, pela ausência de regulamentos, direitos e contratos formais, abrindo porta para franca exploração de mulheres e crianças. (DAVIS, 2006).

Essa informalidade em vez de gerar mais renda a fragmenta ainda mais, mediante pequenos negócios abertos por essas pessoas. Nesse sentido, Davis dirige diretamente críticas ao microcrédito como auxiliar na manutenção desse tipo de situação transformando a “transubstanciação da pobreza em capital”, e diretamente sobre o *Grameen Bank* o autor afirma que:

(...) nessas condições não surpreende como o microcrédito e o empréstimo cooperativo, embora úteis para aquelas empresas informais que com dificuldade são capazes de manter-se à tona tiveram pouco impacto substancial na redução da pobreza até mesmo em Daca, berço do mundialmente famoso Grameen Bank(2006, p. 184).

O microcrédito para microempresas, defende o autor, é apenas uma “tática de sobrevivência”(2006, p. 185), não deixando espaço para ascensão econômica. Ao contrário de autores como Abramovay, Biggart entre outros, que veem esse processo como forma de reforçar os laços de solidariedade e união comunitária (ABROMOVAY et. al. 2007a, 2007b; BIGGART, 2001), Davis argumenta que a “informalidade” a esfacela, em vez de estimulá-la.

Segundo ele, a condição de miséria faz com que cada bem, por mais ínfimo que seja se torne uma mercadoria a ser barganhada, o que antes era feito com um “gesto de favor”, hoje se faz mediante um “preço” (2006, p. 184). Ainda sobre Bangladesh, o autor destaca que a capital Daca tem o maior índice de crianças trabalhadoras da Ásia:

Um estudo recente de crianças faveladas em Daca, por exemplo, verificou que ‘quase metade dos meninos e meninas entre dez e catorze anos faziam algum trabalho gerador de renda’ e ‘apenas 7% das meninas e dos meninos entre cinco e dezesseis anos frequentavam a escola’. Daca tem o maior número de crianças trabalhadoras da Ásia (cerca de 750 mil), e seus proventos constituem metade da renda das famílias pobres chefiadas por mulheres e quase um terço das famílias chefiadas por homens. Embora Mumbai vanglorie-se do alto nível de frequência escolar, Arjun Apparudai verifica que sua gigantesca economia de serviços alimentares e restaurantes [é] quase toda dependente de mão de obra infantil (2006, p. 86).

Portanto, pode-se afirmar que existem três críticas ao microcrédito: 1) Do perigo de deterioração de uma cooperativa de crédito, ou um órgão de microfinanças deixando de atender os pobres para atender os ricos; 2) Uma crítica a como o Estado conduz as políticas de microcrédito, e sua ineficácia na superação e pobreza; 3) O microcrédito como fomentador da informalidade e da precarização da condição humana em países periféricos.

Em primeiro lugar, ressalta-se que até mesmo intelectuais apoiadores da economia solidária, reconhecem a possibilidade de “degeneração” que uma cooperativa de crédito possui (SINGER, 2002, 2009; COELHO, 2003; MUNÓZ, 2009). Outra crítica, diz respeito à ineficiência do microcrédito pela pequena quantidade de tomadores; por não emprestar para os segmentos mais pobres da população e ele por si só ser insuficiente para combate da pobreza (COLODETI, LEITE, 2012).

As críticas mais radicais colocam o microcrédito como alavanca do empreendedorismo, funcionando como “solução” para a informalidade. Contudo, nada mais é que um mascaramento da exploração do trabalho (LIMA, 2011). Por último, o trabalho de Mike Davis aponta o microcrédito como um paliativo para países periféricos onde o mercado de trabalho é uma ilusão. Sua função na verdade é esconder uma condição de hiperexploração e pobreza extrema, tentando dar aos pobres a alcunha de “microempresários”, abandonando-os a própria sorte (DAVIS, 2006).

2.3 Direcionamentos

O objetivo deste primeiro capítulo foi elencar diferentes visões e interpretações sobre a economia solidária e o microcrédito. Em primeiro lugar, é importante dizer que todas essas concepções foram produzidas por grupos sociais distintos, com interesses específicos. Hirschman ressalta isso, abordando a economia de forma ampla, em suas análises das interpretações rivais sobre o mercado: “A maior parte das teorias em questão foi efetivamente concebida à luz de experiência histórica num país ou num grupo de países determinado” (1986, p. 45). Aliás, muitas das posições defendidas por diferentes autores abordados ao longo do texto, são condizentes a sua própria trajetória intelectual e militante, justamente por ser construída em contexto sócio histórico específico. Fourcade e Healy em seu trabalho que busca dar continuidade as teses de mercado de Hirschman, colocam que: “O discurso de mercado é cada vez mais articulado em termos morais e civilizacionais, ao invés de simplesmente nos termos tradicionais de interesse próprio e eficiência” (2007, p. 305 [Tradução Minha])²⁵. Isso mostra a necessidade de justificativa moral da posição defendida por intelectuais, já que sua rentabilidade ou eficiência por si só, não é suficiente como argumento de defesa.

O trabalho teve dois eixos centrais e três subdivisões em cada um. A Economia Solidária: “Outra Economia”, visão do Estado/como forma de RSE e sua crítica. O Microcrédito: “Microfinanças e Finanças Solidárias”, a visão do Estado/como forma de RSE e sua crítica. Fiz essa opção para selecionar diferentes tipos de instituições e autores que pensam esses dois elementos. Em a “A Outra Economia” busquei concepções de intelectuais engajados na Economia Solidária como Gaiger, Singer e etc. Nas Microfinanças, Abromovay, Biggart entre outros, Nas Finanças Solidárias, Coelho e Munõz. No tópico sobre Estado e Empresas que praticam formas de RSE, utilizando o microcrédito e a economia solidária, não busquei tanto autores, mas sítios e informações institucionais. A crítica foi basicamente composta por autores marxistas que se situam em um oposto extremo aos ideólogos do microcrédito e da economia solidária. Ainda existe outro ponto crítico que não foi abordado nesse capítulo, por falta de tempo hábil, que é a crítica no quesito de eficiência no que tange a economia solidária.

Como citado no parágrafo acima, estas visões rivais apresentam por assim dizer, perspectivas que soam como únicas, isoladas e bem definidas. Entretanto, não dialogam umas

25 Do original: *The discourse of Market is incresealingly articulated in moral and civilizational terms, rather than simply in the tradicional terms of self-interest and efficiency.*

com as outras e obscurecem a compreensão dos objetos sob o qual em tese deveriam explicar. O leitor atento notará que em diversos momentos eu trouxe citações que realizaram dicotomias entre o “econômico” e o “moral”. Eu rejeito essa perspectiva. Por isso acredito que a tese de “mercados moralizados” de Fourcade e Healy é a que mais concede instrumentos para o avanço de compreensão desses objetos. A argumentação converge no sentido de dizer que os mercados são produtos de uma prática humana, portanto produtores de sentido, assim projetos morais explícitos, carregados de normatividade (FOURCADE, HEALY, 2007).

Por conseguinte, ressalto que todas as visões exploradas neste capítulo representam projetos morais bem constituídos para categorizar, normatizar e dar desígnio perante certa perspectiva. É importante lembrar o conceito de campo de Bourdieu, e como os pertencentes a ele podem universalizar a moral hegemônica daquele espaço (BOURDIEU, 2006, 2011). Bourdieu na obra *As Estruturas Sociais da Economia*, dirige uma crítica aos economistas por cometerem este *schollastic bias*. Em suma, o que para os economistas é a “realidade dos fatos econômicos”, são na verdade as práticas econômicas eleitas como legítimas, e por consequência, naturalizadas como “econômicas”, enquanto outras ficam relegadas a uma posição marginal (BOURDIEU, 2006). O autor atribui essa seleção de temas tidos como relevantes, ao fato da economia ser uma ciência normativa, ligada a interesses de Estado:

O que corresponde a dizer que, mais com qualquer outro campo, o campo econômico se encontra habitado pelo Estado que contribui, em cada momento, para a sua existência e a sua persistência, mas também para a estrutura da relação de forças que o caracteriza. (...) A definição e a imposição das regras do jogo econômico como o contrato de trabalho, como tantas outras intervenções políticas que transformam o campo burocrático num estimulador macroeconômico contribuindo para assegurar a estabilidade e a previsibilidade no campo econômico”. (2006, p. 28-29).

É importante deixar claro, que não são apenas os economistas analisados por Bourdieu que tem seus *habitus* moldados pelo arbitrário estatal dominante, os intelectuais ligados a economia solidária e ao microcrédito, também são ligados ao Estado, universidades, movimentos sociais e outras entidades de organização civil (GAIGER, 2012a).

Estabelecer interpretações rivais da economia solidária e do microcrédito é algo importante e necessário, ao passo que essas diferentes filiações e interesses, mascaram as facetas desses objetos. As pesquisas estão muito mais preocupadas com o devir ser, do que com o que esses objetos realmente são. Fazer um mapa conceitual é um primeiro passo para

desfazer a nebulosidade que habita essas temáticas. Destarte, é preciso que cientistas sociais e outros intelectuais, reflitam criticamente sobre sua própria responsabilidade sobre as classificações sociais que produzem no momento que desenvolvem uma análise sobre o mundo social (FOURCADE; HEALY, 2007).

Fourcade e Healy argumentam a necessidade contínua de se criar narrativas e retóricas que possam justificar o projeto neoliberal. Há um entendimento de que o conhecimento tecnocrático já não é o suficiente para gerar legitimidade e que este deve ser escorado por valores e práticas mais sublimes, que a justifiquem transmitindo uma boa imagem:

Uma série de autores (...) têm sugerido que o período corrente é excepcionalmente rico em declarações morais explícitas (a maioria delas sobre autocontrole e autorregulação) que sustentam o projeto neoliberal, nas relações econômicas internacionais e em outros espaços. O discurso do mercado é cada vez mais articulado em termos morais e civilizacionais, em vez de simplesmente nos termos racionais de interesse próprio e eficiência (FOURCADE; HEALY, 2007, p. 305 [Tradução Minha]).

Contudo, esse movimento também incorpora práticas e narrativas que são capazes de se voltar contra sua própria lógica, por exemplo, o ambientalismo. Como ressaltado na pesquisa de Sartore, analisando os relatórios de responsabilidade social do Banco Itaú, fica clara a preocupação com o meio ambiente (SARTORE, 2006).

Por isso, apesar de ter realizado um levantamento de várias de narrativas sobre economia solidária e microcrédito é importante ressaltar que nenhuma destas construções estão isoladas de influências externas e mudanças, o que pode passar essa impressão a um leitor desatento. Desta forma, é importante desmistificar as oposições dualísticas desses objetos: Economia Capitalista vs. Economia Solidária; Crédito vs. Microcrédito. Muitas dessas distinções são feitas por grupos específicos, que tem interesse em construir lógicas distintas. Separar o mundo social em dualidades opostas é muito perigoso e não ajuda a compreensão real dos fenômenos. Nesses casos é recorrente a utilização “teoria das esferas separadas” e dos “mundos hostis”. A primeira teoria consiste em que “há dois domínios distintos que operam segundo diferentes princípios: racionalidade, eficiência e planejamento, de um lado, e solidariedade, sentimento de impulso, do outro”. (ZELIZER, 2009, p. 238). A segunda teoria ocorre quando essas esferas distintas se encontram, e ambas se contaminam. “Sua mistura, atesta a teoria, corrompe ambas; a invasão do mundo sentimental pela

racionalidade instrumental resseca aquele mundo, enquanto a introdução de sentimentos nas transações racionais produz ineficiência, favoritismo, proteção aos amigos e outras formas de corrupção.” (2009, p. 239). Esse tipo de retórica é nítido em algumas teses sobre o capitalismo e mercado levantadas por Hirschman, Fourcade e Healy. E são comumente ressuscitadas para elogios ou críticas ao capitalismo.

O mesmo raciocínio vale para economia solidária e o microcrédito, já que não são esferas separadas da economia capitalista e do “macrocrédito”, respectivamente. Ao passo que esses objetos são influenciados pelo Estado, Empresas, Bancos e o terceiro setor. Por isso, é impossível pensá-las como algo distinto ou separado do restante do mundo social. Todavia, esses objetos aparecem como se tais dicotomias fossem verdadeiras e cabe aos cientistas sociais explicar porque tais separações ocorrem. Nesse ponto inclusive, fica nítido como é absurda a concepção de tratar a economia solidária como “outro modo de produção” (Singer, 2002; 2003). O que ocorre na realidade não é uma dicotomia entre mundos hostis que se excluem mutuamente, mas sim “múltiplas combinações de diferentes tipos de relações com variadas transações econômicas” (2009, p. 245). Aliás, essa mistura permite uma nova construção de significado, agenciando aspectos aparentemente excludentes. Tanto que o próprio Singer posteriormente reconhece que ela é um movimento plural composta por vários setores da sociedade, portanto não existem consensos em suas definições:

Economia Solidária, não é uma constatação científica do que vai acontecer. Ela é um ato de vontade de construir, por lutas e outras formas, uma sociedade, vamos dizer, não ideal, mas melhor do que a que nós temos aqui. Por isso que temos o direito de conceber Economia Solidária de acordo com nossos princípios e de acordo com nossos valores. Eu acho essa diferença desejável. Eu acharia uma perda de tempo se nós colocássemos agora em acordo e disséssemos 'Economia Solidária é isso e quem não achar isso, está errado (SINGER, 2005, p. 10).

Acredito que no âmbito do microcrédito esta discussão esteja um pouco mais avançada. O exemplo trazido por Abramovay na formação de um mercado de microfinanças na Bahia mostra como a solidariedade comunitária unida com a racionalidade econômica, proporcionou um agenciamento possível de se formar e gerir cooperativas de crédito (ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2007a).

Ainda assim, é preciso ressaltar que quando se impõe esse tipo de distinção, estão sendo impostos também diferentes critérios de classificação, por grupos sociais e instituições. A grande questão do pensamento institucionalizado é a capacidade de parecer invisível, ou em

termos Bourdieusianos, “a amnésia de sua gênese” (BOURDIEU, 2006; 2011). Sem dúvida, as classificações e separações em diferentes teses e visões, agem sobre os indivíduos e grupos lhes conferindo “rótulos específicos”. É preciso compreender como as instituições operam as classificações (que aparecem como naturais por ganharem certo automatismo e independência de seus produtores) e este é o meu enfoque ao compreender como as instituições dentro deste cenário de críticas e contra-críticas podem influenciar o meu objeto de pesquisa.

Dito que o hibridismo entre vários atores e instituições, é a condição *sine qua non* para compreensão da economia solidária e do microcrédito, resta agora expor como todas as visões que foram apresentadas em oposições podem ser pensadas em conjunto para avanço dos temas. Desta forma, opto por fazer algumas considerações sobre a economia solidária e sua correlação com o microcrédito, que culminará em meu objeto. Na conclusão serão apresentados mais dados sobre o microcrédito, pois estes contribuem para a dissertação como um todo. Neste primeiro momento é preciso entender como ocorre o agenciamento, ou melhor, a apropriação das microfinanças pela economia solidária.

É algo recorrente na literatura sobre economia solidária, de que a cooperativa é seu “modelo padrão” (SINGER, 2002; 2003). Contudo, juridicamente falando, os trabalhadores se organizam em modelos de associação, e não de cooperativas (GAIGER 2012a; SANCHEZ, 2012), mesmo que na prática de execução do trabalho se assemelhe mais ao segundo. Isso ocorre pelos meios burocráticos para se registrar uma cooperativa, que dificultam bastante sua legalidade. Algo que também foi abordado na parte crítica da economia solidária:

“De fato, a partir dos dados sistematizados, se formos construir uma graduação que vai da falta de forma jurídica (grupo informal) a forma jurídica mais apropriada (cooperativa) passando no meio pelas associações, veremos que quanto maior a informalidade mais restrito é o universo de comercialização dos produtos e serviços oferecidos pelos empreendimentos (...) Dessa maneira, a informalidade econômica dos empreendimentos econômicos solidários aprofunda e amplia as dificuldades concretas apresentadas pelos EES [**Empreendimentos Econômicos Solidários**] como seus três principais gargalos para se desenvolverem: comercialização, crédito e formação” (SANCHEZ, 2012, p. 69).

No Brasil existe uma distinção entre o “cooperativismo tradicional”, surgido na primeira metade do século XX, e do “novo cooperativismo”, surgido na década de 1980. Até hoje a Organização de Cooperativas do Brasil (OCB), instituição criada, pelo governo militar, representa as “cooperativas tradicionais”, responsável por dar suporte jurídico e legal, aos grandes conglomerados cooperativos, que na gestão se assemelham muito mais a empresas

comuns do que as “cooperativas operárias”. (SANCHEZ, 2012, pp. 105-106).

Esse quadro começa a mudar a partir da constituição de 1988, quando a mesma deixa de ser uma entidade pública, e passa ser privada. Contudo, ela ainda é possui um papel social muito importante no que tange aos rumos que o cooperativismo no Brasil. O “novo cooperativismo” incorporou outros tipos de manifestações de produção e consumo populares, isto ficou conhecido como economia solidária. Basicamente, pode-se diferir a concepção desses dois setores em:

“As concepções de cooperativismo destes dois setores diferem profundamente: o cooperativismo empresarial timbra em ser moderno e de ter abandonado conceitos que considera ‘ultrapassados’, como por exemplo de que a cooperativa singular é uma sociedade de pessoas físicas; já o cooperativismo ‘proletário’ quer recuperar os valores de origem quando as cooperativas também eram formadas por gente pobre e marginalizada. Esse ‘novo cooperativismo’, aqui entendido não como uma forma jurídica, uma vez que a atual legislação impondo muitas vezes esses empreendimentos de se formalizarem, mas como realidades de fato, passaram a ser conhecido nas últimas décadas como Economia Solidária.” (SANCHEZ, 2012, p. 106)

É possível questionar a visão de Sanchez em relação ao “cooperativismo proletário”, lembrando que existem várias críticas a incorporação da economia solidária como política pública (FRANÇA et. al. 2008), e as suas construções teóricas (GERMER, 2007; FARIA, 2010). É preciso dizer ainda, que em 2003 “empreendimentos” de economia solidária ganharam uma dimensão muito maior com a criação da SENAES. Falar de “cooperativismo” dentro da economia solidária significa repensar o próprio significado dessa palavra. Nesse sentido Sanchez entende esse embate, como uma verdadeira luta política e cultural:

“Se, por um lado, entrar no debate do cooperativismo significava envolver-se numa série de disputas com aquele que ficou chamado de ‘cooperativismo tradicional’, ou seja, principalmente as cooperativas agrário exportadoras, fomentadas dentro da estratégia de *modernização conservadora* empreendida principalmente no período da ditadura militar significava também envolver-se num conflito onde se reivindicava a retomada dos princípios e valores cooperativistas ligadas a história da luta dos trabalhadores e trabalhadoras e do movimento operário. Mais do que isso, pelas próprias configurações sociológicas do campo do ‘cooperativismo tradicional’ com o campo da economia solidária, era instituir uma nova arena de conflitos da luta de classes.” (2012, p. 104).

É importante relembrar de novo o argumento de Bourdieu, incorporado por Sartore, em sua análise sobre como empresários e financistas lidavam com a categoria “responsabilidade social” (SARTORE *apud* BOURDIEU, 2012). Percebe-se que impor novas significações ou palavras, é também uma forma de impor distinções. A luta jurídica de mudança da lei do cooperativismo e da economia solidária²⁶ é um exemplo disso. Para o grupo preterido buscar legitimidade, deve-se questionar o grupo que a detém e seus pressupostos. Portanto buscar questionar os emissores e por consequência a instituição que representam (BOURDIEU, 1983).

Mas qual a relação entre as disputas do cooperativismo e o microcrédito? Em primeiro lugar, foi explicitado em tópicos anteriores que a noção de microfinanças e finanças solidárias, são marcadores que expressam aquilo que dois grupos diferentes nomeiam como determinados tipos de operações financeiras de pequeno porte, sendo o microcrédito uma delas. A diferença mais nítida é que o termo “finanças solidárias” representa a apropriação das microfinanças pela economia solidária. Os embates presentes também se estendem ao debate do microcrédito. Ao passo que muitas iniciativas das chamadas “finanças solidárias” – sejam elas associações, cooperativas de crédito ou OSCIPs – recebem respaldo da SENAES, enquanto as demais, pertencentes ao “cooperativismo tradicional”, são resguardadas pela OCB.

Agora sim é possível responder a seguinte questão: Por que economia solidária e microcrédito? Porque os dois temas são fundamentais nessa dissertação. O estudo de caso foi realizado em uma manifestação específica do Brasil chamada Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD), que juridicamente falando só pode existir como um projeto de uma Associação Comunitária ou OSCIP. O local escolhido foi o Banco Palmas, primeiro BCD do Brasil, administrado pela OSCIP “Instituto Palmas”. E sobre estas, o Banco Central do Brasil (BCB) considera que:

Uma última questão diz respeito às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) que receberam microcrédito – para repasse a seus clientes, uma vez que a OSCIP não é um microempreendedor, mas pode conceder microcrédito, mesmo não sendo IFS [**Instituição Financeira**]. Do ponto de vista do presente estudado, fizeram-se algumas simulações, calculando o impacto de os clientes das OSCIPs – supostamente os tomadores efetivos do microcrédito – seguirem a mesma proporção pessoas físicas/pessoas jurídicas nas estatísticas do microcrédito

26 A mudança da lei do cooperativismo e a criação da lei que regulamenta a economia solidária, é uma grande demanda de seus militantes. Muitos deles atribuem a dificuldade da luta a empecilhos causados pela OCB (Sanchez, 2012).

(BRASÍLIA, 2014, p. 11).

Percebe-se que o BCB não considera as OSCIPs como concedentes de microcrédito, mas sim operadores, como prevê a lei 11.110. Ela é vista como uma tomadora de empréstimos na condição de Pessoa Jurídica, aliás, “a maior tomadora de empréstimo, entre as pessoas jurídicas” (2014, p.12). Até porque muitas delas servem de intermediária para Bancos, como o BNDES, por exemplo. Aliás, o BCB considera que existem 102 instituições de microcrédito operando no Brasil. Mas só de BCDs existentes, ou seja, associações e OSCIPs que desenvolveram esse projeto, são 114²⁷ instituições. Um número maior do que as analisadas pelo BCB.

Por isso, esse é o recorte do objeto de pesquisa desta dissertação. Serão analisados os critérios de liberação crédito em um Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD), ligado ao ramo das “finanças solidárias”, recebendo subsídio e apoio da SENAES. Ou seja, uma instituição de microfinanças, operadora de microcrédito, inserida na economia solidária. Neste ponto ocorre a junção entre esses dois objetos. Ademais, já que estou trabalhando “visões rivais”, a pergunta que se faz é: Será que os Bancos, o Estado, Empresas com suas diferentes categorizações sobre economia solidária e microcrédito conseguem influenciar os critérios de seleção de crédito e a sua gestão?

3 NOTAS EXPLORATÓRIAS SOBRE BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO: ORIGENS E CAMINHOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE MICROFINANÇAS

Depois de discutir as diferentes manifestações da Economia Solidária e do Microcrédito, vou entrar definitivamente no tema desta dissertação. Não foi por acaso que ambas foram trabalhadas. O objeto em análise é Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD), uma manifestação que envolve diretamente a economia solidária e o microcrédito. Ou seja, é um modelo institucional que deve seguir regras do Banco Central do Brasil, mas, ao mesmo tempo, é resguardada pela SENAES.

O objetivo deste capítulo será o de explorar conceitualmente esta categoria. Infelizmente, os trabalhos são escassos, principalmente na área de ciências sociais. Em

27 Dados fornecidos por trabalhadores e trabalhadoras do Banco Palmas durante as entrevistas.

decorrência disso, busco fazer uma compilação entre diferentes áreas para avançar para uma assim chamada “sociologia dos bancos comunitários”.

No entanto, existem outros temas que devem ser abordados na dissertação. Como falamos no primeiro capítulo – perpassado por narrativas de oposição e confronto – dar um nome, significa posicionar quem ou aquilo que se deseja nomear dentro de um espaço, estabelecendo relações de homologia e oposição com outros tantos termos (BOURDIEU, 1983). Ou como destacado por Zelizer, determinadas práticas econômicas mobilizam seu espaço em oposição e diferença a outras (ZELIZER, 2009). Os próprios termos “microcrédito” e “economia solidária” foram reflexos desse tipo de processo.

Portanto, para um efeito aparente, quando se pensa em um “microcrédito”, se está nomeando ou catalogando uma separação direta com a visão comumente difundida sobre crédito. Assim sendo, para abordar um banco que é chamado de “comunitário”, estabelece-se uma dicotomia com um outro modelo “não-comunitário”. Por isso, em um primeiro momento será descrita brevemente a história do crédito e das instituições bancárias no Brasil, para em seguida adentrar nas questões sociológicas que tangem os Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

3.1 A gênese do sistema bancário brasileiro

Antes de compreender o que são os bancos e o crédito é preciso destacar que eles fazem parte de algo maior chamado sistema financeiro, ou seja, conjunto de instituições formais e informais, que tem por finalidade oferecer aos indivíduos serviços e produtos financeiros. Dentro deste, existe o sistema bancário, que pode ser entendido como conjunto de instituições monetário financeiras, públicas e privadas, que agem no atacado ou no varejo, oferecendo créditos tanto para o financiamento, quanto para o consumo (ÂLCANTRA, 2011). Por crédito, entende-se como “a decisão de uma das partes em emprestar uma soma de dinheiro à outra parte” (CARRUTHERS, 2009, p. 365).

O grande marco da expansão bancária foi a revolução industrial, tendo início em meados do século XVIII. A partir desse período surgiram as condições e possibilidades de consolidação de um sistema econômico, em que o capital se concentrava na busca de um excedente cada vez maior (HOBSBAWN, 1979). Com a expansão do processo produtivo, também surgiu a necessidade de se desenvolver um sistema financeiro que fosse capaz de satisfazer uma nova demanda por crédito, favorecendo o acúmulo de capital e crescimento da

economia. Essas transformações no processo produtivo chegaram tardiamente ao Brasil, mas a formação de bancos nacionais no início do século XIX se deu quase ao mesmo tempo em que na Europa.

O primeiro Banco comercial no Brasil é datado em 1808, com a chegada da família imperial ao país, onde é fundado o primeiro “Banco do Brasil”. Suas atribuições eram de depósitos, descontos, emissões e câmbio. Contudo, a primeira experiência de uma instituição bancária no Brasil não durou muito, devido a má gestão de recursos o primeiro Banco do Brasil é extinto em 1929 (GAMBI, 2010). Ao longo do século XIX outros bancos foram formados a partir da iniciativa privada. O primeiro foi o Banco comercial e o Segundo Banco do Brasil, fundado por Irineu Evangelista de Souza (o Barão de Mauá). As instituições fundiram-se em 1953, dando origem ao novo Banco do Brasil, que foi estatizado e dirigido pelo Império.

Um novo contexto surgiu para o Sistema Bancário Brasileiro, com a inauguração da primeira república em 1889. Devido a dois fatores, primeiro uma nova legislação financeira, guiada pelo então ministro da fazenda Rui Barbosa, que pretendia modernizar o sistema de crédito bancário e possibilitar a criação de recursos para o trabalho assalariado no campo, já que o trabalho escravo havia sido abolido. Essas políticas buscavam atender os agricultores do oeste paulista e de Minas Gerais que se tornariam a nova elite rural do Brasil. Aliás, o setor agrário foi o foco das primeiras políticas de crédito no Brasil (COSTA, 1978).

Todavia, essas políticas culminaram na crise do encilhamento. Essa foi caracterizada por uma expressiva expansão monetária, o que derrocava em uma hiperinflação (MARCONDES; HANLEY, 2010). Nesta época, o crédito predominante era dos bancos hipotecários, ou seja, “destinavam um crédito agrícola tendo a hipoteca das fazendas com garantia”. (2010, p. 105). No entanto, ao fim da primeira república os bancos hipotecários perdem espaço para os comerciais, “devido as suas limitações a preços instáveis e flutuantes de produtos primários, o café e das terras utilizadas para sua produção” (COSTA NETO, 2004 p. 138).

Necessitando diversificar a cartilha de crédito e aumentar os fundos, na década de 1930 são fundados os primeiros “bancos estaduais” (2004, p. 138). É importante destacar a situação delicada da época, já que ocorreu logo após a crise deflagrada após o *crack* de 1929 do mercado de ações norte-americano. Não obstante, esses bancos ainda eram dependentes de instituições federais que “continuaram se limitando ao crédito agrícola e hipotecário” (2004, p. 140). O resultado disso foi a suspensão da criação de novos bancos estaduais na década de

1940. Outro argumento para essa suspensão é que durante a década de 1940 e 1950, “(...) o Banco do Brasil era o principal credor de municípios e estados, representado também 90% de suas atividades, portanto na época um banco de fomento” (2004, p. 142).

Outro marco importante no sistema bancário brasileiro foi a fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1945, que representou um empreendimento para financiamentos de projetos macroeconômicos. O foco inicial era a infraestrutura, mas a criação de outras estatais desafogou-o permitindo que investisse na iniciativa privada e na indústria. Em 1982, com as críticas as políticas de desenvolvimento e a necessidade de atrelá-las a questões sociais, o banco recebe a alcunha de “social”, tornando-se assim o BNDES²⁸.

Apenas ao final da década de 1950 foi possível “dinamizar o crédito através da criação do Banco do Nordeste do Brasil e outros bancos estaduais” (2004, p. 144). O aspecto “desenvolvimentista” passou a ser a tônica dos bancos públicos, o que foi acentuado no período da ditadura militar. O único banco que destoava dessa filosofia era a Caixa Econômica Federal (CEF), cujo principal objetivo é a prestação de serviços, priorizando empréstimos e financiamentos destinados a programas de assistência social, saúde, educação, trabalho e etc²⁹.

Até a década de 1980, os bancos públicos tinham participação muito mais efetiva que os bancos privados nos financiamentos macroeconômicos e em relação às políticas de governo. O quadro começa a mudar na década de 1990 com a privatização de diversos bancos estaduais. No período entre 1997 e 2005 17 bancos estaduais foram privatizados e outros 22 foram diluídos por problemas de gestão (VIDEIRA, LUZ; 2009).

Atualmente, para se falar dos Bancos oficiais (ou seja, os bancos públicos), os três principais são a CEF, o BB e o BNDES. A CEF, ainda mantém as características de ser um banco prestador de serviços, voltado para assistência social. Visto que no mesmo se faz o Cadastro de Pessoa Física (CPF), se retira o benefício do programa bolsa família, e onde se consegue o financiamento do programa “Minha casa, minha vida” (voltado para habitação), e do Fundo Financiamento Estudantil (FIES)³⁰.

O BB ainda é um banco de fomento, porém, também expandiu seus investimentos

28 Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/historia.html. Acessado no dia 11 de março de 2015.

29 Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pre/composicao/cef.asp>. Acessado no dia 14 de março de 2015.

30 Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/Paginas/default.aspx>. Acessado no dia 14 de março de 2015.

em outras áreas das finanças, como por exemplo, seguros e planos de previdência. O BNDES mantém em seu discurso a ênfase adquirida a partir da década de 1980, agregada à sustentabilidade, à geração de emprego e renda e à redução das desigualdades sociais e regionais. Aliás, em um tópico que será explorado posteriormente no capítulo 3, esse banco foi o primeiro banco público a destinar fundos de empréstimo para microcrédito, e atualmente repassou um montante para ser emprestado pelo Banco Palmas. No entanto, é possível questionar esse rótulo de instituição socialmente responsável, devido a investimentos recentes que causaram uma má imagem a instituição, como por exemplo, o financiamento a Usina Hidroelétrica de Belo Monte, cujo qual foi muito criticada por possíveis impactos ambientais.

Explicada a gênese dos principais bancos públicos oficiais, resta agora observar as principais instituições financeiras privadas do Brasil. Fernando Costa analisa a trajetória do chamado “RUBI”, sigla que designava os quatro maiores bancos privados do Brasil, na época: Real (hoje Santander), Unibanco (Fundido com o Itaú, em 2008), Bradesco e Itaú (COSTA, 2002).

A origem do Banco Real aconteceu no estado de Minas Gerais, na capital mineira Belo Horizonte em 1897. “Estimulou a criação de indústrias especialmente o setor têxtil e metalúrgico, proporcionado por capitais acumulados da cafeicultura” (COSTA, 2002, p.2). Foram justamente empresários e agricultores os primeiros incorporadores do Banco da Lavoura de Minas Gerais em 1925, seu foco era voltado para “indústria, lavoura e comércio de Minas Gerais” (2002, p. 3). Em 1926, estabeleceu uma sessão de pequenos depósitos que se expandiu por cidades do interior, retirando parcialmente o foco de atuação das elites mineiras.

Em 1945, além de sua Matriz em Belo Horizonte, o banco contava com 48 agências em Minas Gerais, três no Estado do Rio de Janeiro e uma no Espírito Santo, tendo filiais na cidade do Rio de Janeiro e em São Paulo. Em 1950, já atingia Goiás, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Paraná e Alagoas. “Foi o maior banco privado em volume de depósitos em 1947 e 1964” (2002, p. 4). Em 1971 foi dividido em dois, devido a uma cisão entre os dois herdeiros – após a morte de Clemente de Faria, seu fundador e maior acionista –faz surgir os bancos Real e Bandeirantes (2002, p. 7).

Em 1998, os dois bancos são respectivamente adquiridos pelo holandês ABN-Amro e pelo português Caixa Geral de Depósitos (2002, p. 8). Também em 1998, foi adquirido o Banco Estadual de Desenvolvimento de Pernambuco (BANDEPE). Em 2001, adquiriu o Banco Estadual da Paraíba (PARAIBAN) (LUZ; VIDEIRA, 2009). Em 2008, um consórcio

formado por Santander, Fortis e o *Royal Bank of Scotland* compram o Real. O Santander fica responsável pelas atividades do mesmo na América Latina.

O Unibanco tem sua origem na fundação de um correspondente bancário³¹ no ano de 1920 prestando serviços no interior de Minas. Seu fundador, João Moreira Sales, era na verdade um cafeicultor que construiu uma comercial de serviços bancários: depósitos, descontos de títulos, pagamentos e transferência. Seu objetivo era criar um ponto que atendesse as necessidades de agricultores da região, sejam latifundiários do café, ou pequenos produtores de culturas variadas. Em 1924, após uma nova regulamentação de leis no setor bancário brasileiro, a casa Moreira Salles, consegue sua carta patente³², sendo este considerado “o marco de fundação do Unibanco” (2002, p. 8).

Devido a interesses comerciais dos cafeicultores de Minas e do Oeste de São Paulo, Moreira Salles decide mudar-se para Santos, por ser o local de escoamento da produção cafeeira via transporte aquaviário. Em 1940, a Casa Moreira Salles, a Casa Bancária de Botelhos e Banco Machadense, se juntam e conseguem sua carta patente de funcionamento. Surge assim o “Banco Moreira Salles”. (2002 p. 9). Apesar da sede ainda estar localizada em Poços de Caldas, o centro decisório se transfere para São Paulo, Minas não exercia mais a sua pungência agrícola. Na década de 1950, o Banco Moreira Sales se torna uma *holding*³³, adquirindo várias fazendas e empreendimentos agrícolas.

Em 1967, o Banco Agrícola Mercantil com foco no crédito agrícola no sul do país passou por uma crise e se fundiu ao Moreira Sales. Com essa incorporação o Banco passou a se chamar UBB (União de Bancos Brasileiros), inspirado no UBS (*Union des Banques Suisses*) e mudou sua sede para o Rio de Janeiro. Doravante, foi incorporando outros bancos e continuou a expandir suas atividades, passando a ser conhecido como Unibanco. Em 2008, abalado pela crise financeira em somatório com a quebra do mercado imobiliário norte-americano, que acabaria em uma crise mundial, o Unibanco fundiu suas operações financeiras com o Banco Itaú.

A gênese do Bradesco se deu pela iniciativa de Amador Aguiar. Oriundo de uma

31 Correspondentes bancários são máquinas ou postos que as agências bancárias disponibilizam em áreas de difícil acesso para se instalar uma agência, suas operações são semelhantes à de um banco comum. Mais informações em: <http://www.bcb.gov.br/?CORRESPONDENTESFAQ>. Consultado no dia 14 de março de 2015.

32 Segundo Costa, a carta patente era o documento necessário que regulamentava o funcionamento da instituição bancária (COSTA, 2002).

33 Holding é uma empresa que possui como atividade principal a participação acionária majoritária em várias outras empresas: <http://www.portaldeauditoria.com.br/holding-familiar/definicao-de-holding.asp>. Acessado em 17 de março de 2015.

família pobre do interior de São Paulo, Amador fundou um dos maiores do Brasil. Ascendeu gradativamente na agência do Banco Noroeste, em Presidente Alves (SP), chegando a ser gerente da agência em 1926. No ano seguinte passou a gerenciar uma agência em Penápolis. “Sua ascensão foi meteórica, em 1932 chegou a ocupar o cargo de subdiretor do banco” (2002, p. 14).

Em 1943, um grupo de amigos o convida para transformar a Casa Bancária Almeida em um Banco (COSTA, 2002). A diferença desse banco foi não focar na elite algodoeira (cultura agrícola predominante na região), já que a cidade de Marília estava saturada de Bancos que atendiam aos grandes agricultores. A diferença foi tentar atender a mão de obra da cidade, predominantemente de imigrantes japoneses (COSTA, 2002). O Banco foi inaugurado com seis agências, respectivamente nas cidades de Getulina, Rancharia, Vera Cruz, Garça Tupã, Pompéia além da matriz em Marília.

O Bradesco foi um dos primeiros bancos a se aproximar das camadas mais populares e dos trabalhadores. Era prioridade dos seus funcionários um maior contato com os clientes, pois era comum que “clientes não soubessem, por exemplo, preencher cheques” (2002, p. 17). Em 1946, o Banco se muda para a capital paulista. Neste mesmo ano passou a captar a cobrança de tarifas públicas, e a receber declarações do imposto de renda. O que contribuiu decisivamente para sua expansão. Na década de 1950, estendeu suas operações para o norte do Paraná, para onde se deslocava a produção cafeeira (2002, p. 16). Em 1967 o banco já cobria 11 estados do Brasil, com 326 agências, chegando a 2090 agências em 1986. Em 1997, incorporou o Banco de Crédito Real de Minas Gerais (Credireal) que era estadual, em 2002, o Banco Estadual do Amazonas (BEA), em 2004 o Banco Estadual do Maranhão (BEM) e em 2005, o Banco Estadual do Ceará (BEC). (VIDEIRA; LUZ, 2009).

O último Banco privado que cabe ter sua gênese explicada é o Itaú. “Sua data de fundação é de 1944, por um grupo de empresários paulistas e mineiros, ligados a fabricação de cimento”. (2002, p. 18). Em 1964, a família Setúbal e o empresário Eudário Vilela, fundadores do Banco Federal de Crédito, se fundem ao banco Itaú. Essa fusão criou o Banco federal Itaú³⁴. Outras incorporações foram feitas até 1973, quando o Banco passou a se chamar simplesmente Itaú.

Em 1972 é criada a *holding* do grupo, com a fusão de empresas com o Deca (fundada em 1947), a Duratex (fundada em 50). Em 1979, se volta para automação das atividades

34 Dando origem a um conglomerado de mais de 30 bancos (COSTA, 2002).

bancárias com a criação da Itaotec. O fato de Olavo de Setúbal (um dos fundadores) ser engenheiro lhes dava “um grande avanço na área de software e planejamento” (2002, p. 19). Na década de 1980 estende suas atividades para área química e de fertilizantes. Em 1994 a Itaotec funde-se a Philco. (2002, p. 20). As incorporações de outros bancos continuaram: Incorporou o Banco Francês Brasileiro em 1995, em 1997 o Bamerindus; e o Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ); em 1998 o Banco Del Buen Ayres e o Menge; o Banestado em 2000; o Banco Estadual de Goiás (BEG) em 2001; e em 2003 se associa com o grupo controlador BBA-Creditanstalt. No mesmo ano o Banco Itaú SA anunciou uma reorganização societária criando o Banco Itaú Holding Financeira SA que incorporou, em 24 de março de 2003 a totalidade das ações do Banco Itaú SA BBA, tornando-se subsidiária do Banco Itaú Holding Financeira (SARTORE, 2006).

Como já citado anteriormente, a instituição se fundi com o Unibanco em 2008, incorporando assim suas atividades. Para concluir, chega-se a alguns aspectos da gênese histórica dos Bancos brasileiros. Primeiro, nota-se que tanto os oficiais como os privados, nasceram com foco em financiamento de atividades específicas de cunho macroeconômico. As exceções a esse caso são a CEF e o Bradesco, que focaram seus financiamentos para além de produtores agrícolas e industriais, buscando também classes médias, trabalhadores rurais e urbanos. Outro banco que merece destaque é o Itaú e o Unibanco, que expandiram suas atividades para outras áreas formando um holding. Também se percebe que com o passar do tempo, ao longo do século XX, os bancos oficiais mesmo com sua inegável importância, perderam espaço para os bancos privados. Neste tópico foi realizado um apanhado geral e breve para mostrar as origens do sistema bancário brasileiro. Um debate necessário para fazer um quadro comparativo com seu suposto oposto: Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD). No entanto, como já citado no primeiro capítulo, esses muros que separam diferentes práticas são muitas vezes impostos e construídos por atores que querem dar significados políticos distintos, marcando uma dicotomia para se afirmar politicamente (ZELIZER, 2009). Desta forma, essa distinção não significa isolamento. Bancos “hegemônicos” e Bancos “Comunitários”, apesar de serem nomenclaturas e práticas diferentes com públicos distintos, não são esferas separadas, em diversos momentos se tocam e se influenciam. Aliás, esse tipo de processo ficará mais explícito no último capítulo da dissertação.

Inclusive, as instituições bancárias hegemônicas também operam carteiras de microcrédito, construindo diversas pontes com iniciativas que aparentemente destoam de seus

objetivos, como foi abordado no primeiro capítulo. Gradativamente, com o passar dos anos, muitos desses bancos incorporaram discursos de movimentos sociais e tentam justificar sua existência dando algum tipo de *feedback* social através de políticas de Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Aliás, Sartore expõe como a noção de RSE e de Investimento Socialmente Responsável (ISR) se tornou uma ação institucionalizada de Corporações e Instituições bancárias que visam melhorar a opinião pública (SARTORE, 2006; 2012).

3.2 “Deus criou o mundo e nós criamos o Conjunto Palmeiras”: As origens que culminaram no Banco Palmas

Antes de mostrar as origens do Banco Palmas, é preciso entender o contexto histórico e urbano que culminou na fundação do Conjunto Palmeiras. A cidade de Fortaleza foi fundada no dia 13 de abril de 1726. Com a elevação do Forte *Schoonenborch* a vila, pela coroa portuguesa, reconquistando o território tomado anteriormente pelos holandeses. Em 1799, a capitania do Ceará é desmembrada da de Pernambuco e a cidade se torna capital. No ano de 1823, a vila é elevada a condição de cidade por Dom Pedro I, passando a se chamar Fortaleza de Nova Bragança (JUCÁ NETO, 2010).

Sua ocupação começou de forma continental, no assim chamado “centro”. Neste espaço se concentrava a burguesia local e as classes auxiliares mais abastadas. Este espaço centralizava os serviços e instituições da cidade. O comércio, estradas, transportes, oferta cultural, lazer, praças e igrejas (SILVA, SOARES, PEREIRA, 2010). Um bairro bastante elitizado, limando os “indesejados”. Foi preciso que a população marginalizada buscasse outros espaços para se assentar. Apesar de parecer absurdo nos dias atuais, as faixas litorâneas da cidade foram o destino dessa população:

“A praia por muito tempo na história de fortaleza não possuía nenhum valor imobiliário, por isso foi tomado para uso da classe de menor poder aquisitivo. Seria ingenuidade o pensamento de uma possível separação da área ocupada pela pobreza em uma delimitação bem definida. Por muitos anos, a cidade de Fortaleza foi conhecida pelo o seu centro (área elitizada) e suas áreas periféricas (área menos valorizada), onde durante o dia o centro recebia um grande fluxo advindo dessas áreas periféricas” (SILVA, SOARES, PEREIRA, 2010, p. 3)

Essa realidade mudou com o passar dos anos, mais especificamente na virada do século XIX para o século XX:

“O Centro foi ganhando uma nova ótica, um maior fluxo, e junto a isso a poluição, o comércio, o barulho e a degradação do meio ambiente e espaço físico, com isso cresceu também a insegurança no bairro. Nesse processo de grande centralização de serviços, houve uma reinvenção no uso e ocupação do solo, a elite da época deslocou-se para fora do Centro, este esvazia-se ficando apenas com vestígios do passado - casas, prédios e praças - dando lugar as pessoas de menor poder aquisitivo. Uma característica a não ser esquecida é a área-residência. A cidade sempre foi caracterizada pela residência, não existiram cidades sem o aspecto residencial e este aspecto está intimamente ligado à forma urbana. Ora o Centro agora perde esse aspecto residencial e outros elementos que o sustenta, a elite ou a burguesia como queira referir, vai à busca desse aspecto então perdido. Uma mudança resultante de um processo de abandono não tão recente quanto se imagina, iniciado na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, trata-se da saída das famílias mais abastadas do Centro, que passaram a buscar áreas mais tranquilas para morar longe dos transtornos de um comércio emergente. No começo, foram para chácaras nas saídas da cidade, originando bairros como Alagadiço, Benfica, e Jacarecanga. Depois, no século passado, a migração se estendeu para a Aldeota”. (2010, pp. 3 e 4)

Contudo, a praia continuava a ser uma região periférica e marginalizada no desenho urbano de Fortaleza. Tal cenário só começa a mudar na década de 1970, com um empreendimento da ditadura militar para transformá-la em um balneário turístico. Nasce assim o projeto de marketing “Cidade do Sol”, acompanhado pelo expurgo dos pobres das regiões praianas. Grandes favelas como o Arraial Moura Brasil e o Morro das Placas, dão lugar a complexos turísticos e hoteleiros na faixa marítima (SILVA, SOARES, PEREIRA, 2010). É a partir deste novo projeto de cidade que tem origem o loteamento que doravante passou a ser conhecido como Conjunto Palmeiras (ou Palmeira):

“Entre estas duas lógicas de ocupação interpõe-se a política pública de organização do território, que intervém nos espaços ocupados pelos pobres a oeste da praia de Iracema: a construção da avenida Leste-Oeste, nos anos 1970, que resulta da adoção de política de controle social (visando erradicar a zona de prostituição próxima do Centro) e de política de ampliação das vias de circulação e de integração leste-oeste (com construção de via permitindo a geração de fluxos entre o porto do Mucuripe e a zona industrial da avenida Francisco Sá). Tal política redundada na quase destruição do Arraial Moura Brasil e na divisão do Pirambu em duas partes, fato cujos impactos explicitam a política de erradicação das favelas. Após a construção da Avenida Leste-Oeste, o Arraial Moura Brasil constitui-se em vaga lembrança situada às margens da avenida. A parte voltada para o mar foi substituída por uma via litorânea, cujos limites são a indústria naval e a praia do Pirambu. Os antigos habitantes foram deslocados para conjuntos populares construídos pelo Banco

Nacional de Habitações (BNH): O Palmeira em Messejana e o Marechal Rondon, em Cacuia (PAULINO *apud* Dantas, 2008, p. 62).

Este novo projeto de cidade tinha um sentido de constituir um espaço onde a ordem vigente não fosse incomodada. O processo ocorrido em Fortaleza foi comum em grandes centros urbanos – também conhecido “asepsia urbana” – tinha como objetivo o “enobrecimento” de determinadas partes da cidade, construção de vias públicas e marginalizar indivíduos “indesejáveis” para áreas distantes do centro (PAULINO, 2008).

A remoção forçada dos indivíduos para o local onde foi construído o Conjunto Palmeiras se deu no ano de 1973, cujo qual recebeu 1500 famílias vindas do Lagamar, Aldeota, Poço da Draga, Arraial Moura Brasil, Morro das Placas e Verdes Mares (NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2008). O Conjunto Palmeiras se localiza aproximadamente a 18 Km do centro da cidade. Está situado ao lado do Conjunto São Cristóvão, atrás de si, delimitando seu limite (e o da cidade) fica um trecho da Rodovia Br 116 (PAULINO, 2008). Até 2007, estava anexado ao bairro de Jangurussu, passando a ter tal status a partir de então. O nome do bairro foi devido as condições do qual que foram instalados:

“A implantação do loteamento em um fundo de vale, um terreno alagadiço cheio de ‘mato’, como dizem os habitantes locais, causou enorme devastação: grande movimentação de terra necessária para poder permitir a construção de moradias. Com isso, a enorme quantidade de carnaubeiras existentes no local – daí o nome Palmeiras – arrancada por tratores, deixando o solo desnudo e transformando o terreno em um enorme charco em época de chuvas e/ou de transbordamento do riacho que cortava a área³⁵.” (p. 9, 2008)

Nesse sentido, temos uma população que foi literalmente expurgada da praia e do espaço onde vivia. Sendo arremessada e largada em um lugar inóspito e pantanoso ao seu contragosto. Porém, é nesse contexto de precariedade que se mobilizou uma organização social necessária para melhoria da qualidade de vida:

“A realidade de abandono, descaso e profunda precariedade em que foram largados os primeiros habitantes do Conjunto Palmeiras começou a alcançar a visibilidade no contexto da cidade de Fortaleza quando seus moradores reconheceram a força e a potencialidade do poder da organização coletiva e passaram a demonstrar esse poder com radicalidade, sem medo, enfrentando a necessidade cotidiana de sobreviver em

35 Paulino também traz outro motivo para o nome do bairro. Segundo este autor, existia um apelido pejorativo dado por habitantes de outros bairros, chamando o local de “Palmeiras do Índios”. Devido as condições precárias de seus moradores e a falta de acesso a serviços básicos (PAULINO, 2008). Durante as entrevistas me foi relatado algo semelhante. Especificamente, no que diz respeito a rivalidade com o bairro vizinho Prefeito José Walter. Segundo entrevistas e conversas de campo existe uma “rixa” entre os moradores do Conjunto Palmeiras e do bairro citado. Em resposta ao apelido, os moradores do Conjunto Palmeiras deram a alcunha ao José Walter de o “bairro dos cornos”. Sugerindo que os homens do local são frequentemente traídos por suas esposas.

meio a um ambiente hostil, isolado da cidade. Tal enfrentamento ocorreu diante das mesmas forças autoritárias que para lá os conduziram. Em diversas situações, as lideranças que ali surgiam tiveram que, apoiadas pela fé vivenciada na Igreja Católica, enfrentar a força repressora do Estado materializada na presença violenta da polícia armada” (PAULINO, 2008, p. 66).

Como resultado desse processo foi fundada a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), no ano de 1979, tomando frente e mobilizando a população local em pautas de interesse comum. É importante destacar também o papel realizado pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB), adeptas da teologia da libertação, mas especificamente através do projeto “Padres na Favela”, idealizado pela diocese de Fortaleza no ano de 1984. É importante relembrar também o trabalho de Abromovay e Magalhães sobre o papel pedagógico das CEB através da teologia da libertação com populações camponesas, estimulando a organização social através da ressignificação de símbolos religiosos, associando-os a organização coletiva e a luta de classes (ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2007). Com isso houve uma contribuição para a criação de um novo *ethos* nesses espaços. Surge assim um novo tipo de “racionalidade”, mesclando tanto comportamentos e valores de sociedades tradicionais, como elementos de organização e gestão de recursos (2007, p. 108). Isso culminou em organizações locais nas periferias das cidades e no campo. Como por exemplo: Sindicatos, cooperativas e associações.

Fica nítida a correlação com o processo descrito por Viviana Zelizer, como uma “nova sacralização” (ou uma ressacralização), que consiste no agenciamento de esferas e práticas distintas, lhes conferindo um novo significado (ZELIZER, 1978). Em suma, semelhante ao que Abromovay e Magalhães abordam, percebe-se como crenças e visões tradicionais sobre fatores extra materiais para entendimento do mundo são convertidos em um elemento que contribui para organização do coletivo local. (ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2007).

Pode-se afirmar que o trabalho das CEB, e dos padres que atuaram no Conjunto Palmeiras, consistiram em uma forma de ressacralização. Onde neste caso específico o elemento religioso foi bastante importante:

“No movimento protagonizado no Palmeiras, por exemplo, estava em cena também a construção de uma identidade política e o sentimento de pertença a um lugar, que mesmo configurando-se como inabitável, abrigava famílias portadoras de valores e símbolos culturais vinculados à esfera religiosa e à ação que fazia avançar o chamado movimento de esquerda no campo da política partidária” (PAULINO, 2008, p. 67).

Desta forma, o movimento social urbano de fortaleza reunia: Moradores, ONGs, entidades da igreja católica e partidos políticos. Este contato dos moradores com pessoas e instituições externas foi decisivo para a reconstrução de significado de sua realidade. É importante notar que nesta época também houve uma mudança de sentido nas lutas travadas pela chamada “esquerda política”. Essa nova configuração começa a ocorrer no Pós-1968, quando a esquerda se desvincula da égide da II Internacional, e no Brasil especificamente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da guerrilha armada:

“Com o desmantelamento destas organizações – fruto da intensa repressão da ditadura militar – e dos acontecimentos de 1968 em escala mundial, a esquerda brasileira passa no decorrer dos anos de 1970 por intensas transformações. Os manuais leninistas são muitas vezes trocados pro Gramsci ou Rosa Luxemburgo. A agenda não é a mais a constituição de grupos militantes disciplinados que mergulham na clandestinidade, mas sim a aproximação com a classe operária – que também está se reorganizando neste período – e com grupos populares, particularmente aqueles já organizados em torno das CEB’s. A conquista da ‘hegemonia’ passa a ser objetivo e os militantes se envolvem em intensos processos formativos com grupos populares” (SANCHEZ, 2012, p. 55).

As ações dos moradores nessa época se materializaram em situações de ousadia e coragem perante o descaso do poder público. Desde recusas ao paternalismo político que visava cooptar os movimentos do bairro, até situações onde a força coletiva foi levada as últimas consequências gerando episódios interessantes, como, por exemplo, para obtenção do serviço de energia elétrica:

A eletricidade só foi instalada quando os integrantes da ASMOCONP (Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras) tiveram a ideia de colocar o superintendente da COELCE (Companhia Energética do Ceará) durante às nove horas da noite perdido no conjunto habitacional, quando este desesperado tentando achar o caminho, caiu num buraco, e assim decidiu que realmente havia necessidade de eletricidade no lugar, foi retirado pela população e com pouco mais de um mês foi instalado toda a rede de eletricidade (SILVA; SOARES; PEREIRA, 2008, p. 7)

Ou pelo abastecimento de água:

“Em 1988 a luta pelo abastecimento de água teve seu ápice, em meio a uma intensa mobilização popular, com duas passeatas à Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) e, posteriormente uma grande concentração em frente a sede do Governo do Estado, as lideranças locais deram um ultimato: ou se implantava a rede de água do Conjunto ou explodiriam a tubulação da adutora que abastecia a cidade de Fortaleza e que passava sob a área do Palmeiras. Deram um prazo de 15 dias para o início das obras pelo governo. Relata uma das lideranças: ‘Falamos que depois de 15 dias explodiríamos a tubulação da adutora. Depois ficamos pensando sobre as

consequências dessa atitude: nem tínhamos explosivos e, tampouco, sabíamos com exatidão onde passava a tubulação contudo era uma queda de braço, alguma coisa faríamos. Os dias foram passando, discutimos sobre o que fazer até que chegou a data fatal. Logo cedo o Conjunto estava invadido de policiais, porém eles não sabiam em que ponto iríamos realizar o prometido. Começamos a simular a perfuração do solo, o que levou algum tempo até ser percebido pelos policiais que avançaram sobre nós e fecharam o cerco. Dissemos: Se acontecer alguma coisa com nós, explodiremos tudo, a água invadirá toda área e morreremos juntos. Vocês escolhem. Falávamos com firmeza e irados o que, por certo, deve tê-los deixado intimidados. Um tenente pediu calma e disse que iria falar com o comandante. Acho que deve ter demorado uma hora. Voltou e informou que o governador havia se comprometido a iniciar imediatamente a distribuição da água para o Conjunto. As tropas se dispersaram e nós ficamos a comemorar mais uma vitória”. (MELO NETO SEGUNDO, MAGALHÃES, 2008, p. 12).

Pode-se dizer que a população constituiu uma espécie de capital simbólico político, que se constituiu como pressão direta no poder público e ao mesmo tempo como uma forma de fuga do clientelismo e paternalismo. Por capital simbólico, entendo o que Bourdieu coloca como um conjunto de domínios que acumulados por agentes em um campo em disputa, estes determinam a posição dos mesmos como dominantes, dominantes dominados, ou simplesmente dominados ou pretendentes. (BOURDIEU, 2009, 2011).

Todo esse contato dos moradores do Conjunto Palmeiras com ONGs, movimentos sociais, entidades religiosas e partidos políticos, mobilizaram um conjunto de bens simbólicos que foram decisivos na luta política do bairro. O fato de seu batismo, as lutas documentadas da associação e o próprio nome Banco “Palmas”. Isso culminou em um acúmulo que contribuiu diretamente para a promoção social de seus moradores.

É importante citar também que a invisibilidade do bairro perante o Estado fez com que a ASMOCONP buscasse parcerias com organizações não-governamentais (ONGs) estrangeiras, através de projetos captados por essas instituições. Pode-se destacar no ano de 1987, a construção do programa “nossas memórias, nossa luta”, que tinha como objetivo registrar a história de ocupação do Conjunto Palmeiras. O projeto foi resultado de uma parceria entre a ONG francesa GRET e a ESPLAR de Fortaleza. A proposta era formar pesquisadores populares para “resgatar e registrar as memórias das lutas de seus bairros” (2008, p. 12). Parceria semelhante se repete em 1990, em um projeto envolvendo a ONG alemã GTZ, o governo do estado de Ceará e a prefeitura de Fortaleza. O Conjunto Palmeiras foi um dos bairros atendidos do chamado PRORENDIA – pelo nome já se deduz que foi um projeto de geração de renda para bairros pobres. Em 1992, como desdobramento desse projeto, nasce o Plano de Desenvolvimento Comunitário Integrado (PDCI), tendo como objetivo esclarecer a população sobre aspectos que envolviam várias temáticas: Doenças

sexualmente transmissíveis (DSTs), princípios de higiene e saúde, segurança no trabalho, educação ambiental e etc (MELO NETO SEGUNDO, MAGALHÃES, 2008).

A ASMOCOMP também decidiu usar parte dos recursos do PRORENDA para solucionar o problema das enchentes – situação recorrente no bairro – construindo um canal e outras obras (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2008). Se na década de 1980 o objetivo era a obtenção do fornecimento de luz e energia, na de 1990 era a consolidação do processo urbanizador. Esse movimento começa no ano de 1991, com a realização do “Seminário Habitando o Inabitável”, que tinha como objetivo discutir quais planos poderiam ser feitos para a urbanização do Conjunto Palmeiras. Em decorrência disso, no ano de 1995 dar-se-á início ao projeto PROSANEAR, – ainda com recursos do PRORENDA – que tinha o objetivo de levar ao bairro esgoto e saneamento básico.

É fato que a organização comunitária, o enfrentamento contra o descaso do poder público e as parcerias ajudaram o bairro a ter condições mínimas de habitação, materialmente falando. Porém, com a melhora das condições de vida aconteceu outro fenômeno muito comum em bairros de periferia que conseguem acesso a serviços: Os moradores começaram a se mudar, pois não conseguiam arcar com as novas taxas decorrentes.

Pesou bastante também, o alto desemprego existente na década de 1990, ante o processo de globalização e reestruturação do capital. Além de que os moradores possuíam baixa escolaridade e qualificação para competir no “mercado de trabalho”. (PAULINO, 2008) Somado ao já citado acesso aos serviços que comprometia os pequenos rendimentos que estas pessoas possuíam. Forçando-os a procurar outros lugares para viver:

Para nosso espanto e desespero, identificamos que 30% das famílias tinham menos de dois anos de residência no bairro. Isso trazia a tona uma realidade nova: Os moradores do Conjunto Palmeira que durante 20 anos lutaram pela urbanização, não podiam mais viver no próprio bairro que construíram. Antes não existiam taxas de luz, água, esgoto, telefone ou IPTU. Agora tudo fazia com que morar no Palmeira fosse “luxo” para uma população desempregada, vivendo de biscates e sub-empregos. E tinha mais um agravante, a especulação imobiliária também havia chegado no Palmeira e os mais pobres vendiam suas casas para os que tinham melhores condições financeiras (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003a, pp. A16-B16).

Diante deste quadro, em 1997 a ASMOCONP em parceria com outros segmentos organizados do bairro (igrejas, pastorais sociais, associações, creches, escolas, rádio e jornal comunitários, grupos de jovens, de mulheres, de alcoólicos anônimos, de teatro, dentre outros), realizou o “II Seminário Habitando o Inabitável”. Ocasão em que foram

avaliados os resultados do primeiro seminário e apontaram-se estratégias e ações para os anos seguintes. E como fruto desse seminário, seguido de várias reuniões e assembleias com os moradores, surge o Banco Palmas! Fundado no dia 20 de janeiro de 1998.

Apesar do nome, juridicamente falando, a instituição não era um banco, mas sim um projeto da ASMOCONP. A ideia era criar uma “poupança interna” (2008, p.11) do bairro, fazendo com que o dinheiro obtido circulasse naquele espaço. Criando assim um sistema de crédito com juros baixos que atendesse a demanda local. O diferencial dessa iniciativa foi a circulação do que é chamado de “moeda social”, ou seja, uma espécie de papel moeda que funcionava como um “vale”, circulando apenas no “território” atendido pelo Banco Palmas. A classificação do que seja Moeda Social possui significados diversos. Pois responde a diferentes finalidades. Grosso modo, pode ser compreendida como “uma moeda paralela à nacional, produzida e administrada por um grupo focal”. (SOARES, 2009, p. 255). O motivo de sua criação e circulação como foi dito é variado, dependendo do contexto em que está inserido. Todavia, o que se pode estabelecer como motivo para sua criação é a insuficiência da moeda oficial em atender as demandas de certos grupos: Seja por um caso de hiperinflação ou pela não inserção nas dinâmicas econômicas vigentes.

Outro diferencial, e o motivo pelo qual tal Banco recebe a alcunha de “comunitário”, é o fato dos moradores participarem da gestão e liberação do crédito. Em sua fundação eram feitas consultas com a vizinhança sobre o tomador do empréstimo para aferir se ele é uma “pessoa honesta” (INSTITUTO PALMAS, 2009). Desta forma, a comunidade assume a responsabilidade pelo débito do devedor. Quando o morador contrai o crédito ele é informado que o BCD trabalha com o “controle social”, isto é, são usados outros mecanismos de cobrança além dos “convencionais” (protesto em cartório, negativação do CPF e etc.), caso alguém não arque com seus compromissos, eis o que acontecia:

“Um dia após o vencimento da parcela o analista de crédito visita o tomador de crédito lembrando o seu compromisso com o banco. Passados 15 dias ele recebe uma carta de cobrança. Passado um mês se o cliente não procura o banco para negociar sua dívida, o analista comunica os vizinhos aquela situação de inadimplência e da indisposição da pessoa para resolver o problema com o banco, em seguida levamos a situação ao conhecimento do Fórum Socioeconômico Local – FECOL. Por último, negativamos o inadimplente no SPC e protestamos a dívida em cartório. Vale lembrar, que essas medidas são tomadas quando a pessoa tem, comprovadamente, uma “má fé” com o banco, ou seja, não demonstra interesse em pagar ou negociar a dívida. (2009, p. 25).

À vista disso, mesmo o aval não sendo dado por um grupo que vai coletivamente adquirir uma quantia, isto é, um se responsabilizando pelo empréstimo do outro, existe um

mecanismo de controle da própria vizinhança que garantia o pagamento. Categorias como “bom pagador”, “conhecido na comunidade”, “pessoa correta”, eram bastante utilizadas para liberação do crédito. Presume-se, sem dúvida, a necessidade de uma coesão comunitária no mínimo ao nível do discurso, para pensá-la como instrumento de liberação crédito. O “aval da vizinhança” parte do pressuposto que a “voz do povo, é a voz de Deus” e, portanto, cabe a ele um papel de “regulador” sobre a poupança do BCD.

Na noite de inauguração do Banco Palmas, foi emprestado todo o montante de dinheiro disponível, amanhecendo – de acordo com a linguagem local – “liso³⁶” no dia seguinte (2009, p. 9). O único apoio veio da ONG Ceará PERIFERIA, que emprestou uma quantia de 2000 reais que deveria ser reembolsada posteriormente, revelando um cenário de muita informalidade e imprevisto. De fato, tudo era feito pelos próprios moradores que possuíam pouca ou nenhuma experiência no mercado de finanças.

O quadro começa a mudar em 2003, quando o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva cria a Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES), que tinha como secretário o economista e militante Paul Singer. Em 2005, os BCDs começam a ser reconhecidos como manifestações da economia solidária, ganhando o fomento estatal. Destarte, foi criado um edital para apoio e criação de BCDs pelo Brasil. Joaquim Melo coloca que este fato fez com que o Banco Palmas ganhasse “reconhecimento legal” (MELO NETO SEGUNDO, 2013 p. 10).

Com o apoio do governo federal, número de BCDs cresceu bastante nos últimos anos. Em 2006 eram apenas sete (2013 p. 13), em abril de 2014, a SENAES registrou a existência 104³⁷, e durante a pesquisa de campo já existiam 114. Ainda em 2006, o Banco do Brasil (BB) através do Banco Popular do Brasil (BPB) procura o Banco Palmas para uma parceria. Literalmente, um negócio nos moldes comuns de “mercado”. A parceria consistia em ampliar a cartilha de crédito do Banco Palmas e também pela implantação de correspondentes bancários³⁸ ligado a Caixa Econômica Federal (CEF) e ao Banco do Brasil (BB). Neste momento o Banco Palmas e a ASMOCONP se colocaram em um dilema moral: Fazer

36 Expressão idiomática cearense que significa ausência de dinheiro.

37 “Número de moedas 'alternativas' dobra no país em 5 anos”. G1, disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/04/numero-de-moedas-alternativas-dobra-no-pais-em-5-anos.html> Acessado no dia 05/04/2014.

38 Correspondentes bancários são máquinas que as agências bancárias disponibilizam em áreas de difícil acesso para os Bancos Convencionais. Existe uma polêmica sobre sua utilização. Mesmo sendo uma forma de obtenção de fundos para os BCD's, também são vistos como forma de precarização do trabalho bancário. Inclusive, no ano de 2011, o deputado federal Ricardo Berzoini (PT-SP) apresentou um projeto de lei para limitar sua atuação.

negócios com um “banco capitalista” afetaria a metodologia e os objetivos do Banco Palmas? Segundo Joaquim Melo tal parceria pode “ter ganhos para todos os lados se for bem negociada” (2013, p. 11). Em 2010, a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), também fizeram parcerias para expansão da carteira de crédito do Banco Palmas (2013, p. 12).

Percebe-se como ao longo dos anos a ASMOCONP começa a ganhar o respaldo de instituições financeiras *mainstream*. Ademais, no ano de 2009, o Banco Central assina um “marco regulatório para moedas sociais” em conjunto com o Banco Palmas (2013, p. 16). Isso permitiu a circulação de moedas sociais no país. Transita também no congresso nacional o Projeto de Lei Complementar (PLP) 93/07, “criando o Segmento Nacional de Finanças Populares e Solidárias” (2013, p. 15). Todas essas parcerias fizeram com que o Banco Palmas deixa-se de ser um projeto da ASMOCONP, pois juridicamente falando, uma simples associação de moradores não conseguia mais administrar algo que cresceu tanto. Por isso, o Banco Palmas passa a ser projeto de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Assim nasce o Instituto Palmas, no ano de 2003 para dar conta destas novas demandas (PASSOS, 2007).

Segundo dados do último censo demográfico do IBGE, realizado em 2010, o Conjunto Palmeiras possui 36.599 habitantes³⁹. Ressalto que de lá até o momento da escrita dessa dissertação passaram-se seis anos, conseqüentemente os dados carecem de uma atualização. Outro fato importante, observado durante o trabalho de campo, é que o bairro continua em constante crescimento, ao ponto de já existir uma subdivisão territorial dentro do mesmo chamado de “Conjunto Palmeiras II”. De toda forma, esses dados são relevantes para uma noção do território, já que até 2007 era difícil delimitar a população do bairro pelo fato do mesmo não ter esse status, sendo parte integrante do bairro de Jangurussu. Dificuldade essa encontrada por Paulino em sua pesquisa (PAULINO, 2008). Por último, é importante frisar que depois de 43 anos os moradores do Conjunto Palmeiras finalmente receberam a escritura de propriedade sob seus imóveis da prefeitura de Fortaleza⁴⁰. Isso é um fato importante que mostra como as lutas do passado ecoam até os dias atuais.

39 A partir do censo de 2010, o IBGE disponibilizou um acervo digital referente aos dados de bairros de todas as cidades do país. O link para consulta está disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st> Acessado no dia 10 de abril de 2016.

40 Fonte: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/habitacao/prefeitura-inicia-regularizacao-fundiaria-para-mil-familias-do-palmeiras> Consulta em 01 de Junho de 2016.

É pertinente citar que tanto o Conjunto Palmeiras quanto o próprio Banco Palmas passaram por processos históricos e fases determinadas, pois certos aspectos da vida cotidiana – principalmente aqueles que pesavam sobre os ombros de seus habitantes – tiveram mais atenção em certos momentos em detrimento de outros. Acredito ser necessário entender esse processo histórico: Suas lutas, conquistas, mudanças e reflexões para não cair em uma naturalização barata, como infelizmente é tão comum no estudo das manifestações de economia solidária. O próximo tópico pretende avançar nestas questões.

3.3 Em direção a uma sociologia de Bancos Comunitários de Desenvolvimento

Construir uma sociologia dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento é algo imprescindível para pesquisadores que pretendem se aventurar por esse objeto de estudo. Em primeiro lugar, por mais que existam trabalhos sobre economia solidária, poucos são focados em Bancos Comunitários, e ainda assim sua grande maioria aborda as experiências do Banco Palmas⁴¹. Soma-se a isso que muitas dessas pesquisas pertencem a áreas distintas como administração e economia. Muito pouco se tem acesso sobre BCDs nas Ciências Sociais.

O objetivo deste tópico é buscar fazer um apanhado resumido do que se discute academicamente sobre BCDs, explorando não apenas os escassos trabalhos de ciências sociais, mas trazendo experiências de outras áreas para pensar em uma agenda de pesquisa. Por último, é preciso lembrar que o Instituto Palmas possui autonomia de escrever sobre si mesmo, e, portanto também influencia os conceitos e temáticas.

3.3.1 Levantamento da produção acadêmica e intelectual

Inicialmente, irei me debruçar sobre os trabalhos de Genauto Carvalho França Filho e seus pares. França Filho é o autor que possui a produção mais vasta sobre Bancos Comunitários, além de ter orientado diversos alunos que realizaram estudos de caso no Banco Palmas e outros BCDs. É professor de administração da UFBA e possui doutorado na área de sociologia pela *Université Paris Diderot*. A maioria de seus trabalhos abordam às formas de gestão de BCDs e sobre como o capital social e a identidade comunitária conseguem ser uma importante ferramenta para liberação do crédito (FRANÇA FILHO et. al, 2015, 2009, 2007).

41 Cabe aqui inclusive uma autocrítica, já que este trabalho não foge a essa regra.

Também é ele um dos maiores difusores do conceito de Finanças Solidárias no âmbito acadêmico, lembrando que este é uma diferenciação política de empreendimentos de microfinanças ligados a economia solidária. O autor conceitua o BCD a partir de quatro eixos extraídos do verbete “Bancos Comunitários de Desenvolvimento”, do *Dicionário Internacional da Outra Economia*:

Os Bancos comunitários de desenvolvimento (BCD's) podem ser definidos como uma prática de finanças solidárias de apoio às economias populares situadas em territórios com baixo índice de desenvolvimento humano (...). Para tanto, articulam-se quatro eixos centrais de ações em seu processo de intervenção: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em economia solidária (FRANÇA FILHO, 2009, p. 31).

Não me debruçarei sobre a noção de finanças solidárias, pois esta categoria já foi exaustivamente debatida no primeiro capítulo. Percebe-se que a definição destes quatro eixos de atuação condicionam o BCD a ter um fundo, uma moeda própria (social, ou circulante local), além de feiras que estimulem a produção do bairro e a capacitação em economia solidária. Para este autor, portanto, a instituição BCD não se encerra em si, ou melhor, não está ligada apenas as paredes de um prédio, ela cria um vínculo institucional que vai além. A própria circunstância de receber a alcunha de “comunitário” o condiciona ao vínculo com o território e as pessoas ao seu redor. Além disso, submete o conceito de BCD como uma manifestação da economia solidária.

França Filho também estabelece a importância do microcrédito, pois estimula o desenvolvimento grupal e não de indivíduos isoladamente. O BCD trabalha com a chamada “moeda social”, isso cria dois tipos de crédito, em produção (reais), para consumo (palmas), nomeando aqueles os participantes como “prossumidores”:

Isso porque, para além da disseminação de microcréditos com múltiplas finalidades conforme as linhas de crédito definidas pelos bancos, seu maior objetivo e compromisso são a construção de redes locais de economia solidária mediante a articulação de produtores, prestadores de serviços e consumidores locais (P. 31, 2009).

É importante citar que o conceito de “prossumidores” não é uma categoria desenvolvida pelo autor. Em várias obras produzidas pelo próprio Instituto Palmas este termo é empregado, sendo criada pelo seu *staff* (INSTITUTO PALMAS, 2006, 2009; NETO SEGUNDO, MAGALHÃES, 2008). Esse aspecto também está presente em outras questões

que o autor aborda, como por exemplo, a condição necessária de que o BCD deve ser “desejo da comunidade⁴²” (FRANÇA FILHO, 2009).

Também considera que o apoio da SENAES – a partir de 2005 – foi um marco importante para difusão e consolidação do projeto de BCDs. Todavia, reconhece que faltava na época (e ainda falta, nos dias atuais) um marco legal que os normatize (FRANÇA FILHO, 2009, 2015). Para este autor são necessárias três fases para a consolidação de um banco:

(...)1) Identificação e captação de recursos de fundos que alimentem as linhas de crédito do BCD; 2) estabelecimento de infra-estrutura tecnológica que tonarão mais eficientes e eficazes as operações dos Bancos Comunitários; e 3) A utilização de linhas de fundos públicos para viabilizar projetos socioeconômicos locais por meio da metodologia de bancos comunitários. Quando esta última meta passar a ser executada, contando com amparo legal próprio, juros mais baixos e mecanismos apropriados às experiências de microfinanças, será dado um passo definitivo na consolidação da metodologia de BCD's enquanto política pública” (FRANÇA FILHO, 2009, p. 34).

Portanto, França Filho defende que os BCDs sejam consolidados como política pública, o que ainda não ocorreu. Em outro artigo são feitas várias críticas a forma como o microcrédito foi empregado no Brasil, se assemelhando as algumas críticas realizadas a esta modalidade de crédito no primeiro capítulo. Ele acredita que os BCDs estão para além das limitações impostas pelas instituições de microfinanças (FRANÇA FILHO, 2012).

Porém, o mais presente em diversos textos é a ênfase na formação das redes socioeconômicas locais (FRANÇA FILHO et. al., 2007, 2009, 2012). Esse aspecto é muito pertinente de ser abordado em temáticas de pesquisa, apesar de não ser uma exclusividade de BCDs, como destaca Abromovay em suas pesquisas sobre experiências de microcrédito na Bahia e na cidade de São Paulo (ABROMOVAY et. al., 2007a; 2007b) e Biggart em seu estudo panorâmico sobre instituições de microfinanças ao redor do mundo (BIGGART, 1997). Por isso saliento que entender como se criam esses diversos vínculos entre os BCDs e a comunidade que interage com o mesmo seria excelente projeto de pesquisa.

Outro ponto muito importante abordado por França Filho é a chamada economia híbrida:

Uma tal concepção se opõe a visão habitual de interpretação da economia sempre como sinônimo exclusivo de economia de mercado, ou seja, segundo parâmetros eminentemente capitalistas (...) Esta visão enxerga a dinâmica econômica ao longo da história de desenvolvimento das sociedades humanas, permitindo relativizar a

42 Este elemento está presente em muitas cartilhas e cartas de apoio redigidas pelo Banco Palmas, assim como em oficinas e palestras para replicação de BCDs.

importância atribuída ao aspecto mercantil na construção do fato econômico (...) De modo mais sintético e resumido, conforme sugere Caillé (2003), esta definição formalista compreende por economia todo comportamento visando economizar recursos raros procedendo sistematicamente a um cálculo de custos e benefícios envolvidos numa decisão pensada como uma questão de escolha racional (2007, p. 3)

Percebe-se que o debate travado pelo autor está criticando uma abordagem utilizada por um pensamento ortodoxo vigente na economia. E de novo, aparece como resultado uma separação operando o econômico e não-econômico (ou como neste caso entre o “mercantil” e o “social”). Do ponto de vista sociológico é muito problemático elencar estas dicotomias, como já expressei no primeiro capítulo. Para pensar uma agenda de pesquisa sobre BCDs, pode-se novamente entrar na esteira de Abromovay, que categorizou uma solidariedade campesina que encontrou com mecanismos de gestão racional, formando um novo *ethos* econômico (ABRAMOVAY, MAGALHÃES, 2007). Ou de forma mais precisa como cita Zelizer em seus trabalhos, ocorre processo de uma nova “sacralização” (ou ressacralização), onde as supostas dicotomias se encontram e entrelaçam, resultando em algo novo e ajustável (ZELIZER, 1978, 1994). Ressalto a importância de se ter um trato mais cuidadoso com essas articulações. O que é uma “economia híbrida”? É enxergar um suposto aspecto mercantil essencialista em conjunto com outros? Será possível fazer essas separações tão bruscamente? E se elas existirem será esse o melhor termo para explicá-las? Todas estas perguntas permanecem em aberto.

Outro trabalho importante de ser citado – que sem exageros pode ser chamado de “ponto obrigatório de passagem” – foi a dissertação de mestrado de Ósia Passos, orientada por França Filho. Esta autora realizou um dos primeiros estudos que abordava as características e a sustentabilidade dos BCDs. A pesquisa se deu por dois estudos de caso realizados no Banco Palmas e no Banco Bem, localizado na cidade de Vitória no Espírito Santo.

Para Passos – tomando a definição de França Filho – os BCDs são entendidos como expressão das Finanças Solidárias. Classificando uma pluralidade de fatores que supostamente não estão presentes em outras experiências como por exemplo: 1) Pluralidade de princípios econômicos; 2) Autonomia institucional, 3) Democratização dos processos decisórios; 3) Sociabilidade comunitário-pública e 4) finalidade multidimensional (PASSOS, 2007).

Passos também define o que é a Rede Brasileira de Bancos Comunitários e seu papel: “Criar serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária” (PASSOS, 2007, p. 63). A rede foi

criada concomitante ao Instituto Palmas em 2003, que passou a replicar a própria metodologia para expansão de BCDs.

Desta forma a autora desenvolve um “tripé” de funcionamento para BCDs: “(...) gestão comunitária, sistema integrado de desenvolvimento e a moeda social circulante local” (PASSOS, 2007, p. 64). Cada um desses aspectos aponta particularidades desse tipo de organização. Além disso, frisam-se várias vezes ao longo do trabalho a importância da formação de redes. E para a mesma se sustentar é sugerida a geração de empreendimentos dentro dela própria:

O sistema da rede não é só composto de consumo, produção, devendo também incluir comércio e crédito solidário, sendo os dois últimos elementos, normalmente, os mais difíceis de concretizar. A comercialização e o acesso ao crédito são, de fato, os maiores desafios enfrentados pelos EESs. Por este motivo, o Banco Comunitário deve ser entendido enquanto componente fundamental de uma rede local de Economia Solidária, sendo ele próprio um instrumento de desenvolvimento econômico (PASSOS, 2007, p. 68).

Em seguida, a autora traz novamente a noção de que os BCDs contribuem para a construção de uma “economia plural”, isto é, a partir da “(...) economia mercantil, da não mercantil, e também da não monetária” (PASSOS, 2007, p. 69). Mais uma vez é importante ressaltar a problemática de pensar os fenômenos “mercantis” e “não-mercantis” de forma tão dicotômica (HISCHMAN, 1987; FOURCADE; HEALY, 2007; ZELIZER, 2009).

A autora também lembra que o Banco Palmas se tornou maior do que a própria ASMOCONP, tanto que a criação da OSCIP Instituto Banco Palmas se deu em função disso (PASSOS, 2007). Um dos motivos para isso foi o fato da instituição passar a dar assessoria para o fomento de outros bancos, palestras e etc. Além da questão de segurança, pois no momento em que Passos escreveu seu trabalho o Banco Palmas já havia sofrido dois assaltos⁴³.

Ainda cabe analisar o artigo de Daniel Bruno Garcia que fez uma contextualização teórica dos BCDs. O artigo está filiado a uma pesquisa que busca analisar “três bancos comunitários de desenvolvimento paulistanos ligados ao movimento de moradia, tendo por base a perspectiva dos atores envolvidos em sua adoção, quando aos gargalos e fatores de

43 Durante minha estadia no Conjunto Palmeiras me foi relatado mais dois assaltos. O último aconteceu em 2013, tendo sido roubados mais de 70 mil reais. Fonte: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2013/01/banco-comunitario-palmas-e-assaltado-em-fortaleza.html> Acessado em 17 de novembro de 2015.

influência para o processo de disseminação” (2012, p. 1). O autor ressalta no início do texto que a escassez de trabalhos sobre esta temática. Portanto o objetivo do artigo é:

A descrição do histórico dos BCDs, além de se constituir um registro baseado em dados secundários e primários, pode subsidiar o desenvolvimento de pesquisas que abordam temas correlatos, tais como: microcrédito, finanças solidárias, inclusão financeira, desenvolvimento local e políticas públicas para a geração de trabalho e renda (2012, p. 1)

O que Garcia chama de “contextualização teórica” nada mais é do que um conjunto de teorias administrativas aplicadas na eficiência e governança dos BCDs. Portanto, o debate consiste em teorias ligadas a ciências sociais aplicadas como a Administração e Economia.

Garcia justifica o porquê de escolher este tema e qual a sua importância. Lembra que em 2010 já existiam BCDs espalhados pelas cinco regiões do Brasil, sendo desenvolvidos os primeiros estudos após a experiência do Banco Palmas. Percebe-se ênfase na gestão e eficiência e sobre a circulação de moedas sociais. Isso fica mais claro nos trabalhos analisados pelo autor, sendo seus objetivos investigar os vários indicadores para aprimorar o monitoramento e a avaliação desse tipo de instituição financeira (GARCIA, 2012). O autor corrobora com a crítica de que a maioria das pesquisas sobre BCDs são feitas no Banco Palmas e existe a necessidade de expandir essa análise para outros espaços.

Para encerrar a análise do texto, percebe-se mais uma vez o caráter normativo e operacional na abordagem sobre BCDs:

“Apreende-se na literatura sobre os BCD que o Banco Palmas e o Banco Bem são exitosos na operacionalização do conceito de Banco Comunitário de Desenvolvimento, seja em seu aspecto político (FRANÇA FILHO, 2007), de materialização de um espaço público voltado às necessidades locais, seja em seu aspecto socioeconômico (PASSOS, 2007), de incremento de produtividade sistêmica do território (DOWBOR, 2009a), articulando microcrédito produtivo e microcrédito para consumo em moeda social (FOGUEL, 2009; PASSOS, 2007). Estudar diferentes bancos da Rede Brasileira de Bancos Comunitários parece ser importante para conhecer outras especificidades locais que ensejam potenciais atividades bem sucedidas, por um lado, ou contingências que dificultem a operacionalização dos bancos, por outro, além da identificação de elementos que auxiliem a efetiva utilização pelos habitantes de um território dos serviços que oferece” (GARCIA, 2012, p. 3).

Em primeiro lugar, o que se entende como êxito? Em relação aos dados da instituição e sua longevidade em um contexto tão desfavorável? Sim, pode se afirmar isso. Mas e para os beneficiários? O que eles entendem como “êxito”? Para os trabalhadores e trabalhadoras de lá? E essa materialização de um espaço sócio-econômico, como se dão as interações e

mediações? Quem são os atores que participam? Como enxergam os outros e a si mesmo? Por isso, estudar diferentes Bancos da rede é algo muito importante, mas também é preciso variar as temáticas e abordagens de estudo.

Outra temática muito importante – e necessária – é realizar investigações em relação a questões de gênero em BCDs. No primeiro capítulo trouxe a informação de que uma das vinculações que o microcrédito possui é a ideia de ser uma modalidade feminina de crédito (YUNUS, 2000). Não é por acaso que as maiores beneficiárias desse tipo de modalidade de crédito são mulheres. Ao longo das últimas décadas foram cunhadas diversas pesquisas sobre o microcrédito como forma de promoção social feminina (KRUIJF, 2014, CARVALHO, 2010; GERALDO, 2004). Todas estas pesquisas têm um enfoque em comum: As tomadoras de empréstimo. O que ainda é uma área bastante interessante de investimento para pesquisa. Visto que poucas pesquisas sobre BCDs trabalham essas temáticas.

Entretanto, a pesquisa que analisarei tem um foco diferente. Realizada por Maria Helena Girdwood Mattos – também orientada de França Filho no mestrado do Programa de Pós-Graduação da UFBA – investiga as concepções de gênero das trabalhadoras de Bancos Comunitários de Desenvolvimento frente a seu papel profissional. A abrangência da pesquisa se deu em 4 BCDs da Bahia e a metodologia de pesquisa se deu através da coleta de dados via *survey*, e posteriormente com um grupo focal (MATTOS, 2010).

Do ponto de vista profissional, a visão de gênero das pesquisadas não difere muito em outras pesquisas com organizações de outros tipos. Além disso, a autora classifica não existir muita clareza, na especificidade do papel das agentes de crédito:

Além disso, a atividade de agente de crédito é paradoxal, no sentido de ainda não ter formada claramente sua identidade profissional, fato este que pode ser atribuído à falta de clareza quanto à natureza do trabalho, que se constitui no paradoxo trabalho voluntário *versus* trabalho profissional (MATTOS, 2010, p. 15).

A autora também expõe um paradoxo, entre ser “conhecida” na comunidade ou “invisível”. Segundo Mattos, “a falta de uma identidade profissional que a represente faz com que elas assumam a identidade feminina tradicional, que as mantém na condição de invisibilidade social” (MATTOS, p. 15, 2010). No entanto, percebe-se também um aumento na autoestima dessas agentes.

A autora resgata várias obras que discutem as relações entre trabalho e gênero, deixando claro diversas mudanças que aconteceram nos últimos 30 anos. Dentre elas a libertação – ou semi-libertação – da mulher no âmbito da esfera doméstica. A grande

responsável por esse processo foi a revolução informacional e a globalização que permitiu novas formas de organização coletiva. Todavia, também houve malefícios, como por exemplo, a precarização do trabalho, acentuando as diferenças entre centro e periferia, bem como a exploração do trabalho de formas mais sutis, dentre elas a flexibilização. Inclusive, a entrada de diversos grupos excluídos do mercado de trabalho – como as mulheres – veio a este alto preço. No caso específico das mulheres, ocorre uma dupla, ou até mesmo tripla jornada de trabalho: Ao passo que além do trabalho, ainda são donas de casa e mães. A autora acredita neste sentido, que a economia solidária, através de suas respectivas manifestações – como os BCDs – é uma forma de agência para estes grupos dominados:

“Segundo Guérin (2003), as iniciativas de economia solidária são motivadas por e para mulheres, devido à necessidade de conciliação entre a vida doméstica e profissional, elevação das responsabilidades materiais e dificuldades de acesso à propriedade e ao crédito, ocorrendo principalmente no campo de atividades femininas. A contribuição da economia solidária decorre do enfrentamento da pobreza, em seu caráter multidimensional, a partir da justiça de proximidade, facilitando espaços de discussão e reflexão coletivas, e da desigualdade na divisão das tarefas familiares, ao revalorizar práticas recíprocitárias (...). A justiça de proximidade trazida pela economia solidária visa complementar a justiça formal, visto que um dos efeitos dos processos de exclusão é justamente a falta de acesso (ou acesso deficiente) aos direitos formais. As mulheres, enquanto grupo que tem menos acesso a direitos, seriam beneficiadas pela economia solidária justamente pela capacidade que esta tem de transformar direitos formais em direitos reais, inclusive minimizando desigualdades pessoais”. (MATTOS, 2010, pp 76-77).

A autora pautou sua pesquisa em 4 BCDs na Bahia, em Simões Filho, Vera Cruz, Cairu e Salvador, todos fomentados pela Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia (ITES, UFBA).

A premissa da dissertação residiu no fato de que nos BCDs da Bahia – até o momento – todas as agentes de crédito eram mulheres. Portanto o objetivo geral do trabalho foi: “(...) relacionar a estrutura de gestão dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento da Bahia às percepções de gênero das suas agentes de crédito quanto ao seu papel profissional” (MATTOS, 2010, p. 18).

Não foram notadas grandes diferenças nas percepções de gênero das agentes de crédito, se comparadas a outras instituições. O agravante sofrido por essas mulheres estão ligados a processos mais gerais: “Tais desigualdades, contudo, são ainda mais dramáticas se associadas aos processos mais gerais de exclusão vivenciados por elas em suas comunidades, razão pela qual os BCDs e os respectivos projetos se inserem nestes contextos” (MATTOS, 2010, p. 221). Ainda são ressaltados alguns paradoxos na construção indenitária das agentes

de crédito. A mescla entre o trabalho “comunitário/voluntário” e “profissional” dificulta uma formação indenitária do seu próprio papel.

Mattos ainda ressalta o chamado “reconhecimento comunitário”: “A atividade de agente de crédito é uma atividade que confere poder a quem a executa na comunidade, uma vez que representa o elo entre comunidade e banco” (MATTOS, 2010, p. 221). Por outro lado, a falta de identidade profissional as mantém em condição de invisibilidade social, reforçada pela “própria invisibilidade da condição de ser mulher” (MATTOS, 2010, p. 222).

Por último, cabe citar dois trabalhos realizados por cientistas sociais, são eles os de George Antonio George Lopes Paulino e Karina Fortete, com perspectivas bem diferentes sobre BCDs. Irei analisá-los respectivamente.

Antonio George Lopes Paulino é um sociólogo que realizou um estudo de caso sobre o Banco Palmas em sua tese de doutorado. O autor entende a economia solidária como um projeto cultural e político que está em processo de construção, e o Banco Palmas é tido como um caso exemplificador (PAULINO, 2008). Demonstra-se isso mostrando que no espaço local existe a execução de práticas que pretendem fazer oposição ao capitalismo. Valorizando assim: “(...) o *ethos* do pertencimento comunitário, da solidariedade e reciprocidade como valores fundamentais na condução de práticas econômicas alternativas ao *ethos* do capitalismo” (PAULINO, 2008, p. 9).

Isso culmina na formação de redes que valorizam a experiência local, e ao mesmo tempo trabalhando em escala global, como movimento político e cultural, capaz de construir um projeto contra hegemônico sobre aquilo que se entende como economia. Conseqüentemente, a Economia Solidária funciona como um processo estratégico de fortalecimento econômico, cultural e político de um território específico:

Entendo aqui o trabalho que vem sendo realizado pelo sistema ASMOCONP/Banco Palmas como um processo estratégico de fortalecimento econômico, cultural e político do território local, fundamentado nos princípios da economia solidária, que têm como eixos simbólico e prático o fazer associativo e a cooperação entre sujeitos organizados numa rede de produção, distribuição e consumo de produtos e serviços (2008, p. 15)

Por isso, a experiência empreendida materializa-se em um contexto onde havia uma forte mobilização comunitária, além de um histórico de reivindicações urbanas, naquilo que se chama “o direito a cidade”. A dinâmica entre redes e movimentos sociais aparece como algo muito expressivo.

O autor lembra que o termo economia solidária não está centrado apenas na esfera

econômica, mas também “(...) na esfera política mobilizada pela sociedade civil, como práticas portadoras de valores culturais que se manifestam sob o signo da solidariedade, do pertencimento comunitário e da reciprocidade” (PAULINO, 2008, p. 17). Apesar da importância do trabalho, mais uma vez friso o quão problemático pode ser, impor essas barreiras entre o econômico e não-econômico, ou economia “capitalista” e “solidária” de forma tão dicotômica.

O autor se utiliza da etnografia como técnica de pesquisa para entender essa construção específica no campo da economia solidária: “(...) observando e interpretando a dimensão simbólico-conceitual e prática que fundamenta processos organizativos mobilizados numa esfera associativa local” (PAULINO, 2008, p. 19).

Paulino resgata os trabalhos de Marcel Mauss e Alain Caillé para trabalhar noções de dádiva, confiança e mutualidade, reciprocidade e convivência que ultrapassam o utilitarismo. Para o autor, estas lutas não possuem um fim utilitário, culminando em uma construção simbólica de identidades comunitárias:

Diferentes conquistas já alcançadas pelos moradores organizados na ASMOCONP revelam-se como produtos não somente de reivindicações, mas também de ações de planejamento e execução coletiva, tal como ocorreu na construção de moradias, nas obras do canal de drenagem e, mais recentemente, na criação do Banco Palmas e sua carteira de projetos. Trata-se de um conjunto de lutas sociais marcadas pela radicalidade, aprendizado e construção simbólica e não apenas pela finalidade instrumental. Neste sentido, como se engendraram as “ousadias” de uma comunidade que se constitui como espaço social onde as lutas contra a escassez não se encerram nos fins instrumentais ou utilitários, mas se expressam de modo intenso, para além do imediatismo, no plano da troca simbólica, da troca de valores e significados culturais. (PAULINO, 2008, p. 21).

O autor lembra também que a economia solidária não é simplesmente um termo batizado, significa uma construção simbólica e pedagógica, que se manifesta em espaços onde existe um terreno fértil para seu desenvolvimento. Deve-se lembrar de que nomeá-la dessa forma também é um ato político (SARTORE, 2012; BOURDIEU, 1983; ZELIZER, 2009).

É lembrado também que o processo de construção simbólica faz-se na prática cotidiana. Os significados da economia solidária, embora se manifestem em abordagens conceituais, são pensados, debatidos, mobilizados em atividades de ensino-aprendizagem, na rede local de empreendimentos e nos projetos que ali acontecem. É assim que o ideário da economia solidária vai tomando corpo, tornando-se concomitantemente conceito e prática na concretude das ações.

O trabalho de Paulino acrescenta muito – do ponto de vista sociológico – ao sair das aplicações de “sustentabilidade” e “gestão” do Banco Palmas, como citadas anteriormente. O autor entende que o trabalho da ASMOCONP funcionou como uma rede que articulou “os planos internos e externos, entre o local e o global” (PAULINO, 2008, p. 291). Outro ponto importante diz respeito à história do próprio bairro, e como os diversos movimentos que ali surgiram culminaram no Banco.

Pode-se falar sim, que os projetos do Palmas, transcendem explicitamente o “econômico”. Contudo, é necessário destacar que mesmo elementos tidos exclusivamente como “econômicos”, possuem uma dimensão cultural, política e moral. É preciso destacar como esses elementos não aparecem nas economias tipicamente “econômicas”, e porque em outras práticas como a economia solidária eles aparecem tão exacerbados. Quais são os valores éticos dessa “economia capitalista”? E quais são os valores que a “economia solidária” supostamente acrescenta como contraposição?

Desta forma, o Banco Palmas articulou diversas parcerias ampliando seu leque de influência, utilizando uma categoria de conflitualidade, mas mobilizada em projetos plurais que geraram consensos. Ademais, o autor ressalta que muitos desses processos se fortalecem na medida em que o próprio Banco Palmas torna suas ações atraentes, transformando-as em um grande evento:

Já me referi também ao conteúdo simbólico da expressão “Aceitamos palmas”. A sentença refere-se à aceitação e circulação da moeda social Palmas em estabelecimentos de comércio e serviços locais e nas *topics*. Mas penso que a referida frase parece estar também vinculada à dimensão do espetacular, do midiático, como uma mensagem que projeta símbolos e processos identitário. Ao acompanhar presencialmente eventos do Banco Palmas, percebi como os mesmos têm na categoria do animador uma figura central, que constantemente é aplaudida pelo público e conclama aplausos quando do lançamento de novos projetos, com repórteres, fotógrafos e câmeras de emissoras de televisão sempre por perto (PAULINO, 2008, pp. 33 e 34).

Logo, o que está presente é o entendimento de Paulino sobre as iniciativas de economia solidária – ou mais especificamente seu objeto de investigação o Banco Palmas – agregarem bens simbólicos que transcendem a materialização dos bens físicos, formando um novo tipo de *ethos* econômico que diverge em comparação a outros tipos de instituições econômicas.

Passando agora para o trabalho de Karina Fortete, encontra-se outro tipo de abordagem, de cunho bem mais crítico. A pesquisa da autora se baseia na premissa de que a

economia solidária constitui-se como uma nova estratégia do capital para garantir a produção e a reprodução do trabalho⁴⁴. A autora fez uma análise de instituições alternativas de microcrédito, analisando seu papel na transformação de trabalhadores em empreendedores, de maneira impositiva pelo avanço neoliberal. Isso foi abordado por alguns autores no primeiro capítulo (LIMA, 2011; DAVIS, 2006). Uma das instituições analisadas foi o Banco Palmas. Sua hipótese é de que o Banco Palmas e outras instituições – através da economia solidária – funcionam como: “(...) estratégias de cooptação e controle, que despolitizam e aplacam os trabalhadores, suas lutas e reivindicações” (FORTETE, 2012, p. 12).

É importante frisar que este trabalho possui uma série de equívocos conceituais e terminológicos. Em diversos trechos de sua dissertação, a autora generaliza o conceito de “finanças solidárias”, desprezando que a mesma representa a incorporação do discurso de “microfinanças” pela economia solidária. Assim como também generaliza a categoria BCD como sendo mundial, esquecendo-se que esta é uma manifestação tipicamente brasileira. Chega a confundir cooperativas de crédito e poupanças comunitárias com BCDs (FORTETE, 2012). Em determinado momento do texto, a autora chega a citar que o *Grameen Bank* é um BCD, quando na verdade se assemelha mais a cooperativa de crédito. Fortete não fez uma análise aprofundada de suas fontes, além de ter misturado diferentes categorias e conceitos, e englobando-as como se fossem algo único⁴⁵.

Fortete por não ter realizado uma pesquisa empírica, apenas uma análise de conteúdo das obras institucionais do Banco Palmas, realizou uma naturalização dos conceitos. Ademais, a autora despreza totalmente o fato que o Banco Palmas – apesar de críticas possíveis – foi uma construção coletiva, fruto e consequência de uma organização comunitária e de um movimento social urbano que atuava em Fortaleza há pelo menos 40 anos. Em diversos momentos, passa-se a impressão de ser algo que simplesmente “nasceu”, desprezando os fatores que levaram a sua concepção. Para finalizar a crítica a esse trabalho, tenho mais duas considerações. Primeiro diz respeito ao fato de que projetos desse tipo serem apenas idealizações pessoais:

No decorrer desta trajetória, Joaquim tem sido o principal disseminador da ideia publicamente, e a figura mais conhecida e procurada quando se quer

44 Esse trabalho poderia ter entrado no tópico de críticas a economia solidária no primeiro capítulo, contudo, como o Banco Palmas foi citado diretamente achei mais profícuo encaminhá-lo para este tópico.

45 Existem pequenos equívocos que provam como a autora não se aprofundou suficientemente sobre o material de análise. Nas páginas 120 e 121, há uma confusão entre a fundação do Banco Palmas e da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. O primeiro acontecimento ocorreu em 1998 e o segundo em 2003. Entretanto, a autora trata que esses dois eventos aconteceram simultaneamente em 1998.

informação sobre o Banco Palmas. Morando no Conjunto Palmeiras até hoje, é quem apresenta a iniciativa no Brasil e em outros continentes, e é também quem recebe as mais diversas visitas feitas ao Banco Palmas. Forma parte da ASMOCONP desde que chegou ao bairro e também dirige o Instituto Palmas (...). Quando analisadas iniciativas deste tipo, é possível observar semelhanças entre os perfis dos idealizadores. Foram mencionadas no capítulo III as histórias de Muhammad Yunus e John Hatch, ambas inspiradas também em descobertas pessoais e desejos de mudança, experimentados após se depararem com situações de miséria e precarização. Isto demonstra também a identificação dos gestores com as causas que defendem e talvez isso explique a exposição deles como os principais e, às vezes, únicos disseminadores, mesmo que no discurso façam referência à gestão participativa e democrática dos bancos por parte de seus membros (2012, p. 130).

O “Joaquim” a quem Fortete se refere, é Joaquim de Melo Neto Segundo, o mais proeminente quadro do Instituto Palmas. É inegável o papel que essas “personalidades” têm dentro de suas respectivas instituições, porém elas não são únicas. Muhammad Yunus apesar de ser o fundador, não é mais presidente do *Grameen*, ainda assim surgiram outras pessoas que supriram sua ausência. Em suma, novos quadros foram criados e os espaços ocupados respectivamente. O mesmo vale para o Joaquim Melo. Pois apesar de ser a figura com mais visibilidade, não é verdade que ele é o único a ter notoriedade pública. Outros integrantes do banco palmas dão entrevistas, participam de eventos, dão cursos de formação e etc.

Segundo, a fundação da ASMOCONP e as lutas pela urbanização e direitos dentro do Conjunto Palmeiras são anteriores ao próprio Joaquim Melo. É problemático defini-lo como personagem determinante. A autora por não ter feito um trabalho de campo e uma análise mais minuciosa das fontes bibliográficas, se quer entende a própria estrutura de funcionamento do Instituto Palmas. Aliás, se equivoca também em colocar Joaquim Melo como “idealizador” da iniciativa. A concepção do Banco Palmas aconteceu através de grandes assembleias comunitárias realizadas pela ASMOCONP, não por uma inspiração individual sua.

Dito tudo isso, citarei as críticas que foram construídas corretamente. A autora denuncia que em diversos momentos a intervenção de órgãos internacionais e como estes impunham suas diretrizes sobre iniciativas de “finanças solidárias” como o Banco Palmas. A autora lembra que esse tipo de projeto aparece como uma resposta ao desemprego e a pobreza, e não como uma oposição crítica ao capitalismo:

“(...) é a crise e o desemprego que impulsionam estas estratégias e não a consciência de que o capitalismo é um sistema manco e que só serve a uma parte da população. Evidentemente, isto não tira os seus méritos, mas invalida muitos dos discursos que fazem com que se encontre na economia solidária a receita para um bolo que não

pretende ser dividido” (2012, p. 126)

Outra crítica, diz respeito a premissa utilizada em diversos materiais do Banco Palmas sobre seu princípio fundador: “a comunidade é pobre porque o dinheiro sai dela”. Segundo Fortete, isso é apenas uma limitação a esfera da circulação:

“Afirmar que uma comunidade é pobre apenas porque o dinheiro de seus moradores não circula dentro dela é desconhecer a problemática que se inicia no momento em que o trabalhador se divorcia dos seus meios de produção, e as consequências que este fato trouxe para a humanidade” (2012, p. 126).

Ainda segundo ela, por não ser feita essa crítica, confirma-se “o discurso neoliberal de responsabilidade individual, aceitando a falta de compromisso do Estado com a Sociedade” (2012, p. 128). As suas demais críticas tangem o sentido de autogestão, pois segundo ela isto é: “(...) uma forma de organização da sociedade, não um modo de produção, e enquanto isto não for compreendido, não é possível visualizar formas não alienantes de produção e reprodução da força de trabalho” (2012, p. 144).

Suas conclusões são as seguintes: 1) Mostrar novas formas de produção e reprodução do trabalho da classe trabalhadora; 2) Revelar a existência de uma constelação de agentes que ao longo dos períodos históricos comandam os Estados e imprimem uma determinada ideologia para cooptação da classe trabalhadora, a ideologia da vez é a economia solidária; 3) A sustentabilidade dos empreendimentos não é uma vitória dos trabalhadores, e sim uma condição necessária para reprodução da mão de obra do trabalho; 4) programas de Geração de trabalho e renda seguem padrões internacionais de grandes instituições financeiras, e servem para garantir a reprodução do capitalismo e não sua ruptura. Tudo isto foi destacado anteriormente neste trabalho (DAVIS, 2006; LIMA, 2011). A autora entende que o microcrédito tem o papel de transformar o proletário no “indivíduo empresa”. Por último, o Banco Palmas pode ser entendido como uma expressão da economia solidária que busca diminuir as responsabilidades políticas e institucionais (FORTERE, 2012, p. 176).

Desta forma concluo este tópico. Adiante mostrarei alguns caminhos possíveis de pesquisa para a construção de uma agenda de pesquisa, para a assim chamada “sociologia dos bancos comunitários de desenvolvimento”.

3.3.2 Propostas para uma agenda de pesquisa: Ou porque este tema deve ser ampliado

A esta altura do texto gostaria de pedir licença ao leitor ou leitora deste trabalho, para iniciá-lo de forma diferente. Abaixo está uma citação do meu diário de campo, por acreditar que este pode justificar este tópico:

Durante minha estadia no Conjunto Palmeiras, almocei a maior parte dos dias na Associação Emancipadas. Algumas mulheres daquela associação montaram uma “cozinha comunitária”, denominada “cozinha d’elas” – em referência ao projeto ELAS, que todas as sócias haviam participado anteriormente – e naturalmente, eu não era o único a ir naquele espaço (...). Boa parte do *staff* do Banco Palmas também ia almoçar na cozinha d’elas. Valdemar era um deles – diga-se de passagem ele foi uma das pessoas mais felizes com a implementação desse projeto – e claro, que conversávamos bastante sobre vários assuntos. Em um desses almoços, ele me perguntou como andava a pesquisa e este assunto foi se aprofundando. Em algum momento, começou um desabafo sobre o recebimento de pesquisadores no Banco Palmas. Ele disse que está cansado de “ouvir sempre as mesmas perguntas, as mesmas coisas”. Reclamou que muitos deles “enchem o saco”, e que o tempo que ele “poderia gastar com o Banco Palmas, estava gastando com os pesquisadores”. “Eles escrevem coisas que ninguém lêem. Não vão dar retorno”. Mesmo que diga que “querem ajudar”, na opinião de Valdemar é difícil integrá-los nas atividades do Banco. Nesse momento ele reitera que o meu caso é diferente, porque estou ficando muito tempo aqui, por isso é possível uma integração. (DIÁRIO DE CAMPO, 24/09/2016).

Valdemar é um dos coordenadores do Instituto Palmas, responsável pelo PALMASLAB⁴⁶ – local de acolhimento dos pesquisadores – assim como o responsável pela minha introdução naquele espaço. Concordo e entendo as angústias expostas por ele, penso que uma agenda de pesquisa sobre BCDs daria conta dessa questão. Acredito que esta citação é exemplar para que se possa entender certos “vícios” que pesquisadores comentem em seus trabalhos sobre Banco Palmas e outros Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Contudo, quero destacar minha posição: Sou um sociólogo em formação. O que vou trazer nas próximas páginas são temas relevantes para essa área, não caindo na preposição de autores citados anteriormente que pretendiam construir uma “teoria” sobre BCDs, mas se limitando aos seus pares disciplinares. Isso em si não é problema, mas deixar de explicitá-lo sim. E lembro novamente Bourdieu sobre como explicitar algo ou deixar implícito, funciona como

46 O Laboratório de Inovação e Pesquisa em Finanças Solidárias (PalmasLab) é uma iniciativa do Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária / Banco Palmas e tem como finalidade potencializar e dar escala as Finanças Solidárias, através do uso da tecnologia da informação (TI), dentro dos princípios da Economia Solidária. Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/palmaslab/>. Consultado em 08 de junho de 2016.

um importante marcador de poder (BOURDIEU, 1983, 2011). Por isso, o intuito deste tópico é reunir elementos importantes para que antropólogos, sociólogos e cientistas sociais de forma geral, possam ter um escopo de pesquisa mais bem definido para não cair em repetições ou lugares comuns.

Em primeiro lugar, acredito que a “prioridade zero” desta agenda de pesquisa seja desconstruir algumas narrativas míticas sobre BCDs e o Conjunto Palmeiras. A maioria dessas visões é revestida de argumentos simplistas e essencialistas, buscando construir dualidades de oposição. Isso não é uma surpresa, vista muitas das categorias de análise que utilizei, como microcrédito e economia solidária, perpassadas necessariamente por um aspecto de oposição a outro tipo de modelo. Porém, como exposto no primeiro capítulo esta não é a melhor forma de se pensar esses objetos.

Viviana Zelizer em seu artigo *dualidades perigosas*, mostra como esses esquemas são muito mais enganadores do que esclarecedores. É muito comum que estudiosos desses fenômenos recorram a teoria das esferas separadas e dos mundos hostis. Todavia, este raciocínio não passa de uma retórica para demarcar uma posição política, mas sem dar uma explicação adequada do assunto em questão (ZELIZER, 2009). Estes espaços estão carregados de normatividade e representam grupos específicos querendo impor suas próprias posições para se diferenciar de outros. A autora lembra que a invocação dessas teorias funciona como um mecanismo de defesa de um determinado espaço social. Por isso, o importante é compreender seu funcionamento e não mistificá-las. Esse cuidado deve ser tomado tanto por entusiastas como pelos críticos.

Um exemplo disso é o debate sobre moedas sociais, citado por Zelizer em outros trabalhos. Elas não são isoladas e totalmente desvinculadas do discurso hegemônico. A autora retrata a questão dos “dinheiros especiais”, estes funcionavam como resposta a insuficiência do dinheiro estatal (ZELIZER, 1989; 1994). Já no século XX, existe um aparente discurso crítico contra o sistema monetário vigente, e as moedas locais surgem como resposta a isso (ZELIZER, 2009). Ao longo do texto são citados vários exemplos. No entanto, estas pessoas e grupos não estão se livrando do dinheiro, mas ressignificando sua relação com o mesmo. Ou seja, estão imprimindo uma distinção específica sobre seu uso, assim ressuscitando a questão de uma esfera separada como um marcador social. Essa distinção se dá de várias formas, seja por características dos membros, dos bens trocados e etc. Percebe-se uma espécie de subconjunto do sistema monetário, com outros tipos de critério na geração de valor de troca. A conclusão que se chega é que por produzirem uma lógica distinta, os ideólogos dessas

ações comumente caem no discurso de separação de esferas, como uma espécie de proteção contra a “contaminação de moedas correntes e pelo mercado de troca” (2009, p. 241). Inclusive, deve ser lembrando que as próprias moedas do Palmas estão indexadas ao real, e o montante a circular em um território deve ser equivalente ao de reais. Desta forma, relembro outro conceito de Zelizer, já que se está diante de uma situação de “ressacralização”. Este fenômeno pode ser entendido como a forma de recepção e adaptação de uma mudança institucional ou socialmente instituída por um grupo que operava em uma lógica de operacionalização distinta. Ou seja, é o processo que acontece quando “esferas separadas” se tocam, sendo realizados novos agenciamentos pelos agentes que lhes imprimem novas classificações e significados (ZELIZER, 1978, 1994; WILKIS, 2013).

Penso que no caso do Banco Palmas existem duas narrativas muito comuns: As de intelectuais orgânicos, simpatizantes da iniciativa e de críticos ferrenhos da economia solidária. Boa parte desses discursos se dá porque instituição se coloca como portadores de valores “solidários”, opostos a outros tipos de valores dos Bancos hegemônicos. Entretanto, em vários momentos foram feitas parcerias com essas instituições, o que dá margem aos críticos. Acredito ser necessário entender como funcionam esses agenciamentos, para posteriormente realizar esse tipo de prescrição.

É importante lembrar que diversas parcerias foram feitas pelo Instituto Palmas, assim como pela própria ASMOCONP, antes mesmo da fundação do Banco Palmas. No Guia *100 perguntas sobre o Banco Palmas*, são listadas diversas parcerias firmadas entre 1988 e 2009:

Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS da Central Única dos Trabalhadores (CUT); ASHOKA; Associações Comunitárias, Grupos e Empreendimentos Locais; Banco do Brasil (Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO); Banco do Nordeste do Brasil (BNB); Banco Santander; Câmara de Dirigentes Lojistas de Fortaleza (CDL); Cearah Periferia, Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE); CORCAID; FASE; Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF); Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES); Fundação Banco do Brasil (FBB); Prefeitura Municipal de Fortaleza; Fundo de Investimento Social (FIES/ITAÚ); GRET; Grupo Cultural Afro Reggae; GTZ; Governo do estado do Ceará; Instituições Públicas Locais (Abecedário, Circo Escola, Postos de Saúde e outros); Instituto Marista de Solidariedade (IMS); Instituto Wal Mart; Inter-American Foundation; Misereor, OXFAM; Petrobras; Prefeituras Municipais; Rede Cearense e Brasileira de Socioeconomia Solidária; O Rappa; SEBRAE/CE; Secretária de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR); Secretária de Desenvolvimento Econômico; Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE); Serviço Alemão de Cooperação Técnica (DED); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Ceará (SESCOOP/CE); Serviço Nacional de Empregos (SINE); Sindicato de Trabalhadores Rurais; STROHALM; Universidade Católica Marista; Universidade de São Paulo; Universidade Federal da Bahia; Universidade Estadual do Ceará; Universidade Federal do Ceará (INSTITUTO PALMAS, 2009, pp. 37 e 38)

Nesta citação são expostas entidades públicas e privadas, ONGs, setores de responsabilidade social, grandes empresas, bancos, universidades, grupos musicais e etc. Tanto brasileiras como estrangeiras, fazendo parcerias de diferentes tipos e motivações. São exemplos claros de como esses agenciamentos se configuram, influenciando o Instituto Palmas e sendo influenciados pelo mesmo. No que diz respeito ao papel das parcerias, acredito que posso retomar as conclusões do primeiro capítulo dessa dissertação. A economia solidária é polissêmica, com diversos significados e interpretações. E claro, que isso tem um efeito nos BCDs como uma de suas manifestações. Por isso como indica Paulino: “Sob esta lógica materializada em laços de comunicação de parcerias, os significados da economia solidária despontam num ambiente polifônico” (PAULINO, 2008, p. 159).

A realização de parcerias foi uma condição fundamental para muitos eventos históricos que ocorreram no Conjunto Palmeiras: A drenagem no canal na década de 1990 (impedindo as enchentes) foi uma delas. A própria fundação do Banco Palmas só foi possível diante de uma parceria, já que a ONG Cearah Periferia emprestou 2000 reais para a ASMOCONP realizar sua primeira rodada de empréstimos. Foi necessária uma parceria com a Caixa Econômica Federal, para que os moradores pudessem fazer usufruto do correspondente bancário, – fazendo saques, pagando títulos tributos e etc – foi essencial uma parceria com Banco do Brasil para disponibilização de uma cartilha extra de microcrédito, assim como é feito com o BNDES na atualidade.

É indispensável entender quais são as consequências dessas parcerias. Nesse sentido, Garcia entende que elas deram ao Banco Palmas um arsenal de “bens tangíveis e intangíveis” (GARCIA, 2012). Segundo o autor: “Da gestão de projetos de aprimoramento da mobilização civil, política e social, a experiência com parceiros de diferentes portes, interesses e nacionalidades complementou o legado do Banco Palmas para que se desenvolvesse e assumisse influência nacional” (GARCIA, 2012, p. 13).

Portanto, não é exagero dizer que além de recursos, o Banco Palmas agrega uma série de bens simbólicos nestas parcerias. Dizendo respeito tanto ao âmbito local quanto global. Nesse sentido Paulino destaca:

Além da atuação em redes temáticas e no âmbito do FSM, o sistema ASMOCONP/Banco Palmas mantém, como já afirmei, parcerias com organizações de cooperação bilateral e multilateral. Através desses laços, diferentes segmentos envolvidos em práticas de cooperação colocam-se, ao mesmo tempo, como atores e beneficiários de processos de troca simbólica e

intercâmbio de conhecimentos e práticas. Nesta perspectiva, o espaço local não é um mero sujeito passivo que se limita a receber recursos aportados por organismos estrangeiros. Representa também um importante papel ativo, ao acolher em seus territórios colaboradores que ali encontram oportunidades de aprendizagem e de alargamento de seus horizontes culturais (PAULINO, 2008, p. 268)

Isso vale tanto para instituições quanto para indivíduos. Dou meu exemplo pessoal durante o trabalho de campo. Eu fui literalmente incorporado nas atividades do Banco Palmas. Além das entrevistas que fiz pelo ofício de pesquisador, também realizei outras tantas tarefas em prol do mesmo: Participei de reuniões no PalmasLab, ajudei na busca por editais de apoio (mesmo que tenha falhado miseravelmente), apliquei questionários a respeito de uma pesquisa de consumo no bairro, dei dicas de apresentação em público para jovens que participavam de projetos locais, mas sem dúvida, o mais importante foi minha colaboração com um projeto de *Crowdfunding* (ou financiamento coletivo, a famosa “vaquinha”), com as mulheres de uma associação local, proveniente de um projeto do Banco Palmas: A Associação Emancipadas! Por conseguinte, o Instituto Palmas se preocupa ao máximo em extrair e incorporar bens físicos e simbólicos de seus visitantes e instituições parceiras. Talvez por isso Valdemar tenha relatado o desconforto de quando não se consegue incorporar os pesquisadores nas atividades cotidianas.

No entanto, não digo que este processo é pacífico ou estanque, é óbvio que existem incongruências e problemas neste tipo de relação. Inclusive antecipo que esse será um dos pontos explorados no último capítulo.

Mas já que toquei na questão das mulheres, este é um importante ponto de destaque. Não foi por acaso no subitem anterior foram abordadas questões de gênero nos BCDs. É preciso falar sobre os tomadores de empréstimo do banco, visto que a maioria dos estudos trata dos BCDs enquanto instituições, mas muito pouco se fala dos tomadores de empréstimo, ou melhor, “as tomadoras”, já que são majoritariamente mulheres (pelo menos no caso do Banco Palmas):

Tabela 1: Tabela de quantidade de tomadores de empréstimo no Banco Palmas de acordo com o sexo em porcentagem.

Ano	FEMININO	MASCULINO
2011	88,45%	11,55%
2012	86,34%	13,66%

Ano	FEMININO	MASCULINO
2013	82,47%	17,53%
2014	83,48%	16,52%
2015	77,85%	22,15%

Fonte: Relatório de liberação de créditos (Janeiro/2011 a Outubro/2015⁴⁷).

Existem alguns trabalhos que abordam a relação entre a promoção social das mulheres e o microcrédito (KRUIJ, 2014; CARVALHO, 2010; GERALDO, 2004). No subitem anterior, foi exposto um trabalho que avaliava as percepções de gênero das agentes de crédito perante seu papel profissional de trabalhadoras em quatro BCDs da Bahia (MATTOS, 2010). Apesar disso, não foram encontrados trabalhos que dizem respeito às tomadoras de empréstimo no Banco Palmas e outros bancos comunitários.

Alguns dados são importantes de serem notados. Segundo o ministério do trabalho, as mulheres são as maiores tomadoras de crédito entre pequenos empreendedores no Brasil (CARVALHO, 2013). O que todas essas pesquisas têm em comum é o fato de abordarem a existência de uma “feminização da pobreza” – entendendo que as mulheres pobres, são duplamente oprimidas, pela sua classe e pelo seu gênero – e para estas autoras o microcrédito aparece como uma forma de promoção social.

Penso que algumas questões trazidas por essas autoras podem ser pensadas para se realizar uma pesquisa em BCDs. Krujig destaca que “(...) a política do microcrédito objetiva empoderar as mulheres não apenas a nível financeiro, mas também a nível social, buscando mudar a divisão sexual entre homens e mulheres, entre outros, no mercado de trabalho e no domicílio” (2014, p. 5). Visão semelhante é corroborada por Carvalho:

Quanto ao econômico, na geração de renda e estabilidade financeira. No social, como um meio de emancipação e de ruptura das situações de discriminação. No aspecto cultural, na tentativa de romper com a ideologia de dominância masculina. Por fim, psicologicamente, através da elevação da autoestima e do sentir-se produtiva (...). Portanto, conforme apresentado, de fato, o microcrédito tem auxiliado as mulheres no tocante à diminuição da exclusão do mercado de trabalho e no que diz respeito aos entraves para a permanência no mesmo, através do incentivo ao empreendedorismo e da geração de renda. Além disso, tem promovido percepções de satisfação e autonomia, alcançando a subjetividade destas mulheres; contribuindo, desta forma, para o exercício dos direitos inerentes a todos os seres

47 É importante ressaltar que os dados do ano de 2015 podem ter sofrido alterações, pois estas tabelas me foram cedidas pela equipe do Banco Palmas durante minha estadia de campo nos meses de setembro e outubro de 2015.

humanos e para a edificação de uma sociedade menos injusta e desigual principalmente nos aspectos de gênero. (CARVALHO, 2013, p. 11).

À vista disto, para essas autoras, as beneficiárias do microcrédito tem uma melhora não só no aspecto financeiro, mas também doméstico, por exemplo, onde expressam um maior sentimento de felicidade e realização (CARVALHO, 2013, KRUIG, 2014).

De certa forma, o microcrédito investido em um empreendimento próprio pode proporcionar uma satisfação pessoal e dar maior possibilidade de ganho financeiro, aumentando os recursos da família e propiciando estudos pros filhos. Porém, o aumento da jornada de trabalho pode causar estresses e desgastes (GERALDO, 2014). Assim como essa transição entre o doméstico e o trabalho, ou o particular e o público, aparecem tanto como uma oportunidade de rearranjo da divisão social do trabalho, mas também como geradora tensões e conflitos. Nesse sentido Ivete Geraldo destaca:

Diante desses dados, acredita-se que esse aspecto merece ser mais aprofundado por estudos futuros que discutirão essa questão. Uma maior percepção e detalhamento podem ser úteis para repensar esse aspecto considerado positivo pelos pesquisadores e gestores da área. Em algumas situações, essa acaba sendo a única alternativa viável para conciliar essas duas funções, porém, isso não quer dizer que seja a melhor. Algumas mulheres até conseguem lidar bem com essa complementaridade, separando, dentro da casa, de forma simbólica e física, o espaço de trabalho e o espaço do lar, outras não. Outras políticas públicas, como por exemplo, creches e escolas de período integral, onde essas mulheres pudessem deixar seus filhos, poderia proporcionar a elas melhores condições de desenvolverem seus trabalhos (GERALDO, 2004, p. 120).

Acredito que todas essas questões podem ser transpostas para um estudo que tenha os BCDs como objeto. Várias questões podem ser levantadas: Por que as mulheres procuram o Banco Palmas (ou outro BCD)? O que fazem com o empréstimo? Por que fazem? Elas têm acessos a instituições bancárias hegemônicas? E por último entender as implicações disso no âmbito doméstico: Quais são as implicações de abrir um empreendimento com o microcrédito para as pesquisadas? E para sua família? Qual a percepção de maridos, filhas e filhos sobre isso?

Por último é preciso citar uma especificidade do Banco Palmas: A Associação Emancipadas! Esta Associação é resultado de uma linha de empréstimo, resultado de uma parceria com a Caixa Econômica Federal (O Projeto ELAS):

O projeto caracteriza-se pelo desenvolvimento de um conjunto de ações de promoção, formação e orientação as mulheres do programa Bolsa Família, tomadoras de crédito do Banco Palmas, tendo como objetivo a inclusão socioprodutiva, financeira e bancária destas mulheres. Posto em prática pelo

Instituto Palmas na região do Jangurussu, uma das regiões mais pobres na periferia de Fortaleza-CE. O está ancorado numa política de microcrédito (e outros produtos financeiros) e na pessoa dos Agentes de Inclusão Socioprodutiva, que acompanham sistematicamente as mulheres promovendo sua inclusão social e econômica, baseado nos princípios da economia solidária. As ações são desenvolvidas por uma equipe que tem sua ação territorializada, onde a atuação do Agente de Inclusão Socioprodutiva é de fundamental importância⁴⁸.

Muitas das beneficiárias, assim como as agentes de inclusão sócioprodutiva, fundaram a Associação Emancipadas, que busca construir iniciativas pelo direito da mulher, cursos de artesanato, culinária, idiomas, e cursos de inclusão financeira. Desta forma, pesquisadoras e pesquisadores que se interessem pela relação entre gênero e economia têm muitas questões a se aprofundar.

Outro ponto particular ao Banco Palmas, é que esta instituição é muito maior do que suas atividades financeiras. É inegável que após a fundação do mesmo a ASMOCONP passou a ter um foco maior em suas atividades. Até o momento em que este projeto se tornou muito grande, sendo necessária a fundação da OSCIP Instituto Palmas para geri-lo. Não obstante, outros tantos projetos e atividades foram e são realizados pela ASMOCONP e pelo Instituto Palmas em diversas áreas além das “finanças solidárias”. Diversas iniciativas com a Incubadora Feminina, Escola Popular Cooperativa do Conjunto Palmeiras, Academia de Moda Periferia, Bairro Escola de Trabalho, Consultores Comunitários, Feira Solidária, Loja Solidária, Fórum SócioEconômico Local, Jornal Banco Palmas na Rede, Companhia Bate Palmas (INSTITUTO PALMAS, 2009; MAGALHÃES, NETO SEGUNDO, 2008).

Atualmente merece destaque o PalmasLab:

O Laboratório de Inovação e Pesquisa em Finanças Solidárias (PalmasLab) é uma iniciativa do Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária / Banco Palmas e tem como finalidade potencializar e dar escala as Finanças Solidárias, através do uso da tecnologia da informação (TI), dentro dos princípios da Economia Solidária (...) Contribuindo na criação, desenvolvimento e/ou alavancagem de experiências de finanças solidárias através de soluções em tecnologia da informação⁴⁹.

Todas essas iniciativas mostram como o Instituto Palmas se pauta por diferentes projetos e perspectivas, e mesmo atuando na área de microfinanças não deixa de estender ramificações em outras áreas. Acredito que estas iniciativas também mereçam um

48 Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/projeto-elas/>. Acessado no dia 10 de junho de 2016.

49 Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/palmaslab/> Acessado no dia 10 de junho de 2016.

aprofundamento científico de pesquisadores.

O Instituto Palmas também se preocupa em incorporar a juventude do Conjunto Palmeiras em seus projetos, assim como para formação de novos quadros. É curioso notar inclusive, como a maioria de seus membros são pessoas do próprio bairro e entraram nesta instituição através desses cursos. Penso na possibilidade de uma articulação com o trabalho de Loic Wacquant, sobre a prática pugilista em um bairro da periferia de Chicago (WACQUANT, 2002).

O trabalho de Wacquant sobre o pugilismo em Chicago é uma das evidências empíricas sobre essas possibilidades de agência na estrutura social. Wacquant classifica o *Gym* como um santuário, ou “um espaço onde os membros podem sair das misérias costumeiras”:

À maneira de um *santuário*, ele oferece um espaço protegido, fechado, reservado, onde é possível, entre seus membros, subtrair-se das misérias costumeiras de uma existência muito vulgar e dos azares que a cultura e a economia da rua reservam para os jovens nascidos e encerrados nesse espaço ultrajado e abandonado de todos que é o gueto negro (...). Finalmente, o salão de boxe é o vetor da *desbanalização da vida cotidiana*, porque ele faz da rotina e da remodelagem corporais o meio de acesso a um universo distintivo, em que misturam aventura, honra masculina e prestígio (WACQUANT, 2002, p. 32).

Wacquant busca entender como o boxe “(...) é praticado atualmente dentro do gueto negro norte-americano, trazendo luz principalmente sobre a regulação da violência, que se opera na sala de treinos, antagonismo, que liga a rua ao ringue.” (2002, p. 33). O *Gym* portanto, é um local de ordem e virtude própria, destoando da realidade cruel do bairro e servindo como um espaço para subjetivação de si perante a realidade.

É preciso fazer a ressalva de que o contexto de pesquisa de Wacquant é bem diferente da realidade estudada por mim em Fortaleza, assim como a cronologia. Contudo, a essência da ideia parece-me bastante interessante: Até que ponto esta instituição não representa uma *desbanalização da vida cotidiana* como afirma Wacquant? Será que todo trabalho feito pela ASMOCONP/Instituto Palmas não representa um redimensionamento da realidade local? Proporcionando um espaço de agência e de mobilidade da juventude no bairro mais pobre de Fortaleza?

Concluindo, todos estes trabalhos e temáticas são possíveis caminhos na construção de uma “Sociologia de Bancos Comunitários de Desenvolvimento”, representando processos históricos e demandas necessárias que os agentes envolvidos se deflagraram. No caso do

Banco Palmas devo destacar a necessidade de entender essa trajetória: Seja na remoção para o Palmeiras, a luta por água, energia elétrica, ter mais linhas de ônibus atendendo o local, buscar melhorar a renda de seus moradores entre outras. O maior problema que precisa ser corrigido é essa naturalização, que torna todos esses fatos atemporais. Fica-se a impressão de que “sempre” houve banco, “sempre” houve empréstimo e moeda social, como se nada mudasse.

Minha contribuição para essa “sociologia dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento” se encontra no capítulo final, onde busco desconstruir as visões naturalizantes e míticas sobre sua estrutura de funcionamento, a “moeda social” e os critérios de liberação de crédito. Assim, espero que no futuro essas questões façam com que Valdemar e outros membros do Instituto Palmas não tenham o desconforto de “ouvir sempre as mesmas perguntas, as mesmas coisas”

4 BANCO PALMAS: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE CRÉDITO

Chega-se finalmente ao último capítulo. O leitor ou leitora atenta percebeu a ênfase no processo histórico que foi dada no último capítulo. Isto não é por acaso, acredito poder contribuir com questões importantes para entender como se dá a formação institucional do Banco Palmas na atualidade, assim como a relação com os parceiros e como isso interfere no seu próprio funcionamento. Outro ponto importante, e que também é bastante naturalizado pelos pesquisadores diz respeito à “moedas sociais” circulantes no Bairro, busco apresentar um histórico dessas iniciativas até os dias atuais.

Contudo, antes de iniciarmos este debate é preciso discutir o método de pesquisa e a abordagem de coleta de dados. Algo muito importante para contribuição de uma possível sociologia dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs). Portanto o primeiro tópico abordará minha estadia em campo e a forma como se deu o levantamento das questões de pesquisa, assim como as técnicas usadas para extração de dados.

4.1 Método de pesquisa e obtenção de dados: Quando o objeto escolhe o pesquisador

Por mais que nós cientistas sociais, rechacemos veemente fraseologias e o lugar-comum, existem sempre aqueles jargões que nossos professores e professoras dizem durante a

nossa formação. De alguma forma, existem aquelas que nos marcam e nos vem na mente quando estamos lendo um artigo ou mesmo realizando um levantamento de dados. Para este tópico, durante a escrita e o processo de pesquisa, a seguinte frase sempre me norteava: “O pesquisador não escolhe o objeto, o objeto escolhe o pesquisador”.

Até onde me lembre, esta frase foi proferida pelo meu professor de metodologia da graduação de ciências sociais da Universidade Federal Fluminense. Mas ao que tal frase diz respeito? Ao fato de que nossa trajetória acadêmica ser um reflexo da nossa própria trajetória de vida. Se examinarmos de perto, essa afirmação faz muito sentido. Ora, uma feminista vai querer estudar gênero, ou vai querer enxergar a perspectiva feminina dentro de determinado objeto. Um marxista vai observar as relações de trabalho e exploração, ou a falsa consciência e a ideologia que esconde a essência de um objeto. Meu caso não foi diferente.

Como dito na introdução, trabalhei durante dois anos no fomento de dois BCDs no morro do Preventório em Niterói e no bairro de Saracuruna em Duque de Caxias, projeto este assessorado pela Incubadora de Empreendimentos em Economia Solidária da Universidade Federal Fluminense (IEES-UFF) e com consultoria externa do Banco Palmas. Durante os anos de 2011 e 2012 vivi intensamente com meus e minhas colegas, assim como moradores e moradoras das comunidades, ao ponto de passar mais tempo com estas pessoas de que com minha própria família. Por consequência, meu objeto de pesquisa no mestrado só poderia dizer respeito aos BCDs.

Coloquei este ponto aqui para ressaltar que nenhum pesquisador está isento de manifestar seus valores. De certa forma, pensar que o pesquisador não está isolado de “pré-noções” e “pré-conceitos” é algo importante, praticamente um pré-requisito pensar sua posição durante uma pesquisa, e penso que nosso corpo já vem marcado por essas questões. Compartilho da perspectiva de Bourdieu, de que nosso corpo representa uma série de incorporações de marcadores sociais, refletindo em nossas práticas ordinárias.

Para o autor, a prática funciona “(...) como um processo de incorporação de experiências da vida cotidiana” (BOURDIEU, 2006, p. 85). De fato, o corpo é um *locus* privilegiado onde se refletem as práticas introjetadas pelos sujeitos. Essas práticas se constituem uma espécie de “calculado estratégico”, que funciona como um sistema de disposições duráveis, conhecido como *habitus* (2009, p. 88). Partindo desse raciocínio, todas as pessoas carregam consigo suas próprias “disposições”, podendo ser modificadas ou adaptadas a uma situação, como gestos, expressões linguísticas e gostos, mas muitas vezes o próprio *habitus*, pode ser produzido (ou reproduzido) por fatores que estão além do controle

individual de agência, como por exemplo, etnia, gênero e classe, imbricando em categorias de classificação inculcadas que são inerentes a certas características físicas e sociais carregadas pelos sujeitos.

Diante disso, existem dois quadros possíveis: Delimitar sua “subjetividade”, explicitando-a como esta interage com sua pesquisa, ou aprofundá-la ao máximo para tirar proveito da situação. Acredito que durante meu trabalho de campo fiz as duas coisas. Por realizar uma pesquisa de âmbito qualitativo, percebi que minha experiência acumulada no fomento de BCDs poderia ser convertida de forma profícua. Segundo Anne Laperrière, durante uma pesquisa qualitativa, todos esses atributos são requisitados ao pesquisador, ou seja: “(...) A sua experiência integral que é solicitada pelo campo de pesquisa: sua apreensão pessoal do mundo, seus sentimentos, sua intuição, seus valores.” (2008, p. 414). Pode-se entender isso como a “subjetividade” carregada pelo pesquisador.

Desta forma, enquanto muitos ramos da pesquisa quantitativa buscaram esvaziar essa subjetividade, os métodos qualitativos consideram esse processo impossível. O que se deve fazer é tomar consciência desta subjetividade. Delimitá-la e fazer uma documentação sistemática de como isso afeta a pesquisa. Não obstante, é meio óbvio dizer que realizar uma pesquisa de cunho qualitativo significa justamente um constante ajuste das práticas realizadas no campo. “Toda pesquisa implica uma interação entre observador e observado: a observação muda, efetivamente, o objeto observado, e vice-versa” (LAPERRIÈRE, 2008, p. 415). Assim sendo, é muito importante a qualidade das interações entre pesquisador e pesquisado:

Para realçar a qualidade e a exata avaliação da interação entre pesquisadores e sujeitos pesquisados, preconiza-se um conhecimento aprofundado do contexto e da diversidade das perspectivas dos atores engajados na situação de pesquisa, uma avaliação da relação entre estes e o pesquisador, e também do estatuto deste último – a qual orienta, inevitavelmente, as informações que ele coleta –, e por fim, uma atitude de escuta crítica que permite ao pesquisador adaptar gradualmente seu quadro de análises e atitudes. Esta escuta não deveria cair na parcialidade, simplesmente ficando sensível às preocupações dos atores e ao seu vivido. Trata-se aí de um equilíbrio delicado – como o atestam as vastas discussões sobre a noção paradoxal de observação participante –, e algumas correntes do qualitativo renunciam veementemente a isso, preconizando uma implicação sem reservas a ação, que sozinha permitiria ir ao fim da verdade de uma situação. Outras, ao contrário, propuseram para além de um primeiro distanciamento por meio do 'diário de campo', sessões de discussão com os pares (*peer debriefing*), que preenchessem a mesma função. (LAPERRIÈRE, 2008, p. 415).

Durante minha estadia de campo acredito ter alcançado esse delicado equilíbrio. Procurava entender todas as categorias que me foram passadas – até porque tive o privilégio de conhecer a maioria delas em minha experiência de fomento aos BCDs – soube ouvir todos

ali, mas com a consciência de que não fazia parte daquele espaço, eu não era membro integrante do Banco Palmas. Aliás, esse processo de “autodesconstrução” foi algo muito importante que alcancei ao longo do mestrado, sendo explicitado nas várias categorizações que tentei trazer sobre BCDs, microcrédito e economia solidária.

Neste ponto, ressalto que minha pesquisa configurou-se através de um processo de observação participante. Fiquei por seis semanas no Conjunto Palmeiras, hospedado, na casa de uma das diretoras do Instituto Palmas, acompanhando o seu funcionamento diário. Ressalto novamente que o fato de já ter fomentado BCDs e ter um contato prévio com algumas pessoas do Instituto Palmas, o que facilitou muito a minha chegada ao campo.

Meu instrumento de coleta de dados foram as entrevistas semiestruturadas. Neste ponto, retomo novamente Bourdieu, sobre como a prática sistematizada em disposições duráveis, funcionam como importantes marcadores sociais (BOURDIEU, 2006). Por isso, o processo de entrevistas é tão delicado. Quando o pesquisador se defronta com seu interlocutor, não são apenas duas pessoas conversando, são as transposições de duas trajetórias de vida. Todas essas questões se afloram quando o pesquisador encontra o pesquisado. De certa forma, em diversas situações, “gravar entrevistas” e se munir de uma grande “parafernália” técnica, assistentes de pesquisa e a própria alcunha de pesquisador, podem gerar uma “violência simbólica” contra o interlocutor da pesquisa, dificultando a obtenção de dados inerentes ao trabalho de campo. Já citei no capítulo anterior o embaraço de se receber pesquisadores. Vi situação semelhante quando os jovens que trabalham no projeto PalmasLab deram uma entrevista para um jornal de Fortaleza. Eles relataram estarem extremamente incomodados e constrangidos com isso, principalmente pelo fato da equipe de reportagem ter chegado a um horário diferente do combinado, atrapalhando as atividades corriqueiras do ambiente. Em suma, é muito importante que os agentes externos não atrapalhem o dia a dia da instituição.

Nesse ponto tive bastante cuidado. Durante as duas primeiras semanas de campo, não realizei nenhuma entrevista, apenas observava e conversava bastante com as pessoas do Banco Palmas. Em primeiro lugar, para checar se minhas hipóteses iniciais estavam de fato corretas, e para criar um clima amistoso, observando e checando aos poucos a inclinação e disponibilidade delas em me concederem uma entrevista.

Passado esse momento inicial, comecei a realizá-las. Inicie pelas pessoas de maior experiência e visibilidade – que já estavam acostumadas a dar entrevistas, enquanto ganhava mais tempo de convivência e confiança com aquelas que não estavam – diretores gerais,

agentes de crédito, participantes da associação de mulheres ao lado (que também foram beneficiárias do crédito). Ao todo entrevistei 15 pessoas, totalizando aproximadamente 11 horas de gravações, e com a maioria delas variando entre 30 a 60 minutos individualmente. Além disso, tive acesso as planilhas de empréstimo do período de 2011-2015, também foram consultadas reportagens e cartilhas publicadas pelo próprio Instituto Palmas/ASMOCNP, além de toda teoria sociológica exposta até aqui. Correlacionando todos esses fatores, é possível construir uma questão sólida de pesquisa:

A partir daí, importa, para fins de validação da pesquisa, que as ligações entre os objetivos perseguidos pelo pesquisador, suas orientações teóricas e seus dados empíricos, sejam finalmente articulados. Disso resulta a nítida preferência dos pesquisadores qualitativos por planos de pesquisa aberto, em que as categorias e hipóteses sejam elaboradas indutivamente, à medida das análises aí favorecidas por uma amostragem teórica que dirige as observações do pesquisador para os grupos, as situações ou as dimensões dos fenômenos, principalmente de modo a garantir a precisão das categorias ou a verificação das hipóteses. Uma estrutura é, portanto, progressivamente imposta aos dados, a partir de idas e vindas entre as perspectivas teóricas do pesquisador e as observações empíricas, que continuam prosseguindo até que nenhuma observação nova venha mais contradizer a análise (princípio de saturação ou exaustividade) (LAPERRIÈRE, 2008, p. 419).

Portanto, o rigor científico resulta da solidez entre as ligações estabelecidas entre nossas interpretações teóricas e dados empíricos, pois os resultados são necessariamente parciais. Desta forma, mesmo que a constructo realizado seja algo parcial, é preciso sustentar suas premissas e conclusões.

No que diz respeito as modalidades de entrevista semiestruturadas, acredito ter mesclado dois tipos delas: a semipadronizada e a com especialistas. O autor justifica o interesse por aquela modalidade de entrevista: “(...) está vinculado à expectativa de que é mais provável que os pontos de vista dos sujeitos entrevistados sejam expressos em uma situação de entrevista com um planejamento relativamente aberto do que em uma entrevista padronizada ou em um questionário” (FLICK, 2004, p. 89). Entretanto, também existem problemas nesta abordagem, como a má elaboração do guia de entrevista, ou a forma de se apresentar ao entrevistado. Flick entende que o pesquisador deve estar atento a isso, corrigindo mais rápido possível estes erros quando percebidos:

“Assim, o entrevistador pode e deve decidir, durante a entrevista, quando e em que sequência fazer quais perguntas. Se uma pergunta, por acaso, já tiver sido respondida *en passant* e puder ser omitida, isso somente, poderá ser decidido *ad hoc*. O entrevistador também enfrenta a dúvida quanto a investigar com mais detalhes e auxiliar o entrevistado em divagações e quando fazê-lo, ou, ao contrário, de quando

retornar ao guia de entrevista nos momentos de digressão do entrevistado” (2004, p. 106).

Outro problema desse tipo de modalidade de pesquisa é a exigência da sensibilidade e a expertise do pesquisador na forma, em que ordem, e se de fato uma pergunta deve ser realmente feita. É importante falar de vários tópicos anteriormente, para em um momento subsequente saber o quão a vontade está o entrevistado para respondê-los. Dito isto, Flick, cita alguns erros que podem ser cometidos pelos pesquisadores:

“A função do guia de entrevista de enfrentar a incerteza causada pela situação conversacional aberta e indeterminada; O medo do entrevistador de não ser fiel aos alvos da pesquisa (por exemplo, omitir uma pergunta); Por último, o dilema entre a pressão do tempo (por causa do tempo limitado do entrevistado e o interesse do pesquisador em obter informações” (FLICK, 2004, p. 107).

Acredito que minha estadia em campo conseguiu superar muitos desses problemas. Talvez pelo fato de eu não me ater fielmente há apenas um modelo de entrevista semiestruturada. Considero que ao fim acabei juntando duas modalidades: A entrevista semi-padronejada (já que tinha um roteiro semipronto, este adaptado para cada entrevistado), e a entrevista com especialistas (Já que estava conversando com o *staff*, sobre o trabalho do Banco Palmas).

Tive o cuidado de ter conversas prévias e conhecer meus interlocutores, antes de aplicar as entrevistas, justamente para saber quais temas lhes eram mais sensíveis e quais não eram. Quais podiam ser abordados e quais não poderiam. Iniciava as perguntas, com questões pessoais, típicas de questionário: Nome, idade, local de nascimento e etc. Em seguida lhes era pedido para descrever suas trajetórias de vida, como forma de que estes se sentissem a vontade para falarem de si da maneira que achassem melhor. Com informações das trajetórias específicas ia direcionando as perguntas conforme me eram interessantes. A última pergunta sempre era para que o interlocutor projetasse seu futuro e do Banco Palmas daqui a alguns anos. Uma forma inusitada, porém eficiente de terminar a entrevista de forma leve e descontraída, permitindo ao entrevistado devanear, tirando assim o peso de possíveis perguntas constrangedoras.

Friso mais uma vez os fatores que me ajudaram: 1)Minha experiência prévia de incubação com bancos comunitários, assim como certo grau de conhecimento sobre a história do banco e seu funcionamento; 2) A participação de cursos e oficinas dados por membros do Instituto Palmas, colocando-me em uma relação privilegiada de proximidade. Esses dois aspectos me permitiram superar muitos dos problemas citados acima (FLICK, 2004).

Destaco agora a entrevista com especialistas, outro modelo semiestruturado abordado durante a coleta de dados:

“Em seu método para a reconstrução de teorias subjetivas, Scheele e Groeben (1988) sugerem a elaboração específica da entrevista semi-estruturada. O termo 'teoria subjetiva' refere-se ao fato de o entrevistado possuir uma reserva complexa de conhecimento sobre o tópico em estudo. Esse conhecimento inclui suposições que são explícitas e imediatas, as quais ele pode expressar espontaneamente ao responder a uma pergunta aberta, e que são complementadas por questões implícitas. A fim de articulá-las é necessário que o entrevistado esteja amparado por auxílios metodológicos, razão pela qual são aqui aplicados diferentes tipos de questões” (FLICK, 2004, p. 95).

O autor considera ideal que durante as entrevistas este conteúdo subjetivo seja reconstruído nas questões. Iniciando como uma questão aberta e terminando com uma confrontativa. A ideia é que o entrevistado não precise recorrer a elementos externos já que a resposta – em tese – testará ao seu alcance (FLICK, 2004).

Sobre o ajuste desse método dentro do processo de pesquisa, Flick ressalta a importância da reconstrução desses citados pontos de vista subjetivos. No entanto, o uso da teoria subjetiva deve permanecer amplo o suficiente, para que as estas possam dialogar com os entrevistados. O autor também aponta possíveis limitações, que este método pode possuir, desde impossibilidade de aplicá-lo na totalidade, ou a interpretação dos dados colhidos:

Os detalhes melindrosos do método (tipos de questões, regras da TDE) precisam ser adaptados à questão da pesquisa e aos possíveis entrevistados com a redução de regras sugeridas por Scheele e Groeben e, talvez, com abandono das questões confrontativas (por exemplo, em entrevistas com pacientes sobre suas teorias subjetivas a respeito de doenças). Portanto, em uma grande parte da pesquisa sobre teorias subjetivas, apenas uma breve versão do método é explicada. Outro problema é a interpretação dos dados coletados com esse método, visto que não há sugestões explícitas de como proceder. A experiência mostra que os procedimentos de codificação têm um melhor ajuste. Devido à uma complexa estrutura do caso único, as tentativas de generalização, enfrentam o problema de abreviar diferentes teorias subjetivas em grupos. Para as questões de pesquisa relacionadas a processos (Por exemplo, biográficos) ou a componentes inconscientes de ações, esse método não é adequado (FLICK, 2004, pp. 99-100).

O fato de já ter trabalhado com Bancos Comunitários de Desenvolvimento, me deu uma “vantagem”, pois muitas dos fatos e situações referentes a história e ao funcionamento do Palmas já eram conhecidas por mim. Sobre os dados coletados, visto que as entrevistas abordavam vários temas ao mesmo tempo – claro, lembrando que cada entrevistado e entrevistada, dava mais ênfase a área em que atuava – eu optei pela codificação de temas,

utilizando o programa de análise de entrevistas *AtlasTi*. Dessa forma, defini vários códigos, e separei trechos de diferentes entrevistas que me agradassem, visando formar um constructo inteligente e bem definido.

Nesse modelo, há um menor interesse no entrevistado como pessoa e mais “em sua capacidade de ser um especialista para um certo campo ou atividade” (2004, p. 104). Essa modalidade é muito estrita e direta com o entrevistado. Deve-se limar o máximo de tópicos improdutivos possíveis. Todavia, como nas outras modalidades, Flick aponta alguns problemas que este tipo de entrevista pode ter:

“O especialista bloqueia o curso da entrevista, porque fica provado que ele não é um especialista no tópico, como se suponha anteriormente; O especialista tenta envolver o entrevistador em conflitos que ocorrem em seu campo de trabalho e fala sobre questões internas e intrigas neste, em vez de falar do tópico da entrevista; Ele costuma passar o papel de especialista para o de uma personalidade privada, de modo que o resultado é um número maior de informações sobre, como pessoa, do que sobre seu conhecimento de especialista; Como forma intermediária entre o sucesso e o fracasso, aparece a 'entrevista de retórica'. Nesta o especialista dá uma palestra sobre o que sabe, em vez de participar do jogo de perguntas e respostas da entrevista. Se a palestra abordar o tópico da entrevista, esse jogo pode, contudo, ser útil. Se o entrevistado não acertar o tópico, essa forma de interação torna mais difícil o retorno ao verdadeiro tópico relevante” (2004, p. 104).

Desta forma, Flick ressalta que os guias de entrevista são uma importante ferramenta para sua condução. Eles têm uma importante função para que o pesquisador não seja confundido como um colega especialista, e a entrevista se torne uma conversa que fuja dos tópicos abordados. Por outro lado, o fato do entrevistado, ser menos interessante como pessoa, e mais pela sua expertise, obriga que o entrevistado também seja um entendido do assunto:

“A necessidade de o entrevistador deixar claro na entrevista que ele também conhece o tópico é, geralmente uma condição para o sucesso da condução dessas entrevistas. A interpretação das entrevistas com especialistas visa, principalmente, a analisar e comparar conteúdo do conhecimento do especialista. Os casos integrados ao estudo de acordo com o padrão da amostragem gradual” (2004, p. 104).

Por isso possuir uma espécie de “capital simbólico”, no que diz respeito a BCDs, foi muito útil. Entretanto, não posso reivindicar minha experiência pela prática de trabalho com essas iniciativas – Aliás, foi essa uma das críticas que recebi em minha qualificação, no que diz respeito a incorporar aspectos “subjetivos”, mas sem ressaltar que a minha “subjetividade”, é diferente da possuída pelos meus interlocutores – e isso é algo a ser lembrado. Contudo, trabalhei dois anos no fomento de BCDs, em diversos momentos notava

que alguns temas já eram conhecidos por mim. Na verdade, às vezes tinha a impressão que estava fazendo uma “atualização” de informações que já possuía anteriormente.

Por último, gostaria de destacar algumas questões que dizem respeito à abordagem da economia solidária como objeto de pesquisa. É sintomático notar que esta enquanto objeto de pesquisa, segundo Gaiger, foi um reflexo das experiências de cooperativismo e associativismo (GAIGER, 2012b), geralmente investigado por pesquisadores, que faziam incubação e assessoria para empreendimentos desse tipo⁵⁰. Por isso o autor alerta: É preciso ter um cuidado constante, sabendo qual é sua própria “posição social” e evitar naturalizações a partir de conhecimentos prévios:

(...)a cientificidade pressupõe uma tomada de consciência permanente do que, na construção do objeto de pesquisa e nos processos de investigação em que o mesmo se desdobra, deve-se precipuamente à condição e à posição social do pesquisador. A exigência consiste em romper com as visões construídas do mundo social e, também, com a atitude espontânea de adotar as categorias de entendimento colocadas em nossas mãos pela *doxa* científica. (2012b, p. 314).

A partir desse fato é pertinente fazer uma diferenciação entre essas “visões construídas” e a “subjetividade”. Levar estas para o campo é inevitável, mas isso não quer dizer que se deva “naturalizar” ou tomar como dadas as categorias de determinado objeto por se conhecê-las, ou por se ter algum tipo de empatia com o objeto estudado. Ainda nessa dimensão Gaiger aponta alguns erros bastante comuns quando se toma a economia solidária e suas manifestações como objeto de estudo. Primeiro a falta de autocrítica, que tende há não reconhecer problemas e questões presentes das iniciativas, mas sim uma preocupação com um “projeto de futuro”. Segundo, um desconhecimento dos setores componentes principais que são ainda, segundo o autor: a) Os empreendimentos solidários (produção, serviços, comercialização, finanças, consumo); b) Organizações da sociedade civil (ONGs, universidades, entidades sindicais e organismos de pastoral social); c) Órgãos de representação e articulação política (movimentos sindicais, incubadores, gestores públicos, entidades de crédito e as redes de troca); d) As organizações estatais (prefeituras, governos estaduais, governo federal, SENAES) (GAIGER, 2012a).

Esses fatores levam a um desconhecimento da Economia Solidária em sua totalidade, e mascara as próprias relações de poder, disputa e interesses. Outro erro comum parte de intelectuais que a partir de suas correntes de pensamento e ideologias, realizam constructos

50 Essa pesquisa também não foge a essa regra.

muito teóricos e pouco explicam a realidade prática dos empreendimentos. Essa crítica é válida tanto para visões positivas, quanto negativas.

Para pesquisadores que pretendem realizar um estudo científico sobre uma de suas iniciativas (como eu), pousa sob seus ombros a obrigação de ter um olhar compreensivo sobre a trajetória dos sujeitos e dos empreendimentos, não se pode partir de uma perspectiva teórica já construída, sem trabalhar com a própria realidade empírica dessas iniciativas:

Não são apenas o senso comum e os preconceitos de nossos companheiros que nos cegam para o que há para ver. Muitas vezes decidimos o que incluir e o que excluir com base num conjunto de representações e na teoria associada a elas, que decide todas essas questões para nós *a priori* (BECKER, 2007, P. 132.).

Por isso, as categorias sociais a serem analisadas devem ser transcendentais as bases reais, e não apriorismos teleológicos. Acho que nesse ponto é possível já traçar algumas possíveis soluções para os problemas de pesquisa apontados por Gaiger dentro da economia solidária até este momento. Como lidar com a experiência prévia, ou uma relação simbiótica entre seus setores e a academia. Quais são as formas de não comprometer a qualidade da pesquisa?

Primeiro é preciso considerar o papel da já citada subjetividade, para delimitar ou aprofundar seu efeito (LAPERRIÈRE, 2008), para isso ainda, tratando-se de uma observação participante prolongada, acredito que o uso de um *diário de campo* foi essencial para anotar as impressões e refleti-las posteriormente. Outro dispositivo, que impede essa naturalização, é ouvir e reler as gravações e transcrições em um momento posterior e afastado do campo. Por último, acredito que o fato de ter sido orientado por duas pessoas que não tem ligações “engajadas” com a economia solidária e com os Bancos Comunitários, contribuiu para que eu não naturalizasse meu objeto⁵¹.

Busquei dessa forma as categorias fundamentais ligadas aos BCDs, a partir de seu “contexto natural” (2004, p. 423), ou seja, diversas fontes de dados como observações, conversas informais, entrevistas documentos e intervenções. Isso vai de encontro ao que Gaiger chama de “tipologias”, estas buscam entender os empreendimentos por blocos, onde cada um tem suas características gerais (que são comuns aos empreendimentos de economia solidária como um todo), mas também as específicas. (2012b, p. 327).

51 Minha orientação de mestrado iniciou-se com a professora Marina de Souza Sartore, e está sendo concluída pelo professor Cleito Pereira dos Santos.

Tomando o “contexto natural” de um empreendimento é possível entender quais são as categorias essenciais para seu funcionamento e dessa forma delimitar os referenciais teóricos a partir do próprio objeto.

4.2 Entre a solidariedade e o pragmatismo: Novos agenciamentos institucionais e a “ressacralização” de suas práticas

Algo bastante ressaltado ao longo da dissertação foi o processo histórico das instituições de economia solidária e microcrédito, assim como os próprios conceitos em si, já que estes são condição necessária para um largo entendimento desses objetos. No caso do Conjunto Palmeiras, observou-se toda uma gama de reivindicações coletivas que foram se transformando de acordo com as necessidades do bairro. O Banco Palmas nasce a partir de uma dessas necessidades. Não seria diferente que esta experiência também passasse por mudanças – uma delas a já destacada mudança de tutela do ASMOCONP para a OSCIP Instituto Palmas – e estas mudanças acarretam em um rearranjo das práticas realizadas por seus membros.

Outra questão que foi ressaltada no segundo capítulo diz respeito ao Banco Palmas ter constituído ao longo dos anos, uma série de bens – físicos e simbólicos; tangíveis e intangíveis – e como este acúmulo contribuiu para formação de uma expertise local, especialmente por meio das parcerias (PAULINO, 2008; GARCIA, 2012). Desta forma, podemos entender que esta “incorporação” também é algo determinante para um novo direcionamento dessa instituição.

O objetivo neste item é apresentar um desenho institucional do Banco Palmas, assim como esclarecer as mudanças que ocorreram ao longo dos anos. A grande questão é entender este processo como um *telos*, que vai desde sua fundação até os dias atuais. E para isso destacarei alguns episódios fundamentais.

4.2.1 A “informalidade” e sua criminalização

No subitem 3.2 do segundo capítulo, foi destrinchada a trajetória histórica desta instituição, desde remoções das faixas litorâneas de Fortaleza, até o processo de urbanização ao fim da década de 1980. Na década de 1990 observou-se um quadro novo, onde várias

pessoas viram a necessidade de se mudar, por não conseguirem arcar com as taxas dos serviços obtidos pela urbanização do Bairro.

A premissa do Banco Palmas seria dar uma resolução a esse problema que surge. Durante minha entrevista com o senhor Maurício, coordenador executivo do Instituto Palmas, foi descrito o seguinte comentário sobre a aproximação da ASMOCONP para a “questão econômica”:

“De certa forma Palmeiras foi um bairro criado pelos moradores, construído em mutirão e de certa forma pensado estrategicamente para os moradores, essas coisas não acontecem espontaneamente, muitas vezes e muita gente sente saudades do passado, do tempo dos grandes mutirões, das grandes reuniões, eu sempre digo assim, antes de criar o Banco Palmas, ou de entortar a lutar mais para o econômico, foi uma decisão no seminário um seminário gigante de 100, 200 pessoas, né? Pois foi pensado estrategicamente, que o próximo desafio seria urbanização e tal, e tem uns documentos importantes, aqui tem um documento chamado PDCI que é o Plano de Desenvolvimento Comunitário Integrado (...) O PLIES, aquele livrinho, o Plano Local de Investimento Estratégico que vem depois, mas é também uma inclinação da comunidade, então essa decisão de mudar a luta social, ou priorizar, ou focar o social no econômico, foi uma coisa discutida, pensada e planejada. Não foi que digamos, de repente surgiu um banco” (Entrevista com Maurício, realizada na data de 01/10/2015)

Ressalta-se, portanto que isto não foi por acaso, o Banco Palmas é fruto de um processo de organização local e não uma inspiração de um indivíduo com uma visão altruísta. Por isso, ocorreram diversos problemas de “percurso” nos primeiros anos desta experiência. Porque de fato, nenhuma das pessoas da ASMOCONP sabia lidar com um Banco. Não havia economistas, administradores e técnicos para geri-lo. Em suma, ainda não existia o já citado acúmulo de bens físicos e simbólicos. Durante os primeiros anos – destaque principalmente o período entre 1998 a 2004 – não existiam parcerias com instituições governamentais. Visto que a SENAES só reconhece o Banco Palmas e outros Bancos Comunitários como expoentes da economia solidária no ano de 2005, mesmo ano em que é feita inclusive uma parceria com o Banco Popular do Brasil. A gestão de recursos, assim como os próprios critérios de seleção de crédito eram feitas de uma maneira bem informal se comparada com o que ocorre nos dias atuais.

Isto fica claro, em diversas situações locais. O Banco Palmas trabalhava com o chamado “aval de vizinhança”, o que significa que a partir do momento em que o morador contrair um empréstimo, ele estava sujeito a critérios diferenciais:

(...) Para qualquer morador do bairro ter acesso a crédito no Banco Palmas antes é feita uma consulta aos seus vizinhos, para aferir se aquele tomador é uma pessoa

honesto (a isso chamamos de aval de vizinhança). Desta forma é a própria comunidade quem assume a responsabilidade ética sobre aquele tomador (...). Os créditos devem estimular a produção e o consumo de bens e serviços para atender o mercado local. Para isso o Banco Palmas faz a cada dois anos um levantamento socioeconômico chamado 'mapa de produção e consumo' do Conjunto Palmeira. Esse mapeamento orienta as ações de crédito do Banco, evitando a concorrência entre empreendedores do mesmo segmento, estimulando a organização de cadeias produtivas locais. Outra característica da metodologia são os juros, sempre abaixo dos praticados pelo mercado e de forma evolutiva, ou seja, quanto maior o valor do empréstimo, maior o valor dos juros (INSTITUTO PALMAS, 2009, p. 25)

No período de publicação desta cartilha do Banco Palmas, a taxa de juros era de 1% a 3%, dependendo esta da quantidade do empréstimo. Esta em si, não representa uma taxa baixa, seu diferencial era justamente a acessibilidade por atender a grupos excluídos do sistema bancário nacional. Estes critérios permitiam que indivíduos com nome negativado no SPC pudessem contrair um empréstimo.

Neste período tudo era feito de forma bem simples, e segundo a senhora Letícia, coordenadora de projetos do Banco Palmas, quando começou a trabalhar na instituição em 2001, “a realidade era outra”.

Um exemplo disto foi durante uma auditoria, para a ONG Oxfam por um projeto financiado:

Em abril de 2002 tivemos uma auditoria geral no Banco Palmas encomendada pela Oxfam, um de nossos financiadores internacionais. O preenchimento de alguns recibos refletia a visão alternativa de mundo, a tensão de lógicas – mercantil e solidária – e a convivência com a relação de solidariedade que se estabelece com o Banco Palmas. Podemos citar, como exemplo, um recibo que correspondia ao pagamento de um grupo cultural que fez a animação de nossa feira de produtores locais. Era um grupo humorístico que fez a animação de nossa feira de produtos locais. Na hora do pagamento a caixa do banco preencheu o seguinte recibo a ser assinado pelo humorista: 'recebemos da Associação de Moradores do Conjunto Palmeira, a importância de R\$ 30,00 (trinta reais) referente à uma hora de palhaçada'. Imagine a bronca do auditor: O que? Aqui vocês pagam até para fazerem palhaçada? (NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2008, p. 16).

A questão entre o “formal” e o “informal” é um limite muito nebuloso, seja no trabalho desprotegido e precarizado, ou em práticas econômicas periféricas. Justamente por não se adequarem as regras implícitas do campo econômico. Estas muitas vezes são transfiguradas como se fossem naturais, e as imperiosas leis de “mercado”, com seu campo, estruturas e *habitus* moldam o comportamento dominante dos seus agentes, produzindo instituições e condições econômicas particulares, como se fossem universais e seu fim teleológico:

A história das origens, na qual as disposições capitalistas se inventam, ao mesmo tempo em que se institui o campo no qual elas se efetuam e, sobretudo, a observação de situações (muitas vezes coloniais) nas quais agentes dotados de disposições ajustadas a uma ordem pré-capitalista são brutalmente arremessados num mundo capitalista permitem afirmar que as disposições econômicas exigidas pelo campo econômico, tal como conhecemos, não têm nada de natural ou universal, mas são produtos de toda uma história coletiva que deve ser sempre reproduzida nas histórias individuais. Ignorar, como atesta a análise estatística das variações das práticas econômicas em termos de crédito, poupança ou de investimento conforme o volume dos recursos econômicos e culturais possuídos, que há condições econômicas e culturais de acesso às condutas que a teoria econômica considera como racionais, é instituir as disposições produzidas em condições econômicas e sociais particulares como medida e norma universal de toda conduta econômica, *telos*, de todo o processo histórico. Mais amplamente querer conhecer e reconhecer apenas a lógica do cinismo racional, é se privar de compreender as condutas econômicas mais fundamentais, a começar pelo próprio trabalho (BOURDIEU, 2005, p. 19).

É quase um eufemismo dizer que neste cenário o Banco Palmas estava longe de atender estas “condições econômicas e sociais particulares”, apesar de ter ciência que Bourdieu está se referindo a sua pesquisa com o povo Cabila na Argélia. Entretanto, a citação também faz sentido no contexto do Conjunto Palmeiras, visto que estamos falando de um bairro pobre de um país do capitalismo periférico. Dessa forma, temos esferas bem determinadas do “formal” e “informal”, assim como agentes que transitam entre elas. Quando não muito essas fronteiras se transmutam em outras questões como o “legal” e o “ilegal”. Digo isto, porque o Banco Central já moveu dois processos contra a ASMOCONP devido a práticas reconhecidas como “ilegais” (Ou seja, o Banco Central criminaliza a ASMOCONP). O primeiro foi logo na fundação do Banco Palmas no ano de 1998. O motivo foi pelo Banco Palmas querer montar uma espécie de “poupança comunitária”, um espaço onde os moradores abririam uma poupança coletiva que posteriormente seria repassado em forma de créditos:

Em 1998 o Banco Palmas desenvolvia a experiência de poupança comunitária. Tínhamos R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais de poupança) quando o Banco Central “nos visitou” e proibiu que continuássemos com esta experiência. Nossos poupadores eram moradores que jamais teriam a chance de abrir uma conta poupança em um banco comercial, considerando-se os valores irrisórios que depositavam (...). Segundo compreendemos que os moradores têm direito de escolher livremente onde guardar suas economias. Se o dinheiro é meu, porque não posso decidir “aplicá-lo” no BCD a guardar meu dinheiro em um banco comercial (garantindo lucro para o dono do banco) e não posso poupar no banco de minha comunidade? Se o dinheiro é meu, eu devo decidir o que fazer com ele. Esse é um princípio democrático (INSTITUTO PALMAS, 2006, p. 50).

Logo após a ação movida pelo Banco Central, a ASMOCONP e o Banco Palmas desistem da ideia, e em contrapartida o BCB desiste do processo. Em 2003, mais um processo

foi movido, dessa vez por colocarem outra “moeda circulante” no país, mesmo que esta fosse lastreada ao Real⁵².

Nesse ponto é interessante pensar a contribuição de Teles e Hirata, sobre como o mundo urbano é perpassado por várias dimensões: trabalho formal e informal, comércio de bens lícitos e ilícitos. Disputando espaços e muitas vezes se entrelaçando no mercado urbano. Muitas dessas práticas operam “na fronteira entre o legal e o ilegal” (TELES; HIRATA, p. 5, 2007), mobilizando forças e se reinventando a partir dessas dinâmicas. O artigo de nome *Cidades e Práticas Urbanas: Nas fronteiras entre o ilegal, o informal e o ilícito*, consiste no relato de uma pesquisa etnográfica que busca compreender as nebulosas fronteiras do trabalho em um bairro periférico de São Paulo. Segundo os autores, as pessoas envolvidas transitam entre essas várias categorias citadas no título acima (TELES; HIRATA, 2007).

No artigo em questão, são relatadas diversas atividades que estes agentes fazem para complementar sua renda, ou melhor, poderem garantir o mínimo necessário para sua sobrevivência (venda de produtos pirateados, instalação ilegal de cabos para televisão e etc.). Inclusive uma das entrevistas realizadas por Teles e Hirata, a interlocutora não via o que ela fazia como algo errado: “não estou fazendo nada de errado não roubo, não mato’ – apenas está se virando como pode em tantas outras circunstâncias da vida” (2007, p. 4). Existe uma importante consideração a se fazer aqui, o legal e o ilegal, o lícito e o ilícito, já estão definidos por uma força maior – O Estado através de sua posituação legal – e, portanto também se definem quais são as práticas econômicas corretas a serem adotadas cotidianamente.

Nesse sentido que Bourdieu dirige várias críticas aos economistas por positivarem o significado de práticas econômicas a um sentido extremamente limitado do que são essas práticas como um todo (BOURDIEU, 2006). O que muito comumente se chama de *homo economicus* – ou seja, um indivíduo que pode ter todas suas motivações econômicas, abstraídas de uma forma “racional” voltada para a produção e o consumo – não passa de uma idealização de um indivíduo inserido em determinado contexto que lhe confere a execução de práticas tidas como “racionais”, ou em outras palavras, o *homo economicus* é a tipificação ideal do sujeito desejado no sistema capitalista.

Ou seja, existe um *habitus* econômico que funciona como uma estratégia de ajuste que dá uma margem de escolhas “razoáveis” ao indivíduo, recebendo a alcunha de “racional”. O

52 A título de curiosidade, em 1993 e 1994 a prefeitura o município de Campina de Monte Alegre em São Paulo, criou o “Campino Real”, como combate a hiperinflação. A reação do Banco Central foi enérgica e logo tirou a moeda paralela de circulação (PRIMAVERA, 2003).

essencial desses ajustes permanece implícito, ou melhor: “(...) Repousa sobre a base da experiência adquirida na prática, nas estratégias ‘práticas’, no duplo sentido de implícitas, não teóricas e cômodas, adaptadas às exigências e às urgências da ação” (2006, p. 23). Por isso, as práticas ditas como “econômicas”, ou melhor, aquelas que se retiram o proveito econômico, são reservadas aos agentes com uma posição dominante no campo de disputa:

O proveito econômico, ao qual se tem tendência a reduzir toda a espécie de provento, não é senão a forma específica que reveste o investimento no campo econômico quando este é apreendido por agentes dotados das disposições e das crenças adequadas, porque adquiridas em e por uma experiência precoce e prolongada das suas regularidades e da sua necessidade (BOURDIEU, 2006, pp. 22-23).

Estes mesmos agentes dominantes do campo econômico e supostamente defensores de um “livre mercado”, possuem as prerrogativas de ditarem as regras do que de fato é “legal” ou “ilegal” dentro das práticas econômicas. Ao que interessa em minha pesquisa, observo estes fatores a partir do momento em que o Banco Central move dois processos contra o ASMOCONP acusando-a de colocar outra moeda em circulação no país e abrir um fundo de poupança, sem ter o privilégio jurídico para tal atividade. Portanto, o que ocorreu foi uma criminalização da ASMOCONP e do Banco Palmas, arremessando-os para a “ilegalidade”, obrigando os agentes a criarem novas práticas e formas de conexão para lidar com esta situação.

Teles e Hirata chamam esse processo de “gestão da ilegalidade” (TELES; HIRATA, 2007), agenciando práticas cotidianas classificadas pelo Estado como legais e ilegais, para garantir a sobrevivência. Nesse sentido corroboro com Mike Davis, no sentido de que esta situação é resultado da informalidade e precarização dos postos de trabalho, inclusive muitas vezes descambando para o crime e outras atividades “extralegais”. Isto nada mais é do que um meio de sobrevivência no capitalismo contemporâneo (DAVIS, 2006).

Esse processo de criminalização do Banco Palmas, realizado pelo Banco Central, dá um aspecto negativo ou ruim sobre a qualidade dessa moeda. Semelhante por exemplo, aos trabalhos sobre dinheiro (ZELIZER, 1994, 1989, 2009; WILKIS, 2013). Teles e Hirata trazem a noção de “mobilidades laterais” de Vincenzo Ruggiero, isto é a corriqueira mudança nas fronteiras do legal e do ilegal, de acordo com a necessidade do jogo social (TELES; HIRATA *apud* RUGIERRO, 2007).

Dessa forma, destaco que a mobilidade do Banco Palmas se deu de forma vertical, movendo-se do ilegal para o legal. Inclusive ao ganhar os processos, tanto a ASMOCONP como o Instituto Palmas, trataram esses eventos como vitórias e uma forma de reconhecimento de sua iniciativa (PAULINO, 2008).

4.2.2 Movendo-se para a formalidade: Palmascard e moedas sociais

A partir de 2005, com o reconhecimento da recém-criada secretaria nacional de economia solidária (SENAES), o Banco Palmas (assim como os outros bancos comunitários) passa a ser reconhecidos como uma manifestação específica da economia solidária, atuando no ramo das finanças solidárias. Entendo que um dos eixos onde se percebe de forma mais significativa esse movimento para a “formalidade” e reconhecimento de instituições externas diz respeito à trajetória histórica dos “circulantes locais”.

Circulantes locais é o desígnio dado pelo Banco Palmas para as moedas sociais. Durante seus princípios até hoje, o Banco Palmas, tentou e tenta criar ferramentas que sustentem o seu princípio de funcionamento: “Não somos pobres porque não temos dinheiro, e sim, porque perdemos nossa base monetária, ou seja, perdemos o dinheiro que temos” (2008, p. 8). Neste ponto destacarei algumas dessas ferramentas e como estas representam um movimento vertical que se descola definitivamente da informalidade para a formalidade.

No ponto 3.2, abordamos brevemente algumas conceituações do que é moeda social, vamos relembra-las e aprofundá-las. Soares as define como uma moeda paralela a nacional, restrita a um território e usufruto de um grupo específico (SOARES, 2009). As moedas sociais possuem três características próprias: Primeiro, funcionam como unidade de contas, facilitando a equivalência entre produtos e serviços. Segundo, serve como meio de troca para intercâmbios diferenciados e por último, e talvez seja o maior diferencial em relação a moeda oficial “é o fato de não possuir o juro bancários, portanto, se constitui apenas como uma ferramenta de troca e não uma mercadoria” (PRIMAVERA, 2003, p. 193).

Outra questão importante que diverge sobre sua finalidade é ser de fato paralela, ou apenas complementar a oficial. Essas situações se determinam de acordo com a forma de implantação, pois a moeda pode ser lastreada ou não pela oficial. No caso do Banco Palmas e de todos os BCD's a moeda é lastreada ao real. Por isso pode ser classificada como um “vale” que tem a equivalência a moeda oficial brasileira, ou seja, 1 palmas (moeda local) equivale a

1 real. O modo de troca funciona da seguinte forma: Qualquer pessoa do bairro vai ao BCD, troca seu real pela moeda social e com ela pode consumir serviços ou mercadorias de empreendedores que fizeram parceria com o mesmo. Eles darão descontos pré-determinados, e em troca supostamente teriam um aumento de clientela, pois a moeda social só pode ser utilizada na área de abrangência do BCD. Posteriormente, o comerciante ou prestador pode trocar o montante de moeda social por real para comprar insumos necessários que não são encontrados no bairro. Entretanto, é recomendável que seja evitada essa “retroca”, pois isso anularia o objetivo de formar uma “poupança interna” no território. (INSITUTO PALMAS, 2006, p. 10). Portanto, dentro do Conjunto Palmeiras a finalidade da moeda social é fazer com que os rendimentos obtidos pela população circulem, e não evadam para outras localidades.

Outro estudo digno de nota foi realizado por Melissa Silva Menezes e Marco Aurélio Crocco. Dois economistas que investigam o chamado Sistema de Moeda Local (SML), que grosso modo pode ser compreendido como “(...) um acordo feito entre pessoas de uma comunidade como uso de um meio de pagamento com validade restrita ao espaço onde vivem” (MENEZES; CROCCO, 2009, p. 371). O intuito do artigo é realizar um estudo de caso em um BCD, o Banco Bem, localizado em Vitória no Espírito Santo.

Os autores entendem que a criação de moedas como estas correspondem a uma resistência de valores e normas externas com determinada realidade local. Pode-se entender tal prática como um “ato de proteção” da economia local:

Indubitavelmente, o principal benefício do uso da moeda local no modelo que os bancos comunitários estipularam no Brasil é a manutenção da riqueza no local, ou melhor, a diminuição dos vazamentos e a conseqüente valorização da atividade econômica que se realiza na região. Como salienta Delille (2004), a concorrência com as grandes redes de comercialização e produção é muitas vezes desleal e deletéria, e nesse contexto as moedas locais criam um mercado privilegiado onde predominam as preferências coletivas, criadas a partir da informação que essas moedas carregam sobre o potencial de desenvolvimento local e a importância da consciência no momento do consumo. Certamente, essas ideias foram corroboradas durante o estudo de caso, quando percebemos o quanto os usuários da moeda estavam cientes de que isso tinha como finalidade a melhoria da situação econômica e social do lugar onde habitavam (MENEZES; CROCCO, 2009, p. 395)

Percebe-se que os autores legitimam as premissas de funcionamento de moeda social como defendidas pelo Banco Palmas. Em relação aos problemas, é destacada que a fragilidade da coesão social em um grupo determinado pode comprometer seu funcionamento. Interessante notar que o Instituto Palmas, tem uma visão semelhante sobre o assunto. Não só em relação à moeda social, mas a gestão do BCD como um todo: “Um Banco Comunitário

sempre despertará muita expectativa (...). Se o banco cair em descrédito, dificilmente conseguirá se recuperar” (INSTITUTO PALMAS, 2006, p. 18).

Por último e mais importante, os autores também ressaltam que os sistemas de moedas locais, por si só, são insuficientes para o desenvolvimento de territórios. “Acredita-se que os SML não podem ser considerados substitutos de políticas públicas de desenvolvimento econômico ou de provisão de bem-estar social. Devem ser encarados como uma ação adicional e integrada a outras políticas” (MENEZES; CROCCO, 2009, p. 395). Neste sentido, podemos relembrar novamente o argumento de Zelizer, pois quando grupos adotam práticas de uso com “dinheiros especiais”, eles não estão se livrando do dinheiro “oficial”, mas ressignificando sua ação com o mesmo (ZELIZER, 2009). Ora, se a moeda social por si só é insuficiente para o desenvolvimento de um território, significa ser necessária atrelá-la a outros elementos e outras esferas para alcançar tal objetivo.

Após esta introdução teórica básica sobre moedas sociais (ou “circulantes locais”), vamos explicar como o Banco Palmas adotou tais políticas ao longo de sua história. A primeira tentativa nesse sentido ocorreu no ano de 1998, consistindo na criação de uma espécie de “cartão de crédito” local: O Palmascard. Esse também tinha a função de ser um circulante local: “(...) por permitir o consumo de produtos, mercadorias e serviços no próprio bairro. Também foi a primeira moeda a circular de forma aberta dentro da comunidade” (INSTITUTO PALMAS, 2015, p. 2). O projeto consistia em criar um meio de antecipar o consumo dos moradores, através de um sistema de crédito local que só seria aceito no bairro. O “cartão” era feito no *microsoft word office*, possuindo frente e verso, sendo a frente o nome do usuário, número do cartão e o limite de crédito, enquanto no verso eram feitas anotações descrevendo os gastos realizados. Resumidamente o cartão funcionava da seguinte forma:

“Os moradores solicitam ao Banco Palmas seu cartão de crédito; e têm o pedido submetido a análise do banco; a liberação de novos cartões depende dos recursos disponíveis, uma vez que o Palmas sempre garante 30% das reservas bancárias referente ao valor de cartões em circulação. Essa precaução objetiva garantir o pagamento dos comerciantes mesmo em caso de inadimplência; uma vez em posse do cartão, os moradores podem fazer suas compras em qualquer comércio cadastrado no Palmas; no ato de compra o comerciante anota na parte posterior do cartão o valor da mesma; antes de realizar a venda o comerciante deve conferir se o cartão ainda possui créditos; o proprietário do cartão paga ao banco, sem juros, em uma data base estabelecida de acordo com sua conveniência de pagamento; o valor inicial do crédito é de R\$ 20,00 (vinte reais), podendo chegar até a R\$ 100,00 (cem reais). No caso de compras acima de cem reais, a pessoa recebe uma autorização e pode parcelar a compra em até três vezes; os comerciantes e produtores interessados em realizar vendas com o Palmascard cadastram-se e recebem uma folha de fatura que deve ser assinada pelo portador do cartão no momento em que realiza suas

compras; no dia 15 de cada mês os comerciantes levam suas faturas até o Palmas e recebem do banco todo o valor referente às vendas realizadas no período; o banco desconta de cada comerciante uma taxa de 3% do valor de todas as vendas realizadas para cobrir os custos operacionais, uma vez que não é cobrada anuidade dos titulares do cartão; quando um cliente realiza suas compras sempre em um único estabelecimento, o banco oferece uma guia de “autorização” com o valor estipulado das compras. Ao invés do comerciante assinar as faturas todas as vezes que uma compra é realizada, ele só preenche uma guia mensalmente. Esse instrumento economiza o número de faturas a ser preenchidas pelo comerciante e conferidas pelo banco (2008, p. 45)

Percebe-se o caráter “informal” desta experiência, lembremos mais uma vez que esta foi datada no ano de 1998, portanto no ano de fundação do BCD, onde tudo ocorria de forma bem simples e experimental. O fim se deu porque a quantidade de faturas geradas era muito alta e o Banco Palmas não conseguia administrar esse processo, além disso, ocorreram muitos casos de falsificação do cartão. Segundo dados da instituição, mais de 3 mil famílias o utilizaram e eram movimentados em média 60 mil reais por mês (INSTITUTO PALMAS, 2015).

A segunda experiência do Palmas nesse sentido ocorreu no ano de 2000, com a criação da moeda Palmares. A moeda nasceu como meio de troca em um clube para produtores locais poderem comercializar seus produtos entre si e com outras pessoas. A criação tanto do clube como da moeda, consistiu em uma tentativa de incrementar o funcionamento de feiras que aconteciam no bairro (INSTITUTO PALMAS, 2015). Da mesma forma como o Palmascard, os Palmares também eram confeccionados no *microsoft word office*, e posteriormente plastificados. Seu funcionamento se deu da seguinte forma:

“Semanalmente na sede da ASMOCONP, produtores e consumidores (prosumidores), se reúnem para realizarem sua trocas solidárias; cada pessoa apresenta seus produtos e atribui um valor em Palmares a moeda social criada pelo Palmas; o grupo decide se aceita ou não o valor apresentado. O que define o valor do Palmares é a hora trabalhada e os insumos para fabricação de determinada mercadoria; quando todos já apresentaram seus produtos começa a troca utilizando a moeda; cada qual é livre para comprar e vender produtos, como em uma feira tradicional; o grupo tem um animador cuja função é receber as pessoas e organizar o processo” (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2008, p. 58).

A experiência chegou ao fim por ficar restrita apenas ao clube de trocas, além disso, percebeu-se a escassez de alguns produtos desejados, porém não disponíveis, como, por exemplo, alimentos. Por último cabe ressaltar que 100 pessoas chegaram a participar da feira, que contava com a participação aproximada de 50 produtores (INSTITUTO PALMAS, 2009; 2015).

Em seguida, projetou-se a possibilidade do bairro inteiro funcionar como um clube de trocas. Neste ponto pode-se citar a primeira inovação que de fato representou uma tensão com o Estado brasileiro, e que superada arremessa definitivamente o Palmas para legalidade: A criação da moeda Palmas! Ressaltei no tópico anterior, como as parcerias ao longo dos anos foram importantes tanto para ASMOCONP/Instituto Palmas. A moeda palmas nasce de um projeto em parceria com a ONG holandesa *Strohalm*, que apoiava projetos de economia solidária, em especial que envolvesse moedas sociais. Pode-se perceber que a forma de concepção foi bem diferente do Palmascard e do Palmares:

Na nova moeda, passaram a existir quatro mecanismos de segurança: a) o número de série, pelo qual elas são cadastradas; b) a marca d'água, que dificulta a impressão; c) o código de barras; e d) e a marca para leitura ultravioleta. Todos estes mecanismos eram fundamentais não apenas para evitar falsificações, mas para que os comerciantes aceitassem a moeda (RIGO; FRANÇA FILHO, 2014).

Além disso, em vez de ser produzida no *microsoft word office*, a moeda foi produzida por uma gráfica contratada na Argentina, em uma produção total de 90 mil cédulas (INSTITUTO PALMAS, 2015). Destacam-se nesse ponto as considerações realizadas por Garcia e Paulino, no sentido de que o Banco Palmas agrega uma série de bens físicos e simbólicos, tangíveis e intangíveis com seus parceiros (PAULINO, 2008; GARCIA, 2012). Percebe-se como a interferência de um membro externo – no caso a ONG *Strohalm* – gerou uma reconfiguração na lógica de produção das moedas, e por consequência de sua prática.

O Instituto Palmas as classifica da seguinte forma:

“A moeda é indexada ao real (1 palmas vale 1 real) e lastreada na moeda nacional. Ou sejam a quantidade de Palmas que temos circulando corresponde a uma quantidade em reais que temos 'guardado'. 240 empreendimentos (produção, comércio e serviços) do bairro aceitam a moeda e dão descontos de 5% a 10% para quem compra com a moeda local. Os empreendedores cadastrados podem fazer o câmbio (a troca de palmas por reais), na sede do Banco Palmas, caso necessitem de moeda nacional para reestabelecer seus estoques (...) Se um morador tem reais, nada assegura que ele gastará esses reais no Conjunto Palmeira. Mas se ele tem Palmas, é certo que sim, pois o Palmas só é aceito no bairro. Dessa forma um compra do outro e fica garantido que o dinheiro circule na comunidade, oxigenando o comércio, aumentando as possibilidades de trabalho, emprego e renda na comunidade” (INSTITUTO PALMAS, 2006, p. 11).

No ano de 2003 ocorreu um de inflexão, que poderia ter acabado com a história dos Bancos Comunitários e do Banco Palmas: O segundo processo movido pelo Banco Central do Brasil contra a ASMOCONP, por ter colocado em circulação outra moeda no país. O Estado

através de sua prerrogativa legal arremessa a “informal” prática econômica do Banco Palmas para a ilegalidade, portanto criminalizando-a.

É importante entender que o processo de criminalização do Banco Central acarreta em sobre a moeda Palmas. Neste momento o que era uma experiência informal e experimental, para gerar trabalho e renda em um bairro, é taxada como ilegal e por isso toda uma simbologia negativa é criada. Acredito que o trabalho de Viviana Zelizer, sobre dinheiros especiais, e de Ariel Wilkis sobre as suspeitas que diferentes tipos de dinheiro, são muito esclarecedores para nosso entendimento (ZELIZER, 1994; WILKIS 2013).

Wilgis mostra o contexto de construção de um bairro periférico na região metropolitana de Buenos Aires, conhecida como Vila Olimpia. Investigando o cenário de redemocratização na Argentina, percebeu que foi acompanhada de um efeito colateral: O sucateamento de políticas públicas, implantação de assistencialismo e uma verdadeira *financeirização* da vida dos pobres. Nesse contexto o autor expõe a importância que o dinheiro possui na organização social deste bairro, assim como na América Latina como um todo (WILKIS, 2013).

O autor considera que existem 6 tipos de dinheiro: *Dinero Donado* (dinheiro doado ou recebido, geralmente proveniente de doações, ou através de programas sociais governamentais). *Dinero Militado* (O autor explica o caso de pessoas, que se envolviam com o trabalho de militância com certos partidos ou instituições sociais, e recebiam uma ajuda financeira ou auxílios com problemas burocráticos cotidianos). *Dinero Sacrificado* (na verdade, não diz respeito necessariamente a um tipo de dinheiro, significa em parte uma doação ou filantropia de alguns grupos. Também pode ser entendido como um trabalho não remunerado ou voluntário). *Dinero Ganado* (dinheiro ganho ou “suado”, é obtido através da remuneração com algum tipo de trabalho ou emprego, também envolve a poupança e o montante que se acumula para realização de determinado objetivo). *Dinero Cuidado* (diz respeito ao orçamento familiar e aos tipos de cuidado e gestão que se deve ter dentro da economia doméstica) E por último o *Dinero Prestado* (Atribuído ao crédito e relações de confiança estabelecidas, pode ser obtido por empréstimo seja em Bancos, outras instituições ou até mesmo de conhecidos e pessoas próximas, também engloba transações feitas por fiado e ou a prazo) (WILKIS, 2013).

O dinheiro nesse sentido é o *telos* que dá significação as tramas e interações que acontecem nesse bairro estudado pelo autor. Por isso a tese principal do trabalho de Wilkis, consiste no fato de que “el dinero ocupa un lugar central em la vida personal y colectiva de las

classes populares” (2013, p. 18). Acredito que nesse sentido, a moeda Palmas assumiu um significado único quando é criminalizada pelo Banco Central.

Paulino mostra como a moeda é um resgate de identidade e resistência do bairro. Menezes e Crocco falam algo parecido, sobre ela apresentar uma forma de enfretamento as pressões externas (PAULINO, 2008; MENEZES; CROCCO, 2009). No paragrafo anterior, foi mostrado como o dinheiro carrega diversos tipos de significados. A grande diferença do Banco Palmas se passa justamente por não ser a aplicação de significado ou sentido, sobre a moeda oficial, mas sim a criação de uma nova que carrega um sentido e significado próprio. O discurso produzido pela ASMOCONP era que o circulante local foi uma forma de “aquecer” a economia do bairro. Segundo Paulino, a moeda Palmas também carrega uma dimensão de espetacularização, pois o transeunte que ler em uma loja “aceitamos palmas”, terá uma curiosidade de perguntar “o que é Palmas?”:

Embora não se observe entre os sujeitos pesquisados uma intenção declarada nesta direção, penso ser possível afirmar que a expressão “Aceitamos Palmas” se aplica também à visibilidade que esta experiência local tem alcançado, atraindo os olhares da mídia, os aplausos de admiradores, visitantes, representantes de políticas públicas governamentais e não governamentais, e a curiosidade de estudantes e pesquisadores (PAULINO, 2008, p. 26)

Entretanto, em um primeiro momento a moeda palmas “chamou a atenção” do Banco Central, e de uma maneira negativa. Aqui temos um significado claro aplicado sobre a moeda: Ilegal, suja e um objeto de crime. Entretanto, ela também é sintoma de algo mais profundo: A desigualdade social que existe em nosso país. Ora, criar uma moeda paralela significa que por alguma razão a moeda nacional não estava atendendo a todas as necessidades que supostamente deveria cumprir. Existem alguns episódios históricos em que estes problemas ficaram explícitos. Na Argentina, durante a crise de Hiperinflação em 2001, o governo de Fernando de La Rúa (1999-2001) perdeu o controle sobre a produção nacional de moedas, diversos grupos de troca com moedas paralelas se organizavam pelo fato do peso argentino não cumprir sua função utilitária.

Viviana Zelizer, em uma pesquisa histórica sobre os dinheiros domésticos, mostra o enorme esforço do governo norte-americano em eliminar diferentes moedas que circulavam em seu território durante a guerra civil no século XIX (ZELIZER, 1994). O objetivo era estabelecer uma única moeda nacional. E de fato, isso foi feito. No entanto, a autora acredita que o governo travou uma batalha que não podia vencer. Pois os próprios usuários lhe

atribuíam seus próprios significados:

Novas formas de identificação⁵³ do dinheiro proliferaram em vários sentidos diferentes, tanto dentro dos lares quanto em lugares públicos. Mesmo em presídios, debateu-se o tipo certo de dinheiro para detentos. Em geral, americanos diferenciaram seus dinheiros por meio das relações sociais em que estavam envolvidos. Assim, as formas de identificação se multiplicaram da mesma forma que o dinheiro oficial se tornou mais uniforme e generalizado. Aqui está a ironia: Enquanto o Estado e a lei trabalharam para obter uma moeda nacional única, as pessoas criaram ativamente todos os tipos de distinções monetárias (ZELIZER, 1994, p. 139 [Tradução Minha])

Por isso, este atributo de significado já é algo intrínseco ao próprio dinheiro. A ASMOCONP foi processada não por fazer um novo tipo de identificação com dinheiro, mas sim por materializar este significado através da moeda Palmas. Em relação ao processo movido pelo Banco Central, nota-se todas as “suspeitas” que pesavam sobre o dinheiro, toda esta história poderia ter se encerrado naquele momento:

O governo brasileiro nos processou quando nós lançamos a moeda, nos processou. O Banco Central abriu dois processos criminais contra o Banco Palmas. Isso a gente te de dizer sempre, em toda a entrevista, em todo canto que se vá. Quando nós lançamos a moeda Palmas, o Banco Central mandou processar, mandou prender! (Por) crime contra o Estado, falsificação de moeda. E, naquela época, em 2003, se a gente tivesse tido medo e tivesse acabado com a moeda e com o banco, hoje, no Brasil não sealaria mais nisso e nem vocês estariam aqui me entrevistando. Nós enfrentamos o Banco Central. Você imagina o que é um pobre de uma associação, sem nenhum advogado sem nada, liso (sem dinheiro), enfrentar um processo do Banco Central do Brasil com seu corpo de advogados, dizendo que você era criminoso! E nós enfrentamos e fomos ao julgamento, e o juiz, com muito moral, muita personalidade, absolveu. 'Não se vê crime nessa moeda. Isso é para criar uma geração de renda para os mais pobres'. Nós enfrentamos o Banco Central e depois fomos para cima do Banco Central e fizemos disso um fato político (Entrevista de João Joaquim de Melo Neto Segundo, concedida a revista entrevista, N° 31, do ano de 2013).

O “fato político” foi realmente criado e esta vitória da instituição representou a passagem definitiva da “ilegalidade” para “legalidade”, da “informalidade” para a “formalidade” – acompanhada é claro de outros desdobramentos paralelos que já foram discutidos e continuarão a seguir – e, sem dúvida, serviu de jurisprudência para o funcionamento de moedas sociais no país. Apesar de ainda não existir uma lei que regule seu

53 O termo original do texto é *earmaking*, cuja tradução aproximada tem o sentido de delimitar, marcar, identificar ou apropriar.

funcionamento, no ano de 2011 o Banco Central emitiu a nota técnica PGBC – 387/2011, que norteia e dá respaldo para a existência dessas práticas no Brasil.

A moeda começa a cair em desuso em 2011, o número de trocas começou a diminuir. Segundo Rigo e França Filho, havia “(...) um valor de 70.420 P\$ foram lançadas e 59.920 P\$ retornaram, significando que 10.500 P\$ ficaram em movimento na comunidade” (RIGO; FRANÇA FILHO, 2014, p. 8). Mais uma vez, percebe-se um processo de mudança, aonde mais um ciclo chegava ao fim. Rigo e França Filho buscaram algumas explicações para este processo:

Dos 240 empreendimentos cadastrados no Banco Palmas como receptores da moeda social, foram mapeados 46 empreendimentos que ainda existem e aceitam a moeda. Muitos deles, cerca de 100, não existiam mais, haviam trocado de proprietário ou estavam fechados para atendimento dos pesquisadores. Além destes, 12 empreendimentos disseram não aceitar mais a moeda principalmente por dois motivos: por não estarem mais recebendo há muito tempo e porque o volume recebido era muito baixo. Além do cadastro, o mapeamento possibilitou identificar 11 empreendimentos que não estavam cadastrados mas aceitavam e usavam a moeda social e 7 empreendimentos que não a usavam, mas que gostariam de usar. Estes últimos indicaram não conhecer bem o funcionamento da mesma e que era necessária uma maior divulgação. (RIGO; FRANÇA FILHO, 2014,p. 9).

Segundo o Instituto Palmas, a moeda cumpriu sua finalidade. Estimulando o consumo e a produção local. Entretanto, avaliou-se uma dificuldade interna para manter um grande volume de moeda funcionando. Ainda existem Palmas circulando dentro do Conjunto Palmeiras, entretanto em uma quantia bem pequena. Durante seu ápice, chegou a existir P\$ 100.000,00 em circulação no bairro e foram impressas 30 mil cédulas (INSTITUTO PALMAS, 2015).

4.2.3 Os problemas do presente e as expectativas de futuro: BNDES e o e-dinheiro

Todo ciclo tem seu início e fim. Isso parece ser algo muito claro para os gestores do Banco Palmas. Existe uma persistência e uma contínua atenção em se entender o que supostamente é o melhor para o Banco Palmas e o Conjunto Palmeiras no presente momento. Não é por acaso que a cada dois anos é feito o mapeamento de produção e consumo no bairro, para compreender o que piorou, melhorou ou que pode piorar e melhorar.

Dito isto, o Instituto Palmas entrou na era digital definitivamente. Criou uma moeda eletrônica chamada e-dinheiro. O “projeto-piloto” ocorreu no Banco Comunitário de Maricá,

na cidade do mesmo nome, no estado do Rio de Janeiro, na qual a prefeitura desenvolveu em parceria com o Banco Palmas, no ano de 2014, a moeda social Mumbuca. Posteriormente, no ano de 2015 a experiência foi replicada no próprio Conjunto Palmeiras e batizada como e-dinheiro:

A grande novidade dos Bancos Comunitários é uma tecnologia social que nasceu da adaptação das leis de pagamentos eletrônicos à realidade desses bancos. O E-DINHEIRO é uma moeda social eletrônica, operacionalizada por meio de um celular *smarthphone*, preferencialmente, que possibilita, via instalação de um aplicativo desenvolvido especialmente para esse fim. A moeda social eletrônica nada mais é que um novo meio de pagamento digital. O E-DINHEIRO não é apenas mais uma plataforma de pagamento tradicional, como a dos bancos oficiais, e sim uma moeda social porque fomenta o comércio local, e toda a sua gestão e administração passa pelo controle dos bancos comunitários (INSTITUTO PALMAS, 2015, pp. 12-13).

Ressalta-se mais uma vez a capacidade de incorporação de bens físicos e simbólicos (PAULINO, 2008; GARCIA 2012). O e-dinheiro foi resultado de uma parceria com a empresa *startup* MadeApp, que desenvolveu uma tecnologia chamada de MoneyClip. O apoio financeiro para viabilizar a ideia veio através do edital de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, renovado anualmente desde 2005 pela SENAES.

Algo muito presente em minhas entrevistas foi a enorme expectativa dos membros do Instituto Palmas com esta iniciativa. Em primeiro lugar, foi muito destacado o fato de o Banco Palmas estar “amarrado” ou “preso” a “armadilhas” colocadas pelo sistema bancário tradicional:

Para se relacionar com o sistema financeiro, tem que ser com a regra dele, não tem outra. Até o governo Lula ainda era possível se pensar em criar nova modelagem para o sistema financeiro. Até hoje, na minha visão de banco, eu insisto em dizer é que não vai abrir mão de ser banco, de ser serviço financeiro. O que nós temos que tentar agora é tentar ser serviço financeiro, sem nos relacionar com o sistema financeiro tradicional, que era a caminhada que já fazíamos até 2005, então como se resgata aquela caminhada? Que a gente faça isso independente, mas tendo dinheiro, tendo condições que aí eu aponto o e-dinheiro como o maior exemplo. Essa expansão como é no Palmas, Palmas Lab, ELAS, Feira, ela é boa, ela é salutar, ela acontece. Podemos até buscar, agora. O banco, na minha visão, é que não pode abrir mão, até pelo cansaço de ser uma alternativa de serviço financeiro para a população de todos os caminhos, nos meios de pagamento. Aí o e-dinheiro, de crédito, de correspondente bancário, aí o e-dinheiro pode fazer muitos serviços nos bancos, de seguros, enfim... De uma série de programas que a gente tem que construir alternativamente e paralelamente ao sistema financeiro tradicional. A gente não pode abrir mão disso ou se a gente abrir mão, “Ah, não olha, serviço financeiro alternativo no Brasil não vai dar, nunca, então vamos remodelar isso que nós chamamos de banco, vamos chamar de agência de desenvolvimento, criar uma coisa mais ampla”. Eu continuo achando que a gente tem que insistir nisso e por isso eu me dedico tanto ao e-dinheiro, que eu acho que o e-dinheiro hoje, ele exemplifica

isso que nós estamos chamando de insistir nos serviços financeiros, voltar... (Entrevista concedida por Maurício, em 01/10/2015).

É nítido que o Palmas se encontra em mais um momento de inflexão. A ênfase dada ao e-dinheiro foi muito grande, destaco inclusive que este não era meu tópico principal de investigação, não tinha muito interesse, mas sou obrigado a abordá-lo, quando muitos dos meus interlocutores se debruçam sobre esse tema.

Outro destaque importante de se fazer, é o resguardo que o Instituto Palmas tem ao aplicar esta tecnologia, visto que o funcionamento de moedas digitais foi regulamentada via Banco Central, em 2013 – através da chamada lei das moedas eletrônicas: Lei nº 12.865/13;Resoluções: nº4.282e4.283; e Circulares n 3.680, n.3.681,n.3.682 e n. 3.683 , todas de 4 de novembro de 2013. Desse, não existe a chance da instituição ser processada por fazer algo de cunho “ilegal”, pois todo este processo está normatizado. Outro destaque, é a intenção futura de moeda única para toda a rede de Bancos Comunitários, já existem 20 bancos – de acordo com os entrevistados – espalhados pelo Brasil utilizando o e-dinheiro. Inclusive o software está registrado como sendo propriedade da rede brasileira de bancos comunitários por 20 anos, e quando seus custos de implementação e funcionamento forem pagos, a intenção é torná-lo um software livre. Seu funcionamento ocorre do seguinte modo:

Por meio de um aplicativo de celular, disponível no sistema operacional android e IOS.O usuário da moeda pode realizar pagamentos, transferências, depósitos, cobranças, checagem de extrato e até mesmo resgate. Para fazer as compras por meio do E-DINHEIRO, basta apenas que o consumidor faça uma espécie de recarga do valor desejado em seu banco comunitário. Esse crédito é automaticamente vinculado ao número de registro do cliente, que a partir desse momento está apto a realizar suas compras. Os comércios também têm um número de celular cadastrado, para que possa usufruir dos recebimentos. Em cada transação comercial realizada, é descontado do comerciante, 2% referente a valor total da compra. Essa taxa, menor que as de qualquer cartão convencional, é destinado ao Banco Comunitário para a manutenção do sistema operacional e com o uma receita, que é revertida em benefício tanto da comunidade quanto do próprio banco comunitário. As transações comerciais realizadas via E-DINHEIRO, podem ser comparadas como àquelas feitas com um cartão de débito tradicional (INSTITUTO PALMAS, 2015, p. 13)

É importante destacar que este ambicioso projeto apresenta um empecilho de ordem prática e estrutural. Como usar um aplicativo destes, se o uso da internet é restrito no bairro? Durante meu trabalho do campo, o Instituto Palmas articulou uma parceria com a seguradora

Mapfre, que financiará durante um ano uma conexão de internet liberada via wi-fi para todo o Conjunto Palmeiras. Em troca o Banco Palmas comercializará seguros de vida da empresa⁵⁴

É importante fazer algumas considerações sobre o e-dinheiro. Foi uma consideração unânime entre todos os entrevistados como as parcerias com o sistema financeiro nacional, de certa forma, tornaram as políticas do Banco Palmas atrofiadas. O e-dinheiro aparece como a grande expectativa na mudança desse quadro, e isto não é por acaso. Como ressaltado nos últimos tópicos, o Banco Palmas passou por grandes modificações no que diz respeito a sua administração, assim como seus circulantes locais, e não foi diferente com os critérios de liberação de crédito. No ano de 2010 foi assinada uma parceria entre o Instituto Palmas e o BNDES, onde este repassaria um empréstimo para aquele, que deveria convertê-lo em microcréditos de cunho produtivo.

Este foi um verdadeiro marco na expansão da atividade bancária da instituição. O salto do fundo de empréstimo foi astronômico. Em 2010 foram feitas 1122 operações de microcrédito, representando um montante de R\$ 800.100,10, ao passo que em 2011 – após a parceria com o BNDES – ocorreram 5804 operações de microcrédito, movimentando um total de R\$ 3.097.849,38 (INSTITUTO PALMAS, 2012, p. 27). Senhor Valdemar, atualmente coordenador do PalmasLab, mas que na época tomava a frente na gerência da parte de crédito do Banco Palmas, considera que a parceria com o BNDES foi muito importante:

Olha, a gente teve maior liberdade se você for comparar com o Banco Do Brasil em relação aos produtos de microcrédito. Com o Banco Do Brasil, que naquela época era Banco Popular Do Brasil, os produtos eram fechados, fixos e morreu. Era isso e nós precisávamos operar numa carteira que era do Banco do Brasil. Com o BNDES, nós pegamos um crédito para fazer o microcrédito, como a gente faz o microcrédito é nosso. Nossa responsabilidade depois é pagar o BNDES, manter os indicadores de inadimplência, de tudo nos níveis que eles gostam. Agora qual o tipo de microcrédito que eu vou dar, limitações de parcelas, os juros, tudo é nosso” (Entrevista concedida por Valdemar, em 12/10/2015).

Neste trecho, Valdemar lembra-se da parceria que acontecia de 2005 até 2010 com o Banco Popular do Brasil (diluído e incorporado ao próprio Banco do Brasil). O primeiro grande “fomento” em termos de crédito recebido pelo Banco Palmas. Nesta experiência, o Banco Palmas simplesmente fazia operações de crédito, mas não o geria, ou seja, não tinha poder sobre o dinheiro. A instituição contraiu um valor R\$ 1.700.000 de empréstimo com o BNDES. Até o meu trabalho de campo, haviam sido feitas 12 operações de crédito, e entre

54 Disponível em: <https://www.mapfre.com.br/seguro-br/quem-somos/noticias/noticias/grupo-bb-mapfre-educacao-financeira-seguro-para-fortaleza.jsp> Acessado no dia 20/06/2016

“idas e vindas” do crédito (ou seja, empréstimo-pagamento-empréstimo), circulou um montante aproximado de R\$ 14.000.000,00. Essa maior liberdade para gerir os produtos, também acarretou em novas responsabilidades e alguns choques e embates na maneira de gerir o Banco Palmas para atender exigências do BNDES.

A partir de 2012, esses episódios se tornaram frequentes. A maioria dos entrevistados afirma que o diálogo com as instituições bancárias públicas (Banco Central, BNDES, CEF e etc), se tornou muito mais difícil a partir do governo de Dilma Rousseff.

Isso leva a um importante dilema: O Banco deve ou não estender seus serviços para além do sistema financeiro (apesar de já existirem alguns projetos paralelos) e ao mesmo tempo em que se colocam em uma posição de que o foco da instituição é o “econômico”, mas isso não é estanque já que o “econômico” não se esgota em si mesmo. Entretanto, visto que o “sistema financeiro tradicional” coloca os BCDs em uma “encruzilhada”, muitos desses projetos “não econômicos” são uma forma de escapar do julgo dessas instituições. E cabe uma reflexão: Teria a tão sonhada “formalidade” feito o Palmas deixar de ser um “sistema alternativo de crédito”?

Nesse ponto, é importante ressaltar o que significa ceder essa pressão do BNDES. No primeiro capítulo, utilizei diversas abordagens para entender a economia solidária e o microcrédito. Tomei como base os artigos de Albert Hirschman e outro de Marion Fourcade e Kieran Healy, discutindo diferentes interpretações sobre mercado, e um comparativo a um contexto sócio histórico correspondente (HIRSCHMAN, 1987; FOURCADE; HEARLY, 2007).

Destacamos em especial o trabalho de Fourcade e Hearly, pois todas essas visões estão carregadas de normatividades dotadas de uma moral específica, ou seja, toda visão que interpreta o mercado possui um conteúdo moralizante (FOURCADE; HEARLY, 2007). Essa ideia foi reforçada com o artigo de Viviana Zelizer sobre as “dualidades perigosas”, em que a o conteúdo moralizador é reforçado por uma ideia de ruptura, usando a teoria das “esferas separadas” e a partir destas dualidades constroem-se visões normativa em oposição a aquilo que é moralmente condenável (ZELIZER, 2009).

Também é preciso reforçar como esses esquemas são falsos e enganadores. É impossível isolar o mundo social. Algo que fiz questão de ressaltar ao longo de toda dissertação é como esses processos não são estanques e estão o tempo todo se confluindo em novas modalidades de agenciamento econômico. Entretanto, também é preciso ressaltar que

nada disso é pacífico ou conclusivo. Existem disputas de poder, embates sobre diferentes concepções e tudo isso influencia o “resultado final” dessas experiências.

Por essa lógica, ainda é possível derrubar o mito do chamado “livre mercado”, na medida em que os indivíduos devem se adequar de acordo com o arbitrário dominante do campo econômico. Acredito que mais uma vez, o Instituto Palmas teve que se readaptar a uma pressão externa, como já aconteceu em outros momentos de sua história. Onde de fato, o processo de “adaptação” a um novo *habitus* econômico se dá via violência simbólica, já que “só conseguem se adaptar à economia monetária às custas de uma reinvenção criadora que não tem nada a ver com uma acomodação forçada, puramente mecânica e passiva” (BOURDIEU, 1979, p. 14).

É importante destacar, que todo fundo emprestado pelo BNDES para o Banco Palmas segue as normas da Lei 11.110, de 25 de abril de 2005 que criou o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), como destacado no primeiro capítulo. Por isso, todo crédito deve ser voltado para a criação de novos empreendimentos, ou incremento dos que já existem. Isso impede a existência da modalidade de crédito para consumo, em moeda social. Experiência que deu bastante notoriedade ao Palmas⁵⁵. Esses acontecimentos levaram a decisão do conselho gestor do Banco Palmas em contratar uma “especialista” voltada para o microcrédito com a missão de reverter esse quadro e apaziguar as relações com o BNDES:

Ele tem uma diferença muito grande, ele tem que aprovar, ajudar a pensar as estruturas locais portanto o Banco Palmas, por exemplo, quando o BNDES disse assim “olha, vocês tem que ter um diretor de crédito”, pra quem a gente socorreu a aprovação? Para o conselho do banco, por quê? Porque ele estaria alocada aqui dentro, a relação seria diretamente aqui dentro, então o que a gente fez? Chamou todas os conselheiros, apresentou, o conselho aprovou e nós contratamos... (Entrevista cedida por Letícia em 08/10/2015).

Recorrer a esse conselho gestor é um marcador muito forte no sentido de mostrar a pressão que o BNDES fazia sobre o Instituto Palmas. Esse conselho é composto por: “(...) Pessoas que podem estar ligadas ou não à uma instituição, são lideranças comunitárias que entendem e estão no dia a dia da comunidade”⁵⁶. Isso tem um peso simbólico enorme, visto

55 O crédito para consumo foi uma modalidade de empréstimo realizada apenas na moeda Palmas. Eram feitos empréstimos de P\$ 50 a P\$200 em moedas sociais para serem consumidos dentro do Conjunto Palmeiras. Para fazer isso ser possível, o Banco Palmas tinha um fundo em reais no banco na equivalência de palmas que circulavam no bairro, para não configurar como uma moeda paralela.

56 Trecho da entrevista realizada com Letícia em 08/10/2015.

que o conselho é uma entidade com poder de interferir na metodologia do Banco, portanto, se o mesmo foi requerido e aprovou a contratação desse “especialista”, é possível ter uma noção do grau de pressão exercido.

A maioria dos problemas se deu pela alta taxa de inadimplência no período de 2012-2014, chegando a 20% segundo os entrevistados. A especialista de crédito chamada para administrar esta situação foi a senhora Vânia. Ela já havia sido contratada para um trabalho pontual entre 2010-2011, cujo objetivo, segundo ela, era “fazer um diagnóstico e planejamento estratégico para o Palmas⁵⁷” na área de crédito. Vânia é graduada em ciências sociais e administração, possuindo também uma especialização em finanças. Seu currículo de trabalho é vasto, com bastante experiência no setor de microcrédito:

Então, fiz... então eu.. surgiu do microcrédito em 2001, eu trabalhava no projeto “Aprender é Empreender”, no Sebrae, eu dava capacitação para os empreendedores para acessar o crédito... e... que era um/ foi em 97/96, 97/98 e 99 (tentando lembrar) então a gente dava um curso de 16 horas para as pessoas que queriam acessar o crédito. Foi uma das primeiras linhas de créditos que saiu para os empreendedores pelo Sebrae, dava capacitação e a Caixa Econômica, Banco do Brasil tinha uma linha... que era do PROER, que era para isso e a gente dava o curso, eu tinha, trabalhava, tinha feito um curso com professor Paul Singer de economia solidária em 96, né... e aí eu já estava entrando mais... mais vinculada à economia solidária, então eu fui para o projeto do São Paulo Confia que foi a primeira ONG de microcrédito lá em São Paulo, constituído no governo da Marta Suplicy, né? Parceria com 8 centrais de sindicais... e lá eu comecei no microcrédito... antes já estava dando esta consultoria, fiz parte também de uma cooperativa de consultores que a gente dava consultorias para negócios, treinamentos, aí mais recente, eu falo de 90 para cá, né? (...) E depois, trabalhei lá no São Paulo Confia e era com a consultoria que a gente teve do Banco Sol, que não era mais o Banco sol era o Banco Otelo. Na metodologia para grupos solidários eu acabei trabalhando depois disseminando esse modelo, então lá na Porto Sol, lá no Rio Grande Do Sul, dei a capacitação em Recife para uma instituição que não existe mais, para eles implantarem, Nordic Invest que era uma instituição de microcrédito do Unibanco que depois do Itaú eu passei quatro anos fazendo consultoria lá para eles... Eu fiz planejamento estratégico também do banco lá de Santo André que também é uma instituição que trabalha com essa metodologia de grupo solidário... nestes anos todos eu fiquei sempre... (...) Na UNISOL eu fiquei dois anos fazendo a gestão de dois projetos lá das SENAES, das empresas recuperadas com foco nas cooperativas que eram recuperadas, e foi o primeiro projeto do SENAES, que foi também um projeto grande que a UNISOL fechou e eu fiz a coordenação... (Entrevista cedida por Vânia em 29/09/2016).

Importante destacar o trabalho de Vânia no “São Paulo Confia”, pois este se trata de uma Organização não Governamental (ONG), que recebia recursos da prefeitura de São Paulo (ABRAMOVAY, 2007). Inicialmente, o projeto possuía outro padrão de avaliação de empréstimos. Pessoas que tinham o “nome sujo” eram excluídas do programa por

57 Entrevista cedida realizada com Vânia em 29/09/2016.

recomendação dos consultores do BNDES, que assessoravam o projeto. Os empréstimos eram individuais e exigiam que o tomador apresentasse um avalista. “Na metodologia de empréstimos individuais, embora não concedesse financiamentos a indivíduos com restrição cadastral a inadimplência mostrou-se alta, ultrapassando, no primeiro ano de atuação, 8% da carteira” (ABRAMOVAY, 2007, p. 116).

A metodologia foi mudada depois de outra consultoria com base na experiência de sucesso do Banco Sol boliviano. Boa parte dos pobres tem restrições cadastrais, apresentar um projeto desse tipo é um desafio. Os critérios de análise e pagamento tem que ser diferenciados. Aliás, nesse sentido, França et al. ressaltam como muitas instituições e empresas supostamente “bem-intencionadas”, fracassam em projetos de geração de trabalho e renda, justamente por não compreender uma realidade específica (FRANÇA et. al.,2008). Abramovay corrobora com este raciocínio lembrando que: “a restrição cadastral frequentemente se choca contra uma reputação de seriedade e respeito na comunidade em que vive o indivíduo” (2007, p. 116).

Como diz Bourdieu o sujeito ideal dos economistas, não atendia ao sujeito real que participava programa São Paulo Confia. “(...) o sujeito dos atos econômicos não é o *Homo economicus*, mas o homem real que faz a economia” (BORDIEU, 1979, p. 13-14). Os empréstimos passaram a ser feitos com aval de um grupo, admitindo assim indivíduos com dívidas. Isso deu outros rumos a iniciativa.

Outro aspecto importante é que a constituição desses grupos se faz pelos próprios interessados no empréstimo, não é o São Paulo Confia que elencava essas pessoas. Para alguém não conseguir formar um grupo é porque esta está de fato muito mal visto na comunidade (ABRAMOVAY, 2007). Ademais, o valor concedido para cada membro do grupo é mais ou menos igual, com renda semelhante. O papel do agente de crédito neste contexto é de consultor, onde através de uma ficha cadastral ele mede as capacidades de endividamento do grupo, e assessora o empreendimento dando sugestões e os ajudando em planos de negócios.

Importante notar como Vânia trouxe muitas dessas experiências para o dia-a-dia do Banco Palmas. Em primeiro lugar, ela cumpriu seu objetivo. Pois em um período de 10 meses – visto que ela foi contratada em janeiro de 2015 – conseguiu fazer a inadimplência cair de 20% para 5%. Também contribuiu para a “recuperação de 20% dos devedores com mais de

180 dias”⁵⁸, algo que dá em média R\$ 10.000 recuperados por mês. Além disso, depois de um longo período de empréstimos repassados via BNDES, era hora de devolver o fundo. Algo que já ocorria desde outubro de 2014, segundo Vânia.

A ideia de fazer empréstimos em grupos já estava presente desde os primórdios do microcrédito (YUNUS, 2000; ABROMOVAY, 2007). Isso foi algo aplicado por Lúcia, visto que ao longo da história do Banco Palmas essa modalidade de empréstimo nunca foi popular. Inclusive isso era destacado como um marcador de diferença com o *Grameen Bank* (INSTITUTO PALMAS, 2009). Vânia identificou isso como uma solução para que fosse possível continuar a emprestar dinheiro para pessoas com restrições cadastrais (SPC). E para isso utilizou-se da metodologia do São Paulo Confia:

Em suma, parte significativa dos que têm restrições cadastrais é capaz de pagar os empréstimos que toma. Mais que isso: a restrição cadastral, frequentemente se choca contra uma reputação de seriedade e respeito na comunidade em que vive o indivíduo. Daí a nova regra: os empréstimos seriam feitos com aval do grupo e indivíduos com restrição cadastral seriam admitidos. A exigência é que ao menos duas pessoas do grupo não tivessem restrições cadastrais. Esta mistura entre pessoas com e sem restrição cadastral é uma das mais interessantes expressões do capital social e de sua natureza: para quem vive na comunidade, o importante é o comportamento cotidiano do indivíduo, as informações que sobre ele se obtêm pelas redes sociais em que está inserido e isso supera de longe eventuais problemas formais num universo que pouco tem a ver com a vida social local e que não lhe serve fundamentalmente de referência (ABROMOVAY, 2007, pp. 116-117).

Ou seja, Vânia conseguiu achar uma solução para o impasse em que a instituição “Banco Palmas” se encontrava. Evitou que o mesmo abandonasse sua filosofia de emprestar para pessoas que não estão incluídas no Sistema Financeiro Nacional. É possível uma correlação com o que Zelizer chama de “profano” (*profanation*, do original), no sentido da comercialização de seguros de vida nos Estados Unidos da América, no século XIX. Vender seguros de vida era algo “profano”, e após um fracasso inicial desse mercado, décadas depois ocorreu uma mudança de valores da sociedade norte-americana, diretamente ligada a um crescimento do utilitarismo e do individualismo nos EUA, coincidindo também com um período de crescimento econômico. Isso permitiu uma nova “sacralização” (ou uma “ressacralização”) que modificou as relações simbólicas entre o dinheiro e a morte:

A prática disseminada de gastar grandes somas de dinheiro em tempos de morte atesta a existência de uma poderosa e legítima associação simbólica entre dinheiro e morte (...). Quando se trata de morte, o dinheiro transcende seu valor de troca e incorpora significados simbólicos. A dupla relação entre dinheiro e morte – tanto

material como simbólica – é essencial para o entendimento do desenvolvimento dos seguros de vida (ZELIZER, 1978, p. 601[Tradução Minha])

Eu vou além, – e a autora também em outros artigos – não é apenas na relação entre “dinheiro” e “morte” que ocorre uma associação simbólica, toda relação com o dinheiro carrega esse tipo de associação. E sem dúvida, para um Banco que leva a alcunha de “comunitário”, seria um verdadeiro sacrilégio não poder emprestar para indivíduos que possuem o nome negativado. Por isso, o trabalho de Vânia para achar uma saída pelo empréstimo grupal foi tão importante.

Ora, instituições como o Banco Palmas se marcam pelo que Abramovay chama “dinheiro quente”, isto é, um tipo de dinheiro que “(...) é gerado e manejado por meio de relações de reciprocidade, ajuda mútua e compromissos sociais locais — em contraste com o **dinheiro frio**[grifo do autor] — que vem de fora e é temporário ou sazonal por definição” (ABROMOVAY, 2005, p. 22). Não emprestar para pessoas com “nome sujo”, significa mudar completamente a associação simbólica que se faz ao empréstimo do Banco Palmas. Vânia impediu de certa forma uma intervenção mais brusca do BNDES, que provavelmente contrariaria seus princípios fundadores.

Por último, devo acrescentar que esta situação é de total ciência dos agentes que participantes do Banco Palmas. Aliás, o sentimento de insatisfação por essa situação é explícita. Por isso, como ficou claro em citações anteriores, existe uma grande expectativa em relação ao e-dinheiro. Este “produto”, segundo os entrevistados, representa a forma do Banco Palmas recuperar a sua independência, tolhida pelas parcerias com o Sistema Financeiro Nacional. Encerro o capítulo com este trecho da entrevista com a senhora Cássia – responsável pela divulgação da iniciativa – sintetizando o que representa o e-dinheiro para os agentes envolvidos com o Banco Palmas:

Cara, é um avanço, para mim é um avanço. É um negócio completamente novo, é um negócio completamente dentro do que tá se fazendo hoje no país inteiro. Então cada vez mais as pessoas estão indo para essa área tecnológica. Eu também trabalhei com a Moeda Palma em cédula, né? E pra gente era uma dificuldade não conseguir manter a moeda, porque a gente tinha que ter um projeto que financiava a moeda pra poder funcionar. Com o e-dinheiro, a gente acaba com esse problema porque eu acho que é uma coisa legal, na moeda social era crime você cobrar uma taxa, você não podia cobrar taxa, você não podia cobrar juro, não podia cobrar essas coisas. No e-dinheiro como legalizou essa situação de você fazer a cobrança de taxas, hoje tem como você sustentar a moeda social, sustenta o projeto de trabalho com a moeda social. Então para mim é uma avanço grande, para mim é algo super interessante e ainda mais porque é uma coisa da minha época, né? Pra mim é ainda mais legal estar trabalhando com ela eletrônica e o controle, meu controle era no excel, fazendo alí,

digitando no excel, hoje na realidade tem um sistema que já me indica a informação eu não preciso ficar digitando nada, essas coisas. Para mim o controle é melhor, e para mim é mais fácil trabalhar com essa questão do dinheiro online, né? Com o dinheiro eletrônico, que com o dinheiro em espécie. Eu já trabalhava com dinheiro eletrônico porque todas as minhas contas eram sempre diretamente na conta e tal, eu não gostava de pegar fila, eu não pegava dessas coisas, então era tudo feito dessa forma e aí com essa história do aplicativo me deu outras possibilidades. Para mim é um avanço no tratar com a moeda social que antes era bem mais complicada para gente (Entrevista concedida por Cássia em 28/09/2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem do objeto, aparentemente simples em um primeiro momento – já que trata de um estudo de caso –, revelou-se muito mais complexa. Primeiro, porque o Banco Palmas se encontra inserido em dois campos específicos: As microfinanças, por operar carteiras de microcrédito, de acordo com a Lei 11.110, de 25 de abril de 2005, que regula o PNMPO; e o campo da economia solidária, mais precisamente no campo das finanças solidárias, que representa a incorporação do campo de microfinanças pela economia solidária.

Economia solidária e microcrédito, dois temas com visões tão ricas e divergentes. Foi um verdadeiro desafio elencar suas diferentes visões e interpretações. Dificuldade agravada ainda, pelo aspecto de que estas diferentes interpretações se excluía. Por outro lado, isso provou a hipótese de Fourcade e Healy, sobre como os mercados são projetos morais, saturados de normatividade, e desta forma correspondem a um ideário específico, e o que muitos intelectuais fazem é sua defesa (FOURCADE, HEALY, 2007).

Outro ponto em que houve dificuldades foi no trato dado aos estudos de Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Para nós cientistas sociais, pesa a carência de poucos estudos sobre BCDs. Por isso, foi necessário elencar possíveis temas de pesquisa que passam despercebidos pela literatura vigente.

Outro adendo importante de se fazer, diz respeito a construção de dicotomias com os objetos abordados nessa dissertação: Crédito x Microcrédito; economia “capitalista” x economia solidária; bancos comunitários x bancos “capitalistas”. Dessa forma, foi ressaltado ao longo de todo trabalho como esses constructos são falsos e mais obscurecem do que facilitam a compreensão desses objetos (ZELIZER, 2009). Também foram abordados estudos de caso específicos da autora: sobre como o dinheiro recebe uma “identificação” de um grupo

que se apropria dele (ZELIZER, 1989; 1994), e sobre construção e transformação do mercado de seguros de vida nos EUA durante o século XIX (ZELIZER, 1978).

É óbvio que existem diferenças entre cooperativas associativas e uma empresa multinacional de capital aberto. O que busquei provar neste trabalho é que apesar de estarem situadas em polos diferentes do campo econômico, instituições dominantes e pretendentes constroem pontes de relacionamento para possíveis parcerias, de um suposto *win-win*, onde todos interessados teriam seus objetivos atendidos. Contudo, minha pesquisa de campo mostrou como essa relação é conflituosa e envolve muitas pressões do lado com maior capital econômico.

Por último, friso mais uma vez o processo histórico pelos quais essas instituições passaram principalmente nosso objeto principal: O Banco Palmas. Descrevi seus antecedentes, sua fundação e seu caminhar até os dias atuais. Por isso, cabem algumas considerações sobre a economia solidária, microcrédito e a intersecção entre essas duas esferas (Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento)

Em primeiro lugar, apesar das visões eufóricas de alguns autores (ABRAMOVAY et. al, 2005; 2007a; 2007b; SINGER, 2002; 2003; 2009; YUNUS, 2000), o microcrédito não possui uma grande representatividade no que diz respeito ao estudo panorâmico realizado pelo BCB. Apenas 0,2% do valor das operações, 0,4% das operações no SFN (BRASÍLIA, 2014, p. 31). Portanto, no Brasil ele não se configura de maneira expressiva em sentido amplo para promoção social, como almejam esses intelectuais. Outro aspecto importante é notar a participação de Bancos Oficiais e Privados como principais concedentes em valor e operações realizadas, respectivamente 91,4% e 95% (2014, p. 25). O que mostra claramente, como o microcrédito foi incorporado ao sistema bancário dominante.

Todavia, também vale ressaltar que é um crédito destinado para pessoas de baixa renda, sendo em sua grande maioria pessoas físicas (PFs). Segundo o próprio BCB, 75% desses tomadores estão na faixa de renda entre 1 e 3 salários mínimos⁵⁹. Outro ponto importante de ser destacado, é que apesar de baixa expressividade na carteira e na quantidade de clientes, são as cooperativas de crédito que em termos unitários possuem o maior número de instituições concedentes⁶⁰.

Pode-se concluir que sua importância é focalizada em espaços onde os Bancos não conseguem captar clientes, pelo menos não diretamente, podendo fazer isso via instituições

⁵⁹ *Loc.Cit.*, p. 37.

⁶⁰ *Loc.Cit.*, p. 37.

intermediárias, como ficou explícito na relação “Banco Palmas/BNDES”. A questão do isolamento geográfico também é ressaltada por Biggart. Essas iniciativas são pulverizadas e atendem a comunidades e territórios restritos, o que, no entanto, não anula sua importância de promoção econômica e social (BIGGART, 2001).

Se for possível uma reflexão futura sobre o papel do microcrédito na geração de trabalho e renda, é de que ele é uma importante ferramenta impulsora de realidades específicas, mas não assume um caráter global e está longe de possuir representatividade expressiva do ponto de vista macroeconômico. Garantindo no máximo uma situação de subsistência. Em suma, ele é eficiente em casos de miséria extrema, mas ele em si (isoladamente) não tira os pobres de sua condição de pobreza. Bangladesh não deixou de ser um país periférico subdesenvolvido, mesmo com tantos anos após o *Grameen*. Dá mesma forma como o Conjunto Palmeiras continua sendo um bairro pobre, mesmo após 17 anos de existência do Banco Palmas.

É importante destacar também alguns pontos positivos do microcrédito: 1) Uma forma de subsistência para quem se encontra em situação de miséria, tendo ao menos como garantir sua sobrevivência; 2) O fortalecimento e engajamento do sentimento comunitário e de grupo, o que pode gerar uma organização social e política; 3) Fica nítida também a questão de valorização do espaço da mulher em uma sociedade machista. O microcrédito é um crédito tipicamente feminino, que lhe dá significativa autoestima e lhe retira do julgo das atividades domésticas. Entretanto, este último ponto também contém em si um aspecto negativo, já que pode atarefa-las ainda mais, somando o trabalho externo com o caseiro.

Sobre os BCDs, mais especificamente o Banco Palmas, é possível fazer algumas considerações. Em primeiro lugar ficou claro ao fim do primeiro capítulo as divisões conceituais entre cooperativas de crédito e BCDs. Enquanto os primeiros recebem apoio da Organização de Cooperativas do Brasil (OCB), os últimos recebem resguardo estatal da Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES). Portanto, este relatório do Banco Central citado acima não analisa BCDs, já que a grande maioria deles são associações ou OSCIPs.

Segundo, pela lei que regula o PNMPO, OSCIPs são operadores e não concedentes de microcrédito. Ou seja, elas podem operar uma carteira de microcrédito, contudo, não podem possuir uma. Por isso, bancos de fomento como o BNDES repassam sua própria carteira para operações de instituições como o Banco Palmas.

Dito desta forma e olhando os números acima, percebe-se que as “pressões” do

BNDES sobre o Banco Palmas, não são exatamente uma surpresa. Afinal, são os “grandes bancos” (na falta de um desígnio melhor), que detêm a imensa maioria da carteira de microcrédito circulante no Brasil. Porém, essa relação não é totalmente vertical. Fica claro, ao longo de toda história do Conjunto Palmeiras, ASMONCONP e Banco Palmas, de como indivíduos e instituições aprenderam a lidar com a adversidade, incorporando sempre novas práticas para se dinamizar e atender a novas demandas. Ou como destacado várias vezes ao longo do trabalho: O Palmas agrega uma expertise, uma série de bens físicos e simbólicos através de suas parcerias (PAULINO, 2008; GARCIA, 2012). A esperança atual de sustentabilidade para superar esse quadro é a moeda social eletrônica e-dinheiro.

Todavia, ao que interessa ao Banco Palmas, o golpe mais grave provavelmente está por vir na própria economia solidária. Visto que a SENAES paga 80% dos funcionários do banco, e maioria das despesas e projetos da instituição (Financiando inclusive o e-dinheiro). Com o provável *impeachment* da presidente afastada Dilma Rousseff, um cenário nebuloso aparece no horizonte. Será o fim de 13 anos de governo do partido dos trabalhadores. Lembrando que a SENAES foi criada no primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Aliás, Paul Singer (nomeado por Lula) não é mais secretário de Economia Solidária, sendo bem possível sua dissolução caso Michel Temer venha assumir a presidência de forma definitiva. Se isso vier acontecer, a própria concepção do que é economia solidária precisará ser rediscutida.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R; MAGALHÃES, R. S. A Formação de um Mercado de Microfinanças no Sertão da Bahia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 22 n°. 63 fevereiro/2007a.

_____.; JUNQUEIRA, R. G. P. A Sustentabilidade nas Microfinanças Solidárias. **Revista Administração**, São Paulo, v.40, n.1, pp. 19-33, jan./fev./mar. 2005.

_____.; MOREIRA, L. M. F. Laços Sociais no Monitoramento do Microcrédito. **Pesquisa e Debate**, São Paulo v. 18, n. 1, pp. 113-129, 2007b.

ALCÂNTARA, D. P. R. de; **Instituições, Sistema Financeiro e Desenvolvimento Econômico**. Tese de Doutorado, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

AMORIM, A. N. **Economia Solidária: Princípios e Contradições**. 2010, pp. 120. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

BECKER, H. **Amostragem**. In:_____. Segredos e Truques de Pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. pp. 97-144.

BIGGART, N. W. Banking on each other: the situational logic of rotating savings and credit associations. **Advances in qualitative organization research**, v. 03, pp. 129-153, 2001.

BOURDIEU, P. **As Estruturas Sociais da Economia**. 5 ed. Porto: Campo das Letras, 2006.

_____. O Campo Econômico. **Política e Sociedade**. v.4, n 7. pp 15-57. Abril, 2015

_____. **O Desencantamento do Mundo**. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. **O Poder Simbólico**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 322p.

_____. **O que Falar Quer Dizer**. In:_____. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **O Senso Prático**. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRASÍLIA. Banco Central do Brasil. Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (DESIG). **Estudo Especial – Panorama do Microcrédito**. Brasília, 2014. 32 p.

CARVALHO, D. S. S. **Autogestão: Algumas Reflexões e um Estudo de Caso sobre sua Implementação de um Banco Comunitário de Desenvolvimento**. Niterói: Trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais, 2013.

CARVALHO, G. C. Microcrédito e Empreendedorismo Feminino em Recife: Uma alternativa para superação das desigualdades no mundo do trabalho. **NORUS**, V. 1, N 1, Jan/Jun 2010

CARRUTHERS, B. G. **A Sociologia do Crédito e das Finanças**. In: A. P. C. MONDADORE et al. (orgs.). *Sociologia Econômica e das Finanças: um projeto em construção*. Edufscar. São Carlos, p. 365-380, 2009.

COELHO, F. D. **Finanças Solidárias**. In: CATTANI, A. D. A. (org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

COLODETI, V. P; LEITE, I. C. Microcrédito, Informalidade e “combate a pobreza”. **Temporalis**, Brasília, v. 12, n. 24, p. 385-406, jul./dez. 2012.

COSTA, F. N. **Bancos em Minas Gerais (1889 – 1964)**, 1978, Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 1978.

_____. Origem do Capital Bancário no Brasil: O Caso Rubi. **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP, Campinas, n. 106, mar. 2002.

COSTA NETO, Y. C. **Bancos Oficiais do Brasil: Origens Aspectos e seu Desenvolvimento**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2006. 272 pp.

DOUGLAS, M. **As instituições operam a classificação**. In:_____. Como as instituições pensam. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

ENGELS F. **A Situação da Classe Operária na Inglaterra**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2010. 388p.

FARIA, J. H. As Organizações Coletivas de Produção Associada e a Autogestão Social. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.workerscontrol.net/pt-pt/authors/organizacoes-coletivistas-de-producao-associada-e-autogestao-social>>. Acessado no dia 12 de março de 2015.

FRANÇA, B. H. (et. al.) **Guia de Economia Solidária: Ou porque não organizar cooperativas para populações carentes**. 1 ed. Niterói: Eduff, 2008. 183 p.

FRANÇA FILHO, G. C. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento**. . In: CATTANI, A. D. A. (org.). O Dicionário Internacional da Outra Economia. São Paulo: Almedina, 2009.

_____; RIGO, A. S; LEAL, L. P. Bancos Comunitários de Desenvolvimento nas Políticas Públicas de Economia Solidária: Apresentando a realidade do nordeste e discutindo preposições. **Desenvolvimento em Questão** V. 13, n. 31, Jun/Set, 2015.

_____; SILVA; J. T.. Considerações sobre um marco teórico analítico para a experiência dos Bancos Comunitários. In: **Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social**, I, 23-25 de maio de 2007, Juazeiro do Norte, Ceará, Anais do Evento. 2007.

_____, SILVA, J. T.; RIGO, A. S. Políticas de Microcrédito no Brasil: uma Análise a Partir do Caso dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs). **VI Encontro de**

Pesquisadores em Gestão Social, Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 2012, São Paulo, 2012.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FORTETE, K. **De Trabalhador a Empreendedor: Uma análise das formas de produção e reprodução da força de trabalho no Brasil**, 2012, pp. 193, Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) – Universidade de São Paulo, 2012.

FOURCADE, M.; HEALY, K. Moral Views of Market Society. **Annual Review Sociology**. v. 1, n. 35. pp. 285-311, 2007.

GAIGER; L. I. G. Práticas sociais e conhecimento acadêmico no campo da Economia Solidária. **Revista Sociedade e Estado**. v. 27, n. 2. pp. 313-335. Mai-Ago. 2012a.

_____. Por um Olhar Inverso: Prismas e questões de pesquisa sobre Economia Solidária. **BIB**. v. 1, n. 73, pp. 5-20. 1º semestre. 2012b.

GAMBI, T. F. R. **O Banco da Ordem: Política e Finanças no Império Brasileiro (1853-66)**. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GARCIA, D. B. A Contextualização Teórica dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento. **Temas da Administração Pública**. v. 4, n. 7, pp. 1-26. 1º semestre. 2012.

GERALDO, I. **O Impacto do Microcrédito na Trajetória Sócio-Ocupacional das Mulheres Empreendedoras: A experiência do Blusol**, 2004, pp. 144, Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

GERMER, C. M. A Economia Solidária: Uma crítica com base em Marx. **Revista Direito Cooperativo**. v. 1, n. 1. pp. 51-74. 2007.

HIRSCHMAN, A. **Suavidade, poder e fraqueza na sociedade de mercado**. In: _____. A Economia como Ciência Moral e Política. 1º ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HOBBSBAWN, E. J. **As Origens da Revolução Industrial**. 1 ed. São Paulo: Global, 1979.

INSTITUTO PALMAS. A (r)evolução das Moedas Sociais: Do Palmacard ao E-dinheiro. Fortaleza, 2015. Disponível em: <<http://www.institutobancopalmas.org/a-revolucao-das-moedas-sociais-do-palmacard-ao-e-dinheiro/>> Acessado no dia 15 de Julho de 2016.

_____. **Banco Palmas: 100 perguntas mais freqüentes**. Fortaleza, 2009.

_____. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento: Uma rede sobre controle da comunidade**. Fortaleza, 2006.

JUCÁ NETO, C. R. Desenhando o Ceará. In: **3º Simpósio Iberoamericano da História da Cartografia: Agendas para a História da Cartografia Iberoamericana**, 2010, São Paulo. Anais do 3º Simpósio Iberoamericano da História da Cartografia, 2010.

KRUIJF, P. **Empoderamento, Gênero e Microcrédito**, 2014, pp. 68, Tese (Mestrado em Estudos Latino Americanos) – Universidade de Leiden, 2014.

LAPERRIÈRE, A. **Os critérios de cientificidade dos métodos qualitativos**. In: V.V.AA. A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008. p. 410-435.

LIMA, F. A. O Trabalho no Capitalismo Contemporâneo: Entre a política de microcrédito e a

ilusão de propriedade. In: **Jornada Internacional de Políticas Públicas**, V, 23-26 de agosto de 2011, São Luiz, Maranhão, Anais do Evento, 2011.

LISBOA, A. M. **Solidariedade**. In: CATTANI, A. D. A. (org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

LUIZA, G.; ANDRADE, E. T. Responsabilidade Social Empresarial e Economia Solidária: Uma parceria possível. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 13, n. 1, pp. 65-87, Jan/Jun, 2007.

MARCONDES, R. L.; HANLEY, A. G. Bancos na Transição Republicana em São Paulo: O Financiamento Hipotecário (1888-1901). **Est. econ.**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. ,103-131 JANEIRO-MARÇO 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. In: _____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa Omega, 1987.

MATTOS, A. H. G. **Mulheres nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento da Bahia: Percepções de crédito das agentes de crédito frente a seu papel profissional**, 2010, pp. 240, Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, 2010.

MELO NETO SEGUNDO, J. J. **Prefácio**. In: França, B. H. *Bancos Comunitários do Preventório e de Saracuruna: Experiências pioneiras de financiamento de extensão universitária no Rio de Janeiro*. Niterói: EdUff, 2013.

_____; MAGALHÃES, S. **Bairros Pobres Ricas Soluções: Banco Palmas ponto a ponto**. Fortaleza, 2008.

FIGURA 3: Dados demográficos do Conjunto Palmeiras.

UF	Município	Distrito	Bairro	Setor	Pirâmides etárias	Dados adicionais
		População	Razão de sexo			Densidade demográfica (habitante/Km2)
UF	Ceará	8452381	95.1			50.91
Município	Fortaleza	2452185	88.01			7786.52
Distrito	MESSEJANA	439559	90.42			4080.69*
Bairro	Conjunto Palmeiras	36599	94.76			4812.04*
Setor	230440065110503	132	91.3			73.74*

* Densidade demográfica preliminar

Descrição do setor
 INCIDENCIA DA TRAVESSA SAO RAIMUNDO NA RUA MAYSA DO PONTO INICIAL SEGUE PELA RUA MAYSA, AVENIDA CAXAMBU, PROLONGAMENTO DA AVENIDA CAXAMBU ATE A RODOVIA ANEL VIARIO, POR ESTA ATE O RIO COCO, RIO COCO , RUA SEM DENOMINACAO, TRAVESSA SAO RAIMUNDO ATE O PONTO INICIAL

Fonte: Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do ano de 2010.

MENEZES, M.; CROCCO, M. A. Sistemas de moeda local: uma investigação sobre seus potenciais a partir do estudo de caso do Banco Bem em Vitória/ES. **Economia & Sociedade**, v. 18, n. 2, pp. 371-398, agosto, 2009

MUNÕZ, R. **Finanças Solidárias** In: CATTANI, A. D. A. (org.). O Dicionário Internacional da Outra Economia. São Paulo: Almedina, 2009.

PASSOS, O. A. V. D. **Estudo exploratório em bancos comunitários: conceito, características e sustentabilidade**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, 2007.

PAULINO, A. G. L. **Economia Solidária como Projeto Cultural e Político: A experiência do Banco Palmas**. 2008, pp. 315, Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

PRIMAVERA, H. **Moeda Social I**. In: CATANI, A. D. A (org.). A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

RIGO, A. S. FRANÇA FILHO, G. C. O Enigma das Palmas: Análise do (de)Uso da Moeda Social no “Bairro da Economia Solidária”. In: **Encontro Anual da ANPAD**, 38º, 13-17 de setembro de 2014, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Anais do Evento, 2014

SALMON, A.; CATTANI, A. D. **Responsabilidade Social Empresarial**. In: _____. O Dicionário Internacional da Outra Economia. São Paulo: Almedina, 2009.

SANCHEZ, F. J. B. **Além da Informalidade, Aquém dos Direitos: Reflexões sobre o trabalho desprotegido**. 2012, pp. 200, Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

SARTORE, M. S. **A Inserção da Responsabilidade Social do Setor Bancário no Contexto da Governança Corporativa**. 2006, pp. 105, Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

_____. Da Filantropia ao Investimento Socialmente Responsável: Novas Distinções. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 25, n. 66, pp. 541-464, Set/Dez, 2012.

SERVET, J. **Microcrédito**. In: CATTANI, A. D. A. (org.). O Dicionário Internacional da Outra Economia. São Paulo: Almedina, 2009.

SILVA, M. N. F.; SOARES, S. F.; PEREIRA, M. F. R. Contextualização: Análise do processo de formação do bairro Conjunto Palmeiras, em menção aos agentes produtores de espaço. 2010, Porto Alegre. **XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos, 2010.

SINGER P. **A Economia Solidária como Ato Pedagógico**. In: KRUPPA, S. M. P. (org.). Economia Solidária e a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: INEP, 2005.

_____. **Economia Solidária**. In: CATTANI, A. D. A. (org.) A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

_____. **Finanças Solidárias e Moeda Social**. In: FELTRIM, L. E.; VENTURA, E.C.F.; DOLD, A. V. B. Projeto inclusão financeira. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.

_____. **Introdução a Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. 127 pp.

SOARES, C. L. B. **Moeda Social**. In: CATTANI, A. D. A. (org.). **O Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina, 2009

TELES, V. S.; HIRATA, D. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. In: **Encontro Anual da ANPOCS**, 31º, 22-26 de outubro de 2007, Caxambu, Minas Gerais, Anais do Evento, 2007.

VIDEIRA, S. L. ; LUZ, I. . A Privatização dos Bancos Estaduais no Brasil. In: **12º Encuentro de geógrafos da América latina**, 2009, Montevideo. Anais do 12º Encuentro de geógrafos da América latina. Montevideo, 2009.

WACQUANT, L. **Corpo e alma: Notas etnográficas de um aprendiz de boxe**. 1 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WILKIS, A. **Las Sospechas del Dinero: Moral y economía en la vida popular**, 1 ed. Buenos Aires: Paidó, 2013. 189 pp.

YUNUS, M. **O Banheiro dos Pobres: A Revolução do Microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países**. 1 ed. São Paulo: Ática, 2000. 343 pp.

ZELIZER, V. Dualidades Perigosas. **Revista Mana**, v. 15, n. 1, p. 237-156. Rio de Janeiro, 2009.

_____. Human Values and the market: the case of life insurance and death in 19th-century america. **American Journal of Sociology**, v. 84, n.03, nov pp.591-610. 1978.

_____. The creation of domestic currencies. **The american economic review**, v.84, n.02, pp.138-142, maio 1994.

_____. The Social Meaning of Money: “Special Monies”. **American Journal of Sociology**, v. 95, n. 2, pp. 342-377. Chicago, 1989.

7 ANEXOS

FIGURA 1: Mapa da cidade de Fortaleza e suas regionais (bairro Conjunto Palmeiras em destaque)

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará.



